

VERÍSSIMA SEMEDO MASCARENHAS

**EDUCACÃO E DESENVOLVIMENTO EM SANTA
CATARINA (CABO VERDE)**

Orientador: Óscar de Sousa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

Lisboa 2011

VERÍSSIMA SEMEDO MASCARENHAS

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SANTA
CATARINA (CABO VERDE)**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador científico: Professor Doutor Óscar de Sousa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação

Lisboa 2011

Dedicatória

Dedico este esforço intelectual aos meus pais José e Maria pelo apoio, à minha tia Lucília e esposo Felisberto pelo carinho e hospitalidade ...

Agradecimentos

Um trabalho de investigação tem a singularidade de ser um trabalho solitário e ao mesmo tempo irrealizável sem a contribuição de terceiros. Como tal, queria deixar os meus sinceros agradecimentos a todos que de uma forma ou outra contribuíram para a realização do mesmo.

Começo pelo meu orientador, o Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa, por acreditar em mim, pela paciência, disponibilidade, responsabilidade, exigência e colaboração com que me guiou, e se posicionou para que este trabalho se desenvolvesse.

Não poderei também esquecer, a simpatia daquelas pessoas que em Cabo Verde, se dispuseram, prontamente, a fornecerem-me importantes referências, documentos e contactos a partir dos quais pude ter acesso às fontes de informação essenciais para o trabalho de campo. Dirijo-me ao Sr. Dr. Director Geral do planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Educação, e a todas as pessoas que tiveram a paciência de responderem às minhas entrevistas, na maior parte dos casos, com afectuosa prontidão.

À minha família, aos meus irmãos nomeadamente ao Jorge por todo o apoio e incentivo, aos meus amigos, e à colega e amiga Zezinha pelo companheirismo, solidariedade e amizade.

Resumo

A educação e o desenvolvimento, são questões fundamentais do mundo actual, hoje mais do que nunca, fazem parte integrante dos discursos, discussões, convenções locais, nacionais e internacionais. Esta dissertação procura verificar se há ou não convergência entre a educação e desenvolvimento, respondendo à seguinte questão: o desenvolvimento e a educação podem ser complementares, através do investimento em capital humano?

Este trabalho de investigação foi desenvolvido a partir de uma perspectiva educativa, isto é dando centralidade aos processos de aprendizagem da própria pessoa e sua construção como resposta aos desafios, aos imprevistos e incertezas, característicos da sociedade actual. Pretendemos também fornecer elementos de reflexão sobre os desafios que se colocam aos sistemas de educação, numa perspectiva sistémica, e na sua relação com o desenvolvimento.

Para concretizar a investigação, avaliamos a influência da educação nas práticas efectivas do desenvolvimento de Santa Catarina (Cabo Verde), partindo de pressuposto de que a educação na sociedade cabo-verdiana, em particular no município de Santa Catarina, é a chave do desenvolvimento e progresso, no contexto dos recursos e constrangimentos existentes. Por isso, tivemos como objectivo analisar a influência da educação no processo de desenvolvimento para se avaliar o referido contributo.

As nossas conclusões apontam para a existência de uma forte relação entre educação e desenvolvimento, as pessoas a ganharem centralidade no processo de desenvolvimento e a educação a surgir como motor do desenvolvimento.

Palavras – chaves: educação, desenvolvimento, indicadores

Abstrat

Education and deveopment are key issues in today's world, today more than ever they do make part of speeches, debates, local conventions, national and international meetings. This essay seeks to determine whether in Santa Catarina (Cape Verde) there is convergence between education and development, answering to the following question: development and education can be complementary, through investment in human capital?

The research will be developed from an educational perspective, that is, giving centrality to the learning processes and to their construction as a response to the challenges, contingencies and uncertainties, which are characteristic of contemporary society. We also wanted to provide input on the challenges facing education systems, in a systemic perspective, and in their relationship with development

To achieve the research, we intended to evaluate the impact of education in the actuals practices of the development of Santa Catarina (Cape Verde), beginning from the assumption that education in Cape Verde society, particularly in the municipality of Santa Catarina, is the key of development and progress, under or in respect of resources and existing constraints. Therefore, we aim to analyze the impact of education in the development processes to evaluate this contribution

Our results indicate the presence of a strong relationship between education and development, people gains centrality in the development process and the education emerges as the motor of development.

Keywords: education, development, indicators

Abreviaturas

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BIRO – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAME – Conference of Allied Ministers of Education

CEME – Cultura Educacional Mundial Comum

CERI – International Indicators Project

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

DGO – Direcção Geral do Orçamento

DGP – Direcção Geral do Planeamento

DH – Direitos Humano

ECRP – Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICSID – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento

IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

DGEBS – Direcção Geral do Ensino Básica e Secundário

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IFC – Corporação Financeira Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

MIGA – Agencia Multilateral de Garantias de Investimentos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM- Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

OMC – Organização Mundial do Comercio

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Índice de Quadros, Gráficos e Figuras

Quadros

Quadro 1 – Evolução da população escolar de 2000 a 2007.....	65
Quadro 2 – Evolução de alfabetizandos por fase e de círculos de cultura	75
Quadro 3 – Evolução da população activa.....	76
Quadro 4 – trabalhadores segundo as principais actividades económicas	76
Quadro 5 – Indicadores básicos do bem-estar	77
Quadro 6 – Caracterização da Amostra	82

Gráficos

Gráfico 1 – evolução da população escolar de 2000 a 2007....	65
Gráfico 2 – evolução do ensino pré-escolar	67
Gráfico 3 – evolução do ensino básico	68
Gráfico 4 – evolução do ensino secundário.....	71
Gráfico 5 – evolução do ensino médio	72
Gráfico 6 – evolução da alfabetização de adulto	74

Figuras

Figura 1 – Mapa de Cabo Verde	55
Figura 2 – Organograma do Sistema Educativo Cabo-verdiano	57
Figura 3 – Localização Geográfica do Concelho de Santa Catarina	58

ÍNDICE

Página de rosto	1
Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Resumo	4
Introdução.....	10

PARTE I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO ESTUDO

Capítulo 1 – Educação	14
 Capítulo 2 – Objectivos e indicadores para a educação segundo as organizações internacionais	16
2.1 A UNESCO	16
2.1.1 Origem e actividade	16
2.1.2 A função da educação segundo a UNESCO	18
2.2 O Banco Mundial	22
2.2.1- Origem e actividade.....	22
2.2.2- A função da educação segundo o Banco Mundial	24
 Capítulo 3. Educação e desenvolvimento	27
3.1. A problemática da educação e o desenvolvimento	27
3.2. A educação na era da globalização	28
3.3. O surgimento de novas ideias e fins para educação.....	30
3.4. A evolução e o contexto actual das políticas educativas face ao desenvolvimento.	34
3.5. Os Indicadores Internacionais da Educação	36
3.6. Objectivos e indicadores do desenvolvimento do milénio	39
3.7. Objectivos e indicadores do desenvolvimento humano	42

Capítulo 4. O aparecimento de novos conceitos de Desenvolvimento	45
4.1 Conceito de Desenvolvimento	45
4.2 Desenvolvimento Humano	45
4.3 Desenvolvimento local	47
4.4 Desenvolvimento sustentável	48
Capítulo 5. A teoria do capital humano	51
5.1 Educação (capital humano) e crescimento económico	52

PARTE II

ESTUDO DE CASO: SANTA CATARINA. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Capítulo 6. Caracterização geral de Cabo Verde e Santa Catarina	55
6.1 Breve Caracterização de Cabo Verde	55
6.2 Organização e Estrutura do Sistema Educativo	56
6.3 Caracterização Geral do Concelho de Santa Catarina	58
Capítulo 7. Problemática do estudo	59
7.1 Objectivos	59
7.2 Metodologia	60
7.2.1 Tipo de pesquisa	60
7.2.2 População e amostra	60
7.2.3 Instrumentos	61
7.2.4 Procedimentos	63
8. Apresentação e análise de dados	64
8.1 Análise documental	64
8.2 Entrevistas	79
Considerações finais	91
Referências Bibliográficas	94
Anexos	102

Introdução

Como afirma Teresa Ambrósio (2001), o actual contexto exige um novo paradigma educativo que realce uma Educação para a Cidadania, uma Educação centrada na Pessoa e ao Longo da Vida. De acordo com a autora, deverá ser pensada uma nova Educação à luz deste paradigma e dos seus pilares fundamentais. Este paradigma antropocêntrico centra como fundamental as potencialidades humanas e as relações humanas, com liberdade e responsabilidade nas escolhas.

Neste sentido, consideramos fundamental perceber as relações que emergem entre Educação e Desenvolvimento e aprofundar os conceitos mais relevantes à volta desta problemática. Hoje, mais do que nunca, é universalmente reconhecido o valor acrescido que a educação assume na sociedade actual, marcada pelas profundas e contínuas mudanças.

A decisão de centrar, como ponto de partida desta investigação, a relação entre Educação e Desenvolvimento, deve-se ao facto desta temática tem vindo a assumir cada vez mais importante nos dias de hoje tanto a nível nacional como internacional. Sobretudo a partir da Cimeira Mundial do Rio (2001) e da Cimeira de Joanesburgo (2003), realizada sob o signo do Desenvolvimento Sustentável, emerge a necessidade de uma compreensão global de um crescimento equilibrado cujo pilar essencial é o Desenvolvimento Humano sustentado no progresso do homem e das suas capacidades.

Trata-se de um projecto à escala mundial que deverá ter a participação não só de governos como das pessoas em geral através de uma participação cívica activa, onde cada Pessoa tenha a sua cota de responsabilidade no processo de Desenvolvimento (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano – PNUD, 2002).

Deste modo, torna-se necessário criar condições para que os cidadãos possam ter um papel activo, democrático, esclarecido e participante, construindo o seu próprio futuro e o do grupo. Aqui está o grande desafio para a Educação dos nossos dias, que se confronta com novas teorias onde a Pessoa é vista como sujeito da sua própria Educação.

Assistimos nas últimas décadas a novos paradigmas e novas Teorias Educativas em simultâneo com os novos conceitos estratégicos de Desenvolvimento Humano. O paradigma da Educação define que através de experiências e saberes vamos compreendendo o contexto onde estamos inseridos e vamos adquirindo liberdade e responsabilidade.

As organizações internacionais constroem e sustentam estas novas concepções e aprendizagens. Por exemplo, o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jacques Delors, refere que o papel da Educação é essencial no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades, sendo esta a via que conduz a um desenvolvimento humano mais harmonioso que possa fazer face aos graves problemas com que as sociedades hoje se debatem, como a pobreza, a exclusão social, etc. (1996).

A presente investigação tem como objecto de estudo avaliar o desempenho da educação nas práticas efectivas do desenvolvimento em Santa Catarina. Pretende-se perceber qual o impacto da educação no desenvolvimento de Santa Catarina. Com o intuito de fortalecer o quadro teórico-conceptual, procuramos levar a cabo uma reflexão profunda em torno de dois conceitos-chave: Educação e Desenvolvimento, para que se possa proporcionar uma melhor compreensão do objecto de estudo.

O estudo de caso pareceu-nos importante na medida em que demonstra a importância da educação para o desenvolvimento de uma região. No entanto para além da relevância do

tema, a elaboração deste trabalho visa o enriquecimento documental, académico e pessoal.

A escolha de Santa Catarina como área de estudo deve-se ao facto de ser o maior da ilha em superfície e em população, o concelho natal da autora da dissertação e, por conseguinte, do maior conhecimento da realidade em estudo. Para além destes factores acresce o facto de ser um concelho extremamente rural, com 16% dos pobres de Cabo Verde, contudo em franco crescimento económico e com uma das maiores populações estudantis do país, portanto capaz de fornecer todos os indicadores necessários para este estudo.

Este trabalho divide-se em duas partes a teórica e empírica. Na primeira parte vamos, primeiro de tudo, apresentar em linhas gerais o nosso referencial teórico. É examinado um conjunto de teorias sobre o desenvolvimento e a sua relação com a educação. São revistas as diversas ideias do desenvolvimento que se tem imposto ao longo dos anos, desde o seu surgimento associado ao capitalismo e à revolução industrial, até ao aparecimento da noção do desenvolvimento humano proposto pela ONU nos anos 90. A partir dessa revisão é avançado o conceito de desenvolvimento adoptado neste trabalho. É também analisada a relação existente entre desenvolvimento e educação.

Na segunda parte, são apresentados os objectivos da presente proposta de investigação. É apresentada uma proposta metodológica que apresenta o traçado para a concretização dos objectivos. Ainda na segunda parte, fazemos uma análise de conteúdo dos documentos recolhidos, com incidência nos dados estatísticos elaborados recentemente. Em seguida é feita uma análise comparativa entre a educação e desenvolvimento de forma a responder às questões colocadas no início do estudo.

PARTE I
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO ESTUDO

Capítulo 1

1.1 Conceito Educação

O processo educativo na sua acepção mais clássica, remonta aos velhos tempos, desde os primórdios da Humanidade, em que o Homem precisava de viver em comunidade o que fez com que a educação sempre existisse. Ela se transfere de geração em geração, como dados adquiridos dos mais velhos para os mais novos. Nesta linha, Durkheim (2001) define a educação como uma acção exercida pelas gerações adultas sobre os que ainda não se encontram amadurecidos para a vida social. Ela tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de condições físicas, intelectuais e morais que dela reclamam, seja a sociedade política, no seu conjunto, seja o meio especial a que ela se destina particularmente.

No seu sentido moderno, a educação é uma realidade dinamicamente integrante do “todo social”, ou seja, em tudo aquilo que faz parte da vida humana, situando-se num nível do pensamento e do discurso bastante avançado, levando em consideração a evolução do conceito, pelo menos a partir do séc. XVIII (revolução industrial), passando pelo séc. XIX (revolução política) e princípio do séc. XX, até 1950 (período de grandes mudanças).

Segundo Carmo (2001) em termos gerais, podem-se distinguir dois aspectos do processo educativo, na óptica da aprendizagem de papéis, independentemente de eles estarem codificados institucionalmente ou não: a educação formal e a educação não formal, defendendo que, as necessidades de educação formal, hoje, não se circunscrevem à educação inicial – que integra o ensino básico (pré-escolar e escolar), secundário, profissional e superior – mas abrangem a chamada formação contínua, em múltiplas facetas de formação profissional (actualização, reciclagem, extensão e reconversão) e de formação contínua superior, esta última em contexto académico (pós-

graduação) ou mais direccionada para a investigação e desenvolvimento de unidades produtivas (formação avançada) ”.

No início dos anos 70, uma nova corrente de investigação em Sociologia da Educação começa a tomar forma. Esta corrente, de inspiração weberiana, foca a sua atenção na acção dos indivíduos. Começam a surgir investigações sobre as formas como os alunos e professores constroem as suas acções, atribuem sentido às situações sociais, e as definem. Surge então o interesse pela compreensão das perspectivas, culturas, estratégias e negociações que estão em jogo no processo escolar, especialmente as que ocorrem entre professores e alunos.

Capítulo 2 – Objectivos e indicadores para a educação segundo as organizações internacionais

2.1 A UNESCO

2.1.1 Origem e actividade

Em 1942, durante a II Guerra Mundial, os ministros da Educação dos países Europeus que enfrentavam o poderio nazi, encontraram-se em conferência no Reino Unido, na intenção de darem o primeiro passo para a reconstrução dos seus sistemas educativos, logo que a paz fosse restituída.

Este projecto ganhou força, e outros governos como o dos Estados Unidos, decidiram apoiá-lo com o final da guerra, foi criada uma organização educativa e cultural, decidida numa conferência realizada em Londres em Novembro de 1945. O principal objectivo desta organização era o de estabelecer a solidariedade intelectual e moral da humanidade, de forma a impedir mais um cenário de guerra. A partir daí foi criada a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas - UNESCO. A sua Constituição foi rectificada em Novembro de 1946, seguida da primeira sessão da Conferência Geral da UNESCO. A Declaração de Milénio das Nações Unidas, de Setembro de 2000, serve de base para a definição da estratégia da UNESCO. Neste sentido, são consensualmente aceites um conjunto de objectivos globais de desenvolvimento que definem uma agenda global.

A UNESCO contribui para a implementação destes objectivos do Milénio através das suas estratégias de médio-prazo, onde a principal estratégia da UNESCO é contribuir para a paz e o desenvolvimento humano através da educação, das ciências, da cultura e da comunicação. Esta estratégia unifica as quatro principais áreas de trabalho da UNESCO. Desta forma foram definidos 12 objectivos estratégicos para toda a organização, subdivididos em quatro áreas com o objectivo geral de Contribuir para a paz e para o desenvolvimento humano, na era da globalização, através da educação, da ciência, da cultura e da comunicação.

Definiram-se como principais estratégias:

- desenvolver e promover princípios e normas universais, baseados em valores partilhados, de forma a fazer face aos desafios emergentes na área da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, protegendo e fortalecendo o bem-comum;
- promover o pluralismo através do reconhecimento e da salvaguarda da diversidade simultaneamente com a vigilância dos direitos humanos;
- promover o *empowerment* e a participação na sociedade do conhecimento emergente através do acesso equitativo, capacidade de desenvolvimento e partilha de conhecimento.

2.1.2 Objectivos estratégicos:

Educação: Promover a educação como um direito fundamental de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem; melhorar a qualidade da educação através da diversificação dos conteúdos e dos métodos e a promoção de valores universalmente partilhados; promover a experimentação a inovação, a difusão e a partilha de informação e boas práticas bem como uma política de diálogo na educação.

Ciência: Promover princípios e normas éticas para guiar o desenvolvimento científico e tecnológico e a transformação social; melhorar a segurança humana através de uma melhor gestão das transformações sociais e ambientais; enaltecer as capacidades científicas, técnicas e humanas nas sociedades do conhecimento emergentes.

Cultura: Promover a extensão e a implementação de instrumentos; salvaguardar a diversidade cultural e encorajar o diálogo entre as culturas e civilizações, fortalecer as ligações entre cultura e desenvolvimento, através do reforço da capacidade de construção e partilha de conhecimento.

Comunicação e Informação: Promover a livre circulação de ideias e o acesso universal à informação; promover a expressão de pluralismo e diversidade cultural na média e nas redes de informação mundiais; acesso para todos às Tecnologias da Informação e

Comunicação, especialmente no domínio público. Através destes objectivos e estratégias, a UNESCO visa atingir os Objectivos do Milénio das Nações Unidas. Assim, a UNESCO desenvolve a sua acção nas áreas da Educação, das Ciências Naturais, das Ciências Sociais e Humanas, da Cultura e da Comunicação e Informação.

2.1.3 A função da educação segundo a UNESCO

A UNESCO é a agência das Nações Unidas especialmente vocacionada para a educação. Desde a sua criação em 1945, a UNESCO tem vindo a trabalhar para melhorar a educação em todo o mundo. Neste sentido, as suas actividades têm se desenvolvido na área do apoio técnico, do apoio ao desenvolvimento de projectos inovadores, no apoio à capacidade de construção e no desenvolvimento de redes. Neste contexto, a missão da UNESCO para a educação é promover a educação como um direito fundamental; melhorar a qualidade da educação; e estimular a experimentação, a inovação e o diálogo político. A erradicação da pobreza e o uso das Tecnologias da Comunicação e Informação, são objectivos transversais em todos os programas de acção da UNESCO.

A UNESCO definiu, assim, cinco funções principais para desenvolver a sua missão:

- Identificar os problemas emergentes, procurar estratégias para os resolver, ao mesmo tempo criar um espaço de diálogo para testes e soluções inovadoras;
- desenvolver e definir novos padrões nas áreas-chaves da educação;
- expandir as capacidades dos governos, especialistas, comunidades e sociedade civil, através de serviços de aconselhamento, *workshops*, conferências internacionais e partilha de informação;
- juntar e partilhar informação sobre o que se passa na educação em todo o mundo, especialmente no que diz respeito a boas práticas e às inovações;
- estimular a cooperação internacional para a educação e assegurar que os programas multilaterais e bilaterais reflectam os objectivos da UNESCO e as prioridades definidas para a educação. No Fórum Mundial da Educação de Dakar, realizado no ano de 2000, a

comunidade internacional confiou à UNESCO a coordenação do movimento de Educação para Todos.

Os seis objectivos definidos para uma Educação para Todos são a principal prioridade da UNESCO para a Educação. Deste modo, a UNESCO assegura que a educação está presente nas agendas internacionais, e que os recursos humanos e financeiros são mobilizados para ajudar os governos a atingir os seus compromissos, facilitando o desenvolvimento de parcerias e monitorização de progresso, através da publicação de relatórios de monitorização anual que sintetizam os progressos dos vários países e da comunidade internacional para atingirem uma *Educação para Todos*.

Nesse sentido, o programa educativo da UNESCO define como principal objectivo atingir uma Educação para Todos, o que significa: educação para todos, a todos os níveis, durante toda a vida.

No Fórum de Dakar, os países presentes comprometeram-se e responsabilizaram-se em consolidar e alargar o ensino básico. Desta forma, a comunidade internacional, a sociedade civil e instituições nacionais comprometeram-se a tudo fazer para que os recursos financeiros e humanos não fossem um impedimento para atingir os objectivos que fundamentam o Quadro de Acção de Dakar para os próximos 15 anos:

- Desenvolver e melhorar em todos os aspectos a protecção e a educação de infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
- proceder, para que até 2015, todas as crianças, em particular as do sexo feminino, as crianças em dificuldade e as que pertencem a minorias étnicas, tenham a possibilidade de aceder a um ensino primário obrigatório e gratuito, de qualidade, e o poderem seguir até ao fim;
- responder às necessidades educativas de todos os jovens e de todos os adultos, assegurando o acesso equitativo a programas adequados, tendo por objectivo a aquisição de conhecimentos, assim como de competências necessárias à vida quotidiana;

- melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015, e assegurar a todos os adultos o acesso equitativo a programas de educação básica e de educação permanente;
- eliminar as disparidades entre sexos nos ensinos primário e secundário até 2005 e instaurar a igualdade nesse domínio até 2015, procurando assegurar às raparigas um acesso equitativo e sem restrições a uma educação básica de qualidade com as mesmas oportunidades de sucesso;
- melhorar em todos os aspectos a qualidade da educação, visando a excelência, de forma a conseguir para todos resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis, nomeadamente no que respeita à leitura, à escrita e ao cálculo e às competências indispensáveis para a vida quotidiana. Para atingir estes objectivos, os governos, as organizações, as instituições, os grupos e associações representados no Fórum Mundial sobre Educação comprometeram-se a:
 - promover, ao nível nacional e internacional, um forte empenhamento político a favor da Educação para Todos, definir planos de acção nacionais e aumentar sensivelmente o investimento na educação básica;
 - promover políticas de Educação para Todos no quadro de uma acção sectorial durável e bem integrada, claramente articulada com as estratégias de desenvolvimento e de eliminação da pobreza;
 - conseguir que a sociedade civil invista activamente na elaboração, concretização e acompanhamento de estratégias de desenvolvimento da educação,
 - desenvolver estratégias integradas para a igualdade dos sexos na educação, que reconheçam a necessidade de uma evolução de atitudes, de valores e de práticas;
 - desenvolver com urgência actividades e programas de educação para lutar contra a epidemia do HIV/SIDA;
 - criar um ambiente educativo saudável e seguro, que favoreça uma aprendizagem eficaz, nomeadamente fornecendo materiais didácticos de qualidade que permitam a todos os alunos atingir e ultrapassar níveis de aquisição bem definidos;
 - melhorar o estatuto, o comportamento deontológico dos professores;

- pôr as novas tecnologias da informação e da comunicação ao serviço da realização dos objectivos da Educação para Todos;
- assegurar um acompanhamento sistemático dos progressos conseguidos para atingir os objectivos e desenvolver as estratégias de Educação para Todos aos níveis nacional, regional e internacional;
- apoiar-se sobre os mecanismos existentes para acelerar os progressos no sentido de uma Educação para Todos. Caberá a cada país, por um processo de consulta entre todos os parceiros da educação e seguindo os princípios directores enunciados no documento da UNESCO "*Préparation des plans d'action nationaux*", traçar a via a seguir para atingir os objectivos da Educação para Todos, em conformidade com os compromissos assumidos.

Para os países em vias de desenvolvimento, que lutam para erradicar a pobreza, estender o ensino básico a todos. As estatísticas fornecem-lhes uma muito útil medida do seu progresso, rentabilizando melhor os seus escassos recursos. Para os países desenvolvidos, as estatísticas da educação são fundamentais para ajudar os governos a responder aos desafios da globalização, caracterizados por enormes avanços tecnológicos e grandes transformações económicas.

O Instituto de Estatísticas da UNESCO é responsável pela compilação de estatísticas da educação. O objectivo deste instituto é apoiar os Estados-Membros da UNESCO a juntar, analisar e disseminar indicadores comparáveis internacionalmente que informam as políticas educativas e monitorizam os seus impactos e resultados. Desde a sua criação em 1999, que o Instituto de Estatísticas da UNESCO tem desenvolvido um trabalho de consulta junto dos países-membros para identificar as necessidades por eles manifestadas, e desenvolver uma estratégia que satisfaça essas necessidades.

Neste sentido o Instituto tem desenvolvido uma série de *workshops* técnicos em todo o mundo, que têm alertado para a importância das metodologias e instrumentos de recolha de dados, e que têm disseminado um quadro de referência comum que uniformize os

dados que dizem respeito à educação. Como resultado, os indicadores de educação têm melhorado no que diz respeito à sua validade e comparabilidade.

“A finalidade geral dos indicadores sobre educação é facilitar o acompanhamento da evolução da educação para todos e a análise das principais tendências da educação e dos grandes problemas da política educativa no mundo. Também têm utilidade prática para os responsáveis da política educativa a níveis nacionais, por exemplo quando se trata de facilitar as comparações com países vizinhos que se encontram em níveis de desenvolvimento comparáveis” (UNESCO, Relatório Mundial da Educação, 1993, p. 108).

A primeira série de indicadores da educação publicados pela UNESCO foi em 1991, e em 1992, por iniciativa do seu director-geral, foi realizada uma reunião com peritos de 24 países com objectivos de rever e actualizar a primeira série de indicadores sobre educação no mundo. Este *Relatório Mundial da Educação 1993*, elaborado pelo secretariado da UNESCO, é a segunda de uma nova série de publicações bienais em que se faz a análise ampla e concisa das grandes tendências e políticas da educação no mundo. O tema central deste relatório é a “educação num contexto mundial de adaptação e mudança” e incide, essencialmente, em três aspectos principais:

- nas diferenças em matéria de acesso à educação;
- na diversificação ou não das escolhas educativas e das novas exigências em matéria de igualdade de oportunidades;
- nas novas “normas de nível”, e no campo da cooperação internacional.

Em 1995, é publicado pela UNESCO mais um *Relatório Mundial da Educação*, desta vez sob o lema das mulheres e das jovens. São examinadas as tendências globais e os desenvolvimentos no acesso das raparigas à educação formal, quer nos países industrializados, quer nos países em vias de desenvolvimento, e faz uma breve revisão das medidas tomadas em prol da educação para a paz, dos direitos do homem e a democracia.

A quarta edição do *Relatório Mundial da Educação*, 1998, dá especial atenção aos professores, sendo este considerado a maior profissão do mundo. Desde o seu estatuto, passando pelas suas condições de trabalho, pela análise das tendências no ensino e aprendizagem. O relatório traça um retrato global baseado nos desenvolvimentos recentes do sistema de ensino e das políticas educativas. Também enfatiza o impacto das novas tecnologias no ensino e o seu potencial para uma aprendizagem fora da sala de aula.

2.2 O Banco Mundial

2.2.1- Origem e actividade

O Banco Mundial (BM) foi criado em 1944 com o objectivo de reconstruir a Europa após a II Guerra Mundial. Depois da II Guerra Mundial foi colocado em prática o princípio dos países ricos trabalharem no sentido de ajudar os países pobres. A reconstrução continua a ser o enfoque do trabalho do BM, devido às emergências humanitárias provocadas pelos desastres naturais, pelos conflitos bélicos, e pelas necessidades de desenvolvimento. No entanto muito do trabalho do BM é desenvolvido no sentido de contribuir para a diminuição dos índices de pobreza.

No início da década de 80, o BM foi confrontado com as questões macroeconómicas e o reescalamento da dívida. Mais tarde surgiram as questões sociais e ambientais, acompanhadas de uma sociedade civil mais vigilante que acusou o BM de não controlar as suas próprias políticas. Para dar resposta a estas pressões o BM divulgou o *Relatório Waspenhans* que abordava as preocupações sobre a qualidade das operações do Banco, e foi, também, criado um painel de inspecção para investigar as reivindicações de que o Banco era alvo. Mas as pressões não diminuíram e atingiram o seu ponto mais alto na Reunião Anual do BM realizada em Madrid em 1994.

Foi neste contexto que o BM se foi complexificando e hoje em dia tornou-se um grupo que abrange cinco instituições de desenvolvimento em estreita associação: o BIRD –

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; a IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento; a IFC – Corporação Financeira Internacional; a MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos; e o ICSID – Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos. Desde então estas cinco instituições têm vindo a trabalhar em estreita colaboração para melhorar a eficácia interna e externa do Banco.

A orientação estratégica destas instituições prende-se com o desafio de reduzir a pobreza e alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio e, neste sentido, a função principal do BM é apoiar os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento com empréstimos, garantias, trabalho analítico e de consultadoria, alívio da dívida, fortalecimento da capacidade e monitorização das políticas globais. A estratégia de redução da pobreza do BM baseia-se na construção do clima de investimento em países pobres.

Em 2001, o *Documento sobre Estrutura de Estratégia*, identificou dois pilares sobre os quais o Banco deve desenvolver as suas actividades com vista a alcançar os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* das Nações Unidas. O primeiro pilar baseia-se na constatação que o desenvolvimento mais bem sucedido é aquele liderado pelo sector privado, mas facilitado por um governo que propicie o empreendimento e a actividade económica através da oferta de infra-estruturas, capital humano e um sistema legal e judicial adequado.

O segundo pilar aborda as questões da educação e da saúde, no sentido de os assegurar para que os mais pobres possam ter condições para participar no processo de desenvolvimento e possam criar novas oportunidades económicas. Foi neste sentido que em 2003, o BM especificou sete áreas que passaram a ter uma atenção especial: a educação para todos, a SIDA, a saúde maternal e infantil, o fornecimento de água e saneamento básico, o desenvolvimento de um clima que favoreça o investimento, e a

luta para assegurar um desenvolvimento sustentável. Estas são as áreas nas quais o BM procura trabalhar mais de forma a produzir resultados a curto-prazo.

2.2.2 A função da educação segundo o Banco Mundial

O Banco Mundial (BM) é um dos maiores financiadores externos da educação. Desde o início do financiamento na área da educação em 1963, o BM comprometeu-se em ajudar os países a acelerar o progresso na frequência à educação. Para os países mais pobres a grande prioridade é ajudá-los a atingir o ensino primário universal até 2015, com um forte enfoque na diminuição nas diferenças de género. Assim, o Banco Mundial apoia os países a:

- desenhar e implementar políticas e reformas necessárias;
- fortalecer as instituições de capacidade de construção;
- fortalecer o conhecimento e a disseminação de experiências de desenvolvimento em todo o mundo;
- mobilizar recursos financeiros, quer através de empréstimo quer através de outros meios. Os programas educativos do Banco Mundial são de natureza variada, como por exemplo: apoio à construção de salas de aula, aumento do fornecimento e distribuição de livros, apoio à formação de professores, aumento da literacia nas mulheres, construir economias baseadas no conhecimento através de reformas educativas no ensino superior, transformar os sistemas educativos através do investimento nas tecnologias da comunicação e informação, e expansão do acesso à educação nas zonas rurais, em particular no que diz respeito às raparigas.

O trabalho do Banco Mundial na área da educação está ancorado num sector estratégico para a educação “*Education Sector Strategy*” revisto periodicamente para assegurar que assistência aos países vai de encontro às suas necessidades. Este sector estratégico definiu três pilares fundamentais para que um sistema educativo seja considerado bom: Acesso: Alunos prontos a aprenderem, ambiente de aprendizagem de apoio e provisão de acesso.

Qualidade: Currículo relevante, Pessoal motivado.

Oferta: Governança, Recursos e Avaliação.

A Educação, para o Banco Mundial, é considerada a questão fulcral para levar a cabo a missão do Banco para reduzir a pobreza global. Neste sentido o BM está comprometido em apoiar os países a acelerar o desenvolvimento do acesso à educação. Para os países mais pobres a prioridade é apoiá-los no objectivo de toda a população atingir o ensino primário até 2015, com enfoque na diminuição das diferenças de género. Neste sentido o BM apoia-os a:

- desenvolver e implementar orientações políticas e reformas educativas;
- dotar os países de capacidade fortalecendo as suas instituições;
- fornecer um maior conhecimento à população e dar a conhecer experiências de desenvolvimento noutros países;
- mobilizar recursos financeiros.

Para o Banco Mundial o objectivo a atingir a longo-prazo é assegurar que todos consigam completar o ensino básico com qualidade, adquirindo capacidades essenciais (literacia, resolver problemas e capacidades sociais), e proporcionar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Foram acordadas, no plano internacional, metas específicas no que diz respeito ao ensino primário universal, à literacia de adultos e à paridade de género na educação básica, no âmbito da iniciativa Educação para Todos e no âmbito dos objectivos do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE. O BM comprometeu-se a trabalhar em prol destes objectivos.

Todo o trabalho na área da Educação desenvolvido pelo BM está ancorado numa Estratégia Global para o Sector da Educação, e em estratégias educativas regionais. Tal como a UNESCO, também o BM aderiu ao compromisso internacional de *Educação para Todos* lançado em Jomtien, na Tailândia em 1990, no sentido de ajudar a trazer os benefícios da educação a todos os indivíduos de todas as sociedades. Este compromisso, reafirmado em Dakar em abril de 2000 estabelece como principais objectivos:

- assegurar o ensino primário universal para todas as crianças até 2015;

- eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário;
- melhorar a educação de infância e os cuidados infantis;
- assegurar o acesso equitativo a programas de aptidões para a vida;
- atingir um aumento de 50% na literacia de adultos até 2015;
- melhorar em todos os aspectos a qualidade da educação.

O trabalho analítico do Banco Mundial tem ajudado a redefinir o objectivo de tornar o acesso ao ensino primário universal, para o objectivo de atingir a conclusão do ensino primário universal, reconhecendo que a aprendizagem tem lugar não com a inscrição das crianças, mas quando elas concluem um ensino primário de qualidade.

No que diz respeito à “educação para a economia do conhecimento”, o BM desenvolve um programa analítico de três anos, iniciado pela Rede de Desenvolvimento Humano, também do Banco Mundial. Neste sentido, o trabalho do BM visa compreender qual a transformação necessária para que os sistemas de educação e de formação possam enfrentar os desafios da economia do conhecimento. Neste sentido, o BM tem dirigido aos países em vias de desenvolvimento, as implicações da economia do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida, para que os governos desses países possam desenvolver sistemas educativos eficazes.

As estatísticas da Educação no Banco Mundial, estão compiladas numa base de dados desenvolvida pelo grupo da Educação do Banco Mundial pertencente à Rede de Desenvolvimento Humano, em colaboração com o Grupo de Dados do Desenvolvimento, pertencente à Vice-presidência do Desenvolvimento Económico. Compila dados de uma variedade de fontes nacionais e internacionais e fornece informação acerca das áreas-chave da educação.

O relatório “*Education Sector Strategy*”, publicado pelo Banco Mundial em 1999, define os seguintes indicadores da educação:

PIB per capita; taxa estimada de literacia nos adultos; taxa bruta de inscrições no ensino primário; taxa líquida de inscrições no ensino primário; taxa bruta de inscrições no ensino secundário; taxa líquida de inscrições no ensino secundário; taxa bruta de inscrições no ensino terciário; percentagem de alunos que chegam ao grau 5; esperança de vida na escola (anos); progressão no ensino secundário; despesa pública com a educação em percentagem do PIB; rácio professores-alunos no ensino primário; rácio professores-alunos no ensino secundário, percentagem de raparigas no total de inscrições do ensino primário; percentagem de raparigas no total de inscrições do ensino secundário; percentagem de inscrições no ensino privado em relação ao total de inscrições no ensino primário.

Capítulo 3 – Educação e Desenvolvimento

3.1 A problemática da Educação e o Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX apoiava-se numa visão positivista e estruturalista, guiada pela confiança no progresso ilimitado através da industrialização. Acreditava-se que o bem-estar social seria consequência direta do crescimento económico. A partir da década de 70 este modelo de desenvolvimento começa a ser questionado, dada a incapacidade de resposta aos problemas sociais e ambientais que se agravavam.

O paradigma tecnocrático começou a desmoronar-se dando origem à construção de novos modelos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade humana. Esta abordagem, centrada na própria pessoa, substitui a ideia de valorização de recursos para o crescimento económico, dando lugar à valorização pessoal baseada na liberdade de escolha de cada indivíduo capaz de ser cidadão responsável.

Nesta perspectiva, e tendo em conta o contexto de globalização que caracteriza as sociedades actuais, o desenvolvimento terá de ser não apenas desenvolvimento económico, mas desenvolvimento social, cultural e pessoal. Também o surgimento de organizações internacionais como a UNESCO, a OCDE e o Banco Mundial favoreceu a criação de fortes espaços de referência para a formulação de políticas educativas, mais precisamente em relação ao chamado Terceiro Mundo.

Estas organizações baseadas nas Teorias do Capital Humano, sustentavam uma ideia de educação como forma de suportar uma modernização das sociedades. Foi a partir dos anos 60, com a constatação do fosso cada vez maior entre o primeiro e o terceiro mundo, que começaram a ser criticados os discursos técnicos produzidos por estas organizações, que, apoiadas em teorias económicas, mostravam uma perspectiva positivista baseada em análises quantitativas.

3.2 A Educação na era da Globalização

O modelo de globalização neoliberal, promoveu as políticas educacionais à escala internacional, através de agendas definidas por organizações multinacionais e bilaterais tais como o FMI, o BM, a UNESCO, a OCDE, etc. Estas organizações desenvolveram redes de financiamento, de troca de informações e de conhecimentos entre várias entidades que, na opinião de António Novoa, assentaram numa ideologia de progresso, num conceito de ciência, na ideia de Estado-Nação e na definição do método comparativo.

A ideia de progresso assentava na convicção de que a expansão e melhoria dos sistemas educativos asseguravam o desenvolvimento socioeconómico. O conceito de ciência assentava no paradigma positivista que atribuía às Ciências Sociais o papel de estabelecer leis gerais sobre o funcionamento dos sistemas educativos, no sentido de uma normalização do ensino e da eficácia das Políticas Educativas. A ideia de Estado-Nação, segundo Nóvoa (1995), diz respeito à assunção do Estado como comunidade privilegiada de análise, o que levava à comparação entre dois ou mais países, assente na definição do método comparativo como quantificação de resultados comparáveis.

Para Dave Hill (2003), a reestruturação mundial dos sistemas educativos faz parte de uma ofensiva ideológica e política do capital neoliberal. Sendo o princípio fundamental do capitalismo a maximização do lucro privado, as políticas neoliberais resultaram, segundo Hill *“numa perda de equidade e da justiça económica e social; numa perda de democracia e da responsabilidade democrática; numa perda de pensamento crítico dentro de uma cultura de desempenho”* (p. 28). Neste contexto, é construído um consenso transnacional sobre as reformas necessárias para a educação por forma a cumprir as necessidades de eficiência das empresas. Objectivo este, que Hill considera ter vindo a ser disseminado através de organizações transnacionais, dominadas pelas elites políticas e económicas.

Considerando a educação como um conjunto complexo de relações no seio dos processos de globalização, Stephen Ball (2001), também partilha da opinião de que estamos perante um processo de convergência de políticas educativas e de bem-estar social em países com contextos históricos e sociais bem distintos.

Almerindo Janela Afonso (1998), afirma que as grandes consequências da globalização para a educação prendem-se com: a utilização de testes estandardizados; a crescente dependência das agências governamentais em relação à recolha e análise de dados sobre o desempenho das escolas; a intensificação dos esforços para ligar a educação às necessidades industriais; a alteração nas expectativas em relação à avaliação educacional.

Neste sentido, Roger Dale (2001), avança com a hipótese do que ele chama uma *Agenda Globalmente Estruturada*, que tem no seu cerne os grandes projectos estatísticos internacionais produzidos no seio das organizações multilaterais. Dale parte do pressuposto que a globalização pode afectar as políticas e as práticas educativas nacionais referindo-se à abordagem de John Meyer, designada por *Cultura Educacional Mundial Comum* – CEMC – defende que o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam mais através de modelos universais de educação, de Estado e de sociedade, do que através de factores nacionais distintos.

Na opinião de Dale (2001), as organizações internacionais são meios privilegiados de difusão da *Cultura Educacional Mundial Comum*, pois estas organizações reflectem a influência de um sistema global e assim institucionalizam ideologias, estruturas e práticas mundiais ao nível do Estado-Nação, contribuindo para uma convergência de políticas educacionais. “*O conteúdo efectivo da mensagem veiculada pelas organizações internacionais baseia-se em modelos, categorias e guiões através dos quais o mundo é universalizado e, a um dado nível, unificado*” (p. 159). A esta questão, muitos autores referem-se como *governança global*, onde as acções dos Estados são moldadas pelas grandes organizações internacionais.

Uma outra consequência importante para os sistemas educativos, directamente ligada ao processo de globalização prende-se com o problema da organização do conhecimento, fundamental para a educação dos dias de hoje. Na opinião de Morin (2002) a reforma do ensino deverá conduzir à reforma do pensamento e à reforma do pensamento, à reforma do ensino (p. 21). Morin defende que: *“mais vale uma cabeça bem feita do que bem cheia”*. Ou seja, mais do que acumular saberes, temos de saber colocar e tratar os problemas, relegando os saberes e dando-lhes sentido. A educação, na opinião deste autor, deverá, assim, contribuir para uma inteligência geral que favoreça a resolução de problemas especiais, apta a organizar conhecimentos.

Na opinião de Fátima Antunes (2001), para se compreenderem as evoluções recentes no campo educativo, é necessário que se aprofunde a abordagem da agenda globalmente estruturada para depois analisar o impacto e a influência das entidades internacionais no domínio educativo e a difusão e apropriação de modelos e orientações pelas políticas educativas nacionais. Segundo a autora *“os efeitos mais importantes do processo de globalização na educação decorrem de alterações concomitantes no modo de regulação particular das formações sociais nacionais e na natureza, funcionamento e papel assumidos pelos Estados-Nação como resposta e no contexto daqueles fenómenos”* (p. 165).

3.3 O surgimento de novas ideias e fins para a educação

Durante a segunda metade do século XX o pensamento educativo esteve marcado pela influência da psicologia, no que se refere à concepção do educando e aos processos de aprendizagem. A sociologia trouxe alguns contributos, no sentido de tomarmos consciência da existência de relações e interdependências entre as condições sociais externas e as características estruturais dos sistemas educativos, e também quanto aos significados sociais dos processos educativos (Sacristán, 2003).

A antropologia salientou a variedade e a relatividade das culturas e das práticas educativas. Todos estes contributos criaram uma visão mais realista da educação e hoje assistimos a uma forte ênfase na centralidade do sujeito no processo educativo.

Para Sacristán, a globalização neoliberal difundiu um pensamento, polarizou práticas e políticas, “*que entendem a educação como uma mercadoria submetida à procura do mundo do trabalho, em detrimento do sujeito e da democracia* (2003, p. 119) ”. Ele ainda afirma que a razão de ser da educação é a sua dimensão teleológica e a sua dinâmica, por outras palavras, a educação é vista como o motor e instrumento para a realização das visões imaginárias sobre o destino do ser humano e da sociedade.

Neste sentido, este autor afirma que a educação já não se dedica à manutenção de certos valores universais, em que assentava, como a Escola de Massas. Nos dias de hoje, o mundo é pensado como um tecido complexo de várias culturas que interagem entre si, sendo a educação um espaço aberto a esta diversidade cultural. Também a ideia de uma educação que satisfizesse as necessidades do mercado de trabalho, sem qualquer projecto de sociedade humanizada, parece ter sido abandonada.

No contexto de uma sociedade mundial onde o acesso às Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação atravessa culturas e fronteiras, existe uma enorme pressão para alterar o pensamento educativo, para que a partir dele se desenvolvam novas políticas educativas. Este pensamento educativo é baseado em filosofias educativas que definem as relações entre a educação, a sociedade, o meio e o conhecimento e que são, de acordo com Bertrand, imagens fabricadas da realidade que geram modelos educacionais que estabelecem regras e valores que orientam a organização da educação e dos seus sistemas. Estes pensamentos educativos, traduzidos em teorias, definem as finalidades da educação assumindo a forma de uma imagem fabricada da realidade que serve de referência à mudança organizacional (Bertrand, 2001).

Bertrand definiu ainda um outro tipo de teorias educativas que são as teorias que defendem o princípio de que a Educação deve ser um meio de resolução dos problemas sociais, culturais e ambientais, preparando os alunos para a resolução desses problemas, são as *Teorias Sociais*. Para os autores destas teorias, a educação participa na transformação do real, e educar é favorecer o nascimento de novos fenómenos de transformação do real.

A *Educação ao Longo da Vida*, segundo Licínio Lima (2002), revelou-se um dos pilares educativos do Estado-Providência. Este ideal conferiu um novo sentido e integrou diversas modalidades e formas de educação/formação, que se assumiram como objectivo último, de forma a atingir uma participação e cidadania democrática, para o esclarecimento e autonomia dos cidadãos. Este paradigma educativo defende que a Educação não deve ter como fim exclusivo a produção de Capital Humano para responder aos desafios de um mercado económico competitivo, mas sim, que a educação é um processo de desenvolvimento das capacidades do próprio indivíduo ao longo de toda a sua vida.

Esta abordagem da educação, que estende o processo educativo durante toda a vida e em todos os contextos, salienta outros conceitos importantes, e que têm ganho especial destaque nas últimas décadas. Falamos em concreto dos conceitos de sociedade do conhecimento, sociedade educativa, caracterizados pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação, que abriram e facilitaram ainda mais os espaços e os tempos de aprendizagem, no sentido de uma educação dentro e fora dos sistemas regulares de ensino.

Encarando a Educação como o espaço social privilegiado para o aperfeiçoamento das especificidades individuais e da compreensão das especificidades dos outros, as vantagens de uma *Educação ao Longo da Vida* prendem-se com a flexibilidade, a diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço (UNESCO, 1996) o que nos

posiciona num processo de Educação permanente e de realização pessoal aperfeiçoando saberes e aptidões.

Ambrósio (2003), defende que o pensamento educativo baseado no Paradigma da Educação/Formação ao Longo da Vida tem de ser traduzido em Políticas Educativas, através de metas a curto, médio e longo-prazo, *“horizonte de tempo que a Globalização no faz perder, mas que a Educação tem de salvaguardar”*. (p. 7). Nesta lógica, torna-se claro que a Educação ao Longo da Vida se tornou o principal meio para a autoconstrução da pessoa que aprende também a tornar-se cidadão assumindo a responsabilidade pelas suas decisões e sendo solidário com o meio e com os outros.

Defendendo a educação como uma *“criação constante de subjectividades paradigmáticas”* (2003, p. 21), Boaventura Sousa Santos refere que as pessoas aprendem *“através de uma criação sistemática, apurada e metódica do pensamento crítico independente, de cidadania activa, de uma luta por uma transformação emancipatória paradigmática”*. Como consequência da emergência de um novo pensamento educativo que estabelece uma nova finalidade para a educação, baseada em novos paradigmas educativos, assistimos, também, a mudanças ao nível dos fins e objectivos da educação.

Maria Irene Figueiredo estabelece uma divisão entre os objectivos definidos para a educação (1993): por um lado destacam-se os objectivos definidos em função do sistema educativo; por outro lado, referem-se os objectivos que visam a eficácia externa da educação, ou seja, orientados para o sistema social em geral. Para esta autora *“é no ponto charneira, de equilíbrio, entre o âmbito social geral e o do propriamente educativo que deve ser colocada a questão das finalidades da educação”* (1993, p. 90). Neste sentido, esta autora definiu conceitos diferentes para o significado de metas, finalidades e objectivos da educação (1993):

- As metas da educação são os fins definidos explícita ou implicitamente por uma sociedade para o seu sistema educativo;

- As finalidades da educação exprimem o direccionamento dado ao sistema educativo pelos educadores, e por isso são definidas metas educativas mais específicas;
- Os objectivos educativos são os resultados previstos ou esperados do processo educativo.

O Relatório Mundial sobre a Educação da UNESCO, publicado no ano 2000, refere que a visão dos objectivos e metas da educação emergentes nas últimas décadas baseam-se em dois temas principais: o primeiro é a educação para a paz, para os direitos humanos e para a democracia, o segundo a educação para o desenvolvimento. Tendo em conta que durante o período da Guerra Fria, o contexto internacional não favorecia a troca de opiniões e experiências relativas à educação, os direitos humanos e a educação para a paz eram assuntos polémicos.

A comunidade internacional cada vez mais defende que a educação desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, no sentido em que proporciona às pessoas as capacidades necessárias para poderem abordar as questões do ambiente e do desenvolvimento. Falamos de uma educação que deve abordar a dinâmica do desenvolvimento tanto na sua dimensão física e biológica, como na sua dimensão socio-económica, e na sua dimensão humana e espiritual. É neste sentido que o Relatório Mundial da Educação da UNESCO de 2000 refere que a educação para a paz, para os direitos humanos e para a democracia, bem como a educação para o desenvolvimento são vistos como tendo o mesmo fim.

Rosário Gâmbua (2004,) referindo-se à concepção de educação de John Dewey, afirma que os objectivos da educação são intrínsecos à própria educação. Esta visão dos objectivos da educação é contrária à visão tradicional dos objectivos da educação. Para Dewey a educação consiste num processo contínuo de observar, pensar e reformular, que não deve ter um fim propriamente definido, abandonando, assim, uma função determinista e teleológica do processo educativo, característica da definição contemporânea dos objectivos para educação. *“Tal como os fins da vida se identificam*

com o processo que a serve (viver), a educação realiza-se realizando-se. Não se trata de uma actividade preparatória orientada para a realização de um objectivo terminal; trata-se, sim, de uma dinâmica natural, cujo desenvolvimento é em si mesmo um fim, potenciando inteligentemente processos capazes de articularem progressivamente o passado com o futuro. Este é, aliás, o sentido do princípio de continuidade na sua aplicação educativa. Realizar-se a mediação pessoal entre o passado, o presente e o futuro em cada momento do processo educativo” (Gâmbua, 2004, p. 43). Constatamos, a surgimento de um pensamento educativo de natureza mais humanizada, que procura estabelecer novos fins e objectivos para a educação, dando maior centralidade no processo de construção da própria pessoa.

3.4 A evolução e o contexto actual das Políticas Educativas face ao Desenvolvimento

Durante cerca de três séculos, a igreja tutelou os sistemas educativos. No século XVIII, a Revolução Francesa alterou o cenário ideológico, com a expansão do liberalismo e a consolidação da economia à escala mundial, o que traz grandes consequências para o campo educativo. O Estado, na maior parte dos países, passa a assumir o controle dos sistemas educativos. Assim, no século XIX a escola é o principal meio de consolidação do Estado-Nação, e expandindo-se assim o modelo escolar a todas as camadas e grupos sociais nos diferentes espaços mundiais.

A partir do século XIX os sistemas educativos iniciaram uma tendência para estandardização, acelerada a partir do fim da II Guerra Mundial. Nesta chamada fase da expansão capitalista, o Estado-Providência surgiu como uma necessidade de criar condições para responder às novas necessidades sociais de protecção social, acesso aos cuidados de saúde e à educação, ao mesmo tempo que o Estado assumia um papel activo na economia.

A criação de Organizações Internacionais como a UNESCO, a OCDE, o Banco Mundial, etc., abriu uma nova era para a circulação dos conhecimentos sobre educação. A tendência para a standardização (iniciada anteriormente aquando da Escola de Massas) foi reforçada por estas organizações através dos seus peritos e especialistas que se esforçavam por tornar comparáveis as suas análises dos sistemas educativos. No entanto, as políticas económicas capitalistas adoptadas pelo Estado tiveram como consequência um crescimento económico sem precedentes assegurando ao mesmo tempo o acesso ao emprego, ao controle da inflação e o acesso a determinados direitos sociais.

Foi na década de 70, com o choque petrolífero que levou a uma crise profunda, que se questionaram os princípios orientadores do modelo keynesiano em que assentava o Estado-Providência. O Estado passou, então, a ser visto como um obstáculo ao desenvolvimento económico. Esta crise do Estado-Providência tem vindo a sofrer algumas tentativas de resolução pela implementação de políticas sociais e económicas, que tiveram repercussões importantes nas reformas educativas mais recentes.

A resolução desta crise, na opinião de Almerindo Janela Afonso, passa necessariamente por um novo equilíbrio entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação (1998), ou seja, as consequências do funcionamento dos sistemas económicos têm uma forte influência nas crises sociais e educacionais, o que significa que *“a forma como o Estado gere a educação está fortemente condicionada pela sorte da economia e pelas estratégias adoptadas para lidar com os problemas que derivam do sistema económico”* (p. 149).

Neste contexto, António Teodoro (2003, p. 31) afirma que a legitimação das políticas dos países de periferia (ou semiperiferia) começou a depender cada vez mais da assistência técnica destas organizações. Ou seja, até meados do século XX, o modelo de desenvolvimento económico que caracterizava as sociedades ocidentais pedia à escola que formasse Recursos Humanos, Capital Humano. Os contextos socio-económicos

actuais, fizeram emergir uma preocupação cada vez maior com a qualidade dos sistemas educativos.

Ao longo da história têm vindo a ser exigidas à educação as aspirações do desenvolvimento das sociedades quer através da realização democrática, quer através da exigência de anulação da pobreza, quer através da exigência de desenvolvimento tecnológico e científico, e consequentemente de riqueza material. Teodoro (2003) referindo-se às reformas educativas salienta que estas, seja através do discurso político e técnico, seja através das medidas políticas e administrativas que as implementam, pretendem dar uma nova legitimidade à escola, respondendo desse modo às críticas da sociedade.

Teodoro, referindo-se ao discurso sobre a Educação, afirma que este é dominado por uma enorme carga retórica, no sentido de fazer da educação, da formação e do conhecimento as chaves-mestras do Desenvolvimento Humano. Parece, então, existir uma discrepância entre a formulação dos objectivos que presidem às políticas educativas e a sua concretização (2001, p. 21). Ou seja, a preocupação em examinar até que ponto estamos a assistir ao desaparecimento gradual de uma concepção de políticas específicas do Estado-Nação nos campos económico, social e educativo, e ao mesmo tempo, a junção de todos estes campos numa concepção única de políticas para a competitividade económica é para Stephen Ball uma questão fundamental. Ball está mais preocupado com as “*convergências políticas*”, ou a “*transferência de políticas*”, ou ainda os “*empréstimos de políticas*” (2001, p. 100).

3.5 Os indicadores internacionais de educação

Os indicadores da educação têm a sua origem nos movimentos de indicadores sociais e indicadores económicos da população. Com a realização em Washington, em 1987, da Conferência Internacional sobre os indicadores da educação, confirmou-se a necessidade crescente da divulgação de informação que proporcionassem comparações

entre os vários países, e indicadores que mostrassem o nível de qualidade da educação dos países. A criação de indicadores começou com uma primeira fase exploratória que demonstrasse a praticabilidade da construção de um conjunto de indicadores da educação internacionalmente comparáveis, visando:

- desenvolver um trabalho preliminar para estabelecer uma lista de indicadores-chave;
- organizar um fórum de troca sobre o desenvolvimento de indicadores e o seu uso na política educativa e na sua gestão;
- contribuir para a metodologia de avaliação, desenvolvimento de indicadores, sua compreensão e uso, suas relações e limitações.

Esta primeira fase do projecto veio reafirmar a necessidade destes indicadores serem não só válidos como precisos e comparáveis, para que possam ter, de facto, alguma utilidade. No entanto, a dificuldade veio a ser encontrada não na validade dos indicadores, mas sim na classificação de conceitos. O objectivo não era o de criar um *ranking* internacional, mas sim providenciar aos decisores políticos um maior entendimento dos factores que influenciam a qualidade da educação, de forma a alargar o seu leque de opções políticas (Bottani e Walberg, 1992, p. 9).

Hoje, e depois de um período de massificação da educação, a preocupação centra-se na qualidade dos sistemas educativos e, neste sentido, aumenta-se a pressão sobre os responsáveis educativos para repensarem a educação, para analisarem os seus reais problemas sobre diferentes ângulos, de forma a adoptar, quando necessário, novos objectivos. Existem preocupações comuns que influenciam o desenvolvimento do sistema de indicadores internacionalmente comparáveis.

Referindo-se à finalidade dos indicadores da educação, Bottani e Tuijnman (1994) afirmam que os sistemas de indicadores são utilizados para analisar os programas e as decisões tomadas pelos sectores políticos. No domínio do ensino estes indicadores são, apenas, meras estatísticas, que necessariamente têm de ser organizadas num quadro que ilustre as suas relações mútuas (1994). Existem várias noções de indicadores e entre elas

podemos encontrar: indicadores de performance; indicadores da educação; indicadores de eficácia; indicadores de gestão; indicadores de resultados.

No que diz respeito ao conceito de indicadores Afonso (1998, p. 75) diz-nos o seguinte: *“Os indicadores, são categorias de análise construídas para facilitar a recolha de informações sobre as várias componentes de um sistema educativo. Um sistema de indicadores, embora sendo uma colecção de estatísticas, procura fornecer medidas de várias componentes de um sistema educativo, bem como informações sobre a maneira como essas componentes se interrelacionam para manter ou alterar o sistema. Também há quem defenda que estes indicadores são também utilizados para apoiar os sistemas de responsabilização (Accountability)”* (1998, p. 74).

De acordo com Bottani e Walberg (1992), os indicadores devem ser desenvolvidos nos níveis mais significativos da educação, ou seja, ao nível da escola, ao nível local, nacional e internacional. Para estes autores os indicadores são importantes para a decisão política pois permitem monitorizar, avaliar e desenvolver as opções políticas. Assim, a importância dos indicadores serve para aprofundar o conhecimento de um fenómeno e por isso mesmo o importante é fazer uma leitura dos indicadores contextualizados no ambiente particular a que dizem respeito.

Ao longo dos anos têm vindo a ser desenvolvidos vários modelos conceptuais e propostas de desenvolvimento de sistemas de indicadores de educação. Na opinião de Wyatt, (1994) os indicadores de ensino poderão ser utilizados de quatro maneiras: para responder à exigência de transparência do sistema educativo; para defender ou justificar as acções tomadas; para ajudar a tomada de decisões e para melhor canalizar esforços para atingir objectivos, ou seja, os indicadores da educação são estatísticas que permitem juízos de valor a ser feitos acerca de aspectos chave do funcionamento dos sistemas educativos.

Dada a complexidade dos vários sistemas educativos a informação fornecida pelos indicadores será sempre uma informação limitada, daí a necessidade dos indicadores terem de satisfazer uma série de características substantivas e técnicas. Para complementar a unidimensionalidade de cada indicador, é igualmente necessário criar um conjunto de indicadores que juntos, formem uma representação válida das condições de um certo sistema educativo. Deste modo é necessário que os indicadores tenham uma relação lógica e empírica entre si.

3.6 Objectivos e Indicadores do Desenvolvimento do Milénio

Desde o fim do século XX que a comunidade internacional tem vindo a manifestar a sua preocupação em relação às assimetrias verificadas entre as várias regiões do mundo, em termos de desenvolvimento. A globalização capitalista que caracteriza as sociedades actuais espalha os seus custos à escala planetária, reservando os seus benefícios a apenas algumas regiões do mundo.

Neste sentido, têm vindo a ser desenvolvidas inúmeras iniciativas por parte da comunidade internacional, com o objectivo de reflectir sobre as questões do desenvolvimento, de forma a definir um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado que dê espaço para que as regiões mais pobres possam absorver um pouco das vantagens do mundo globalizado.

As Nações Unidas são a entidade por excelência que luta para que a paz, a democracia e os direitos humanos se estendam por todas as zonas do globo, e tem vindo a organizar vários encontros e a publicar vários documentos que consciencializem os governos de todo o mundo para a construção de um mundo democrático que promova e defenda os direitos das pessoas em ambiente de paz.

Enquanto que nas décadas de 60, 70 e 80, os trabalhos das Nações Unidas para o desenvolvimento se concentrava, principalmente, no crescimento económico, o seu

trabalho tem vindo a enaltecer o bem-estar da humanidade e a erradicação da pobreza como fim máximo do desenvolvimento do mundo. Assim, em Setembro de 2000 os líderes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio das Nações Unidas para fazer frente aos desafios globais em favor da paz, dos direitos humanos, da democracia e da liberdade.

Como resultado desta Cimeira, os dirigentes mundiais comprometeram-se a atingir um conjunto de objectivos e metas reunidos na *Declaração do Milénio*, que foi subscrita por 191 países. Até 2015 o assumir destes objectivos como prioridades guiará um conjunto de esforços colectivos no sentido do combate à pobreza e na prossecução de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Os assim denominados *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, resultaram de um pedido feito ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para que delineasse um “roteiro para concretizar os compromissos da Declaração”. Este roteiro é composto de 8 objectivos, 18 metas e 48 indicadores. “Tal como está esclarecido na Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são pontos de referência do progresso no sentido de uma visão de desenvolvimento, paz e direitos humanos, orientada por certos valores fundamentais e essenciais á relações internacionais no século vinte e um”. (Relatório Desenvolvimento Humano 2003, p. 13).

Os valores orientadores da Declaração do Milénio das Nações Unidas e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio visam: a liberdade, a igualdade, a solidariedade, tolerância, respeito pela natureza, responsabilidade partilhada. Cada um destes objectivos engloba um aspecto ligado à pobreza. Nesse sentido os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* devem ser analisados em conjunto, pois cada um deles reforça o outro, e atingir um desenvolvimento humano sustentável dependerá dos progressos em relação a cada um dos objectivos. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são os seguintes:

Objectivo 1 – Erradicar a pobreza extrema e a fome

Objectivo 2 – Alcançar o Ensino Primário universal

Objectivo 3 – Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres

Objectivo 4 – Reduzir a mortalidade das crianças

Objectivo 5 – Melhorar a saúde materna

Objectivo 6 – Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

Objectivo 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental

Objectivo 8 – Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Definidos estes objectivos, os 191 países presentes na Cimeira comprometeram-se a orientar as suas políticas e a alargar os seus esforços para cumprirem estes objectivos. Para isso foram definidas metas que levariam a uma melhor orientação de esforços. As metas definidas foram as seguintes:

Meta 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia

Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.

Meta 3: Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tantos rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário.

Meta 4: Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

Meta 7: Parar e começar a inverter, até 2015, a propagação do HIV/SIDA

Meta 8: Parar e começar a inverter, até 2015, a incidência da malária e outras doenças principais.

Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos naturais.

Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável à água potável.

Meta 11: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.

Meta13: Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos.

Meta 14: Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento.

Meta 15: Tratar de maneira compreensiva os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo-prazo.

Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, promover e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens.

Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento.

Meta 18: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular as tecnologias da informação e comunicação.

No geral, falamos de um Pacto de Desenvolvimento do Milénio para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Este compromisso político foi restabelecido por um novo acordo mundial concluído em 2002, em Monterrey, no México, aquando da Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, onde os países mais ricos se comprometeram a aliviar a dívida dos países em desenvolvimento de forma a facilitar as suas reformas políticas e económicas.

3.7 Objectivos e indicadores do Desenvolvimento Humano

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio contribuem para o Desenvolvimento Humano, mas eles não reflectem todas as dimensões importantes do Desenvolvimento Humano. “O Desenvolvimento Humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, maior comércio e investimento, progresso tecnológico – tudo é

muito importante mas são meios e não fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é construir capacidades humanas. As capacidades mais básicas para o Desenvolvimento Humano são viver uma vida longa e saudável, ser educado, ter um padrão decente de vida e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade”. (Relatório Desenvolvimento Humano 2003).

O Desenvolvimento Humano, tem como principal objectivo criar um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu potencial de forma produtiva, de acordo com as suas necessidades e interesses. Neste sentido, as pessoas são vistas como a verdadeira riqueza das nações.

Mas, nesta perspectiva, para que as pessoas disponham de um leque de opções mais alargado, é necessário que se potenciem as suas capacidades. Capacidades estas, que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), considera serem: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno. A abordagem do desenvolvimento defendida pelo PNUD é a seguinte: “As pessoas são a verdadeira riqueza das nações.

O objectivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. O processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas tanto são beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do progresso e da mudança que o provocam. Este processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles.” (Relatório Desenvolvimento Humano, 2004, p. 127).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é a rede mundial das Nações Unidas que promove a mudança e estabelece a ligação entre os países e os conhecimentos, a experiência e os recursos necessários para ajudar os países em maior necessidade. No âmbito deste seu trabalho o PNUD publica anualmente o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH). Este relatório foi publicado pela primeira vez em

1990, com o objectivo de voltar a colocar as pessoas no centro do processo de desenvolvimento.

O PNUD desde então tem vindo a publicar anualmente o Relatório do Desenvolvimento Humano realizado por um grupo de especialistas independentes que analisam questões fundamentais de relevância global. Em todo o mundo uma vasta rede de especialistas, académicos, governos e sociedade civil em geral colaboram através do fornecimento de dados que permitam comparações entre países. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo PNUD tem realçado o papel do Desenvolvimento Humano no desenvolvimento das sociedades não apenas tomando em consideração o rendimento per capita, o desenvolvimento dos recursos humanos e as necessidades básicas das populações, como também, factores como a liberdade, a dignidade e a participação política, ou seja, o papel das pessoas no processo de desenvolvimento.

Desde o primeiro relatório, foram desenvolvidos mais quatro índices para o Desenvolvimento Humano: o Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Género, o Índice de Pobreza Humana e a Medida de Participação Segundo o Género (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004, p. 127).

Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano mede a realização média, o Índice de Pobreza Humana para os países em desenvolvimento mede privações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano (uma vida longa e saudável, conhecimento, um nível de vida digno).

A medida de participação segundo o género é mais centrada nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, captando a desigualdade de género em três áreas fundamentais: participação política e poder de tomada de decisão, participação económica e poder de tomada de decisão e poder sobre os recursos económicos.

O Índice de Desenvolvimento Humano combina medidas de esperança de vida, escolarização, alfabetização e rendimento, para permitir uma visão mais ampla do desenvolvimento de um país. Em suma, relatório de Desenvolvimento Humano incide sobre quatro capacidades humanas importantes: levar uma vida longa e saudável, ter conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e participar na vida da comunidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano é, então, uma medida resumo do desenvolvimento humano, que mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e superior; um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita. Com este conjunto de indicadores o PNUD pretende monitorizar o progresso feito em relação ao objectivo principal do desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Capítulo 4. Aparecimento de novos conceitos de desenvolvimento

4.1 Conceito de Desenvolvimento

Segundo Cameron (2003) é possível determinar claramente a distinção entre os conceitos de “desenvolvimento” e “crescimento”, na medida em que ambos se diferenciam um do outro pelos indicadores de “quantidade” e de “qualidade” respectivamente. Desta forma, o desenvolvimento parece dever-se essencialmente às qualidades que reflectem o equilíbrio do social e a ideia do progresso das sociedades e dos homens.

Todavia, o crescimento alia-se aos elementos de “quantidade”, que por seu turno reflectem a capacidade de um dado país fazer face ao seu processo de transformação e desenvolvimento, o que também depende de outros mecanismos de dinamização para o tal fim. Acrescenta-se que apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, as mesmas não se excluem mutuamente, quando na verdade, em alguns pontos elas se completam.

No olhar de Vasconcellos e Garcia (2001), o desenvolvimento em qualquer concepção deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhorias na qualidade de vida, ou seja, deve integrar as sucessivas alterações inerentes à composição do produto e à concentração de recursos pelos mais variados sectores económicos, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

A questão do desenvolvimento enquanto paradigma de um modelo de sociedade equilibrada, colocou-se com especial acuidade no pós-guerra, quando os contrastes entre as economias nacionais dos países ricos e pobres se tornaram mais visíveis, fazendo despertar uma vontade política de actuação por parte das elites governantes.

4.2 Desenvolvimento Humano

Foi na década de 90 que o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) criou o conceito de Desenvolvimento Humano, ao desenvolver o Índice de Desenvolvimento Humano. A este conceito aderiram, na maioria dos países, os governos e os políticos, apelando à construção de estruturas que lutem para a erradicação da pobreza em prol da dignidade humana. O que se pretende é criar estruturas que permitam o desenvolvimento das capacidades humanas, em sistemas sociais com um justo e livre acesso a oportunidades de modo a equilibrar o crescimento económico das sociedades e a partilhar equitativamente os seus ganhos e gastos.

O Desenvolvimento Humano dependerá de “condições de sustentabilidade do processo de Desenvolvimento” (idem), ou seja, dependerá da criação de condições de participação e responsabilidade cívicas de cada indivíduo. “Esta compreensão focaliza-se no conceito de Desenvolvimento Humano no sentido do progresso de todos os homens e das suas capacidades” (Ambrósio, 2003). Mas a verdade demonstrada pelos mesmos relatórios sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, é que cada vez mais diminuem as condições mínimas de dignidade humana, nas mais variadas partes do globo.

De acordo com os relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, o processo de Desenvolvimento das sociedades deve ter como seu principal eixo a formação de sistemas democráticos que permitam a participação de todas as pessoas, através da sua livre expressão de opiniões, de modo a que se sintam parte integrante das decisões que dizem respeito à sua vida. O que se visa é desenvolver, de acordo com as oportunidades e os espaços, a construção de cada indivíduo, na procura de si, capacidade de ser sujeito do seu próprio percurso, adquirindo capacidades de saber, saber fazer, saber ser e saber estar (com os outros). Ou seja, aprender durante toda a vida.

Para Ambrósio (2003), o Desenvolvimento Humano deve ser o fim último de todas as políticas que contribuem para a dignidade e formação das capacidades humanas

seguindo os valores da ética global. Também Mário Murteira (1995), referindo-se aos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD, tem vindo a realçar que nestes relatórios é apontado que o fim último do crescimento económico só poderá ser o Desenvolvimento Humano, e este por seu turno, só poderá significar mais liberdade para os indivíduos realizarem os seus projectos pessoais.

Segundo Griffin e McKinley (1994) uma abordagem baseada no Desenvolvimento Humano tem várias vantagens. Primeiro, porque contribui directamente para o bem-estar das pessoas; em segundo lugar porque é construída tendo por base a igualdade de oportunidades; terceiro, porque ajuda a criar uma distribuição mais igual dos benefícios do desenvolvimento; em quarto lugar, porque permite explorar os vários tipos de investimento nas pessoas; e finalmente tem a vantagem de complementar o capital físico com o capital humano.

4.3 Desenvolvimento local/comunitário

Tendo surgido na década de 50, o desenvolvimento local, também designado desenvolvimento comunitário, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento autocentrado, etc. é muitas vezes entendido como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 1991).

Tendo como pressuposto de base a ideia de que a promoção do desenvolvimento parte necessariamente da satisfação das necessidades básicas das populações, pelo que é indispensável a mobilização do potencial endógeno de cada região, a teoria do desenvolvimento local elege uma estratégia de desenvolvimento que parte da base.

Neste contexto, a coesão social de uma determinada comunidade, bem como a existência de facilitadores da solidariedade social e capacidade de organização da população na participação para a resolução de problemas existentes são também muito importantes.

Segundo Perroux (cit. em Benko e Alain, 1994), na definição de um quadro conceptual que defende uma estratégia de desenvolvimento a partir das regiões, o crescimento não aparece em todo o lado ao mesmo tempo. Os pontos ou pólos de crescimento, cuja intensidade é variável, difundem-se através dos diversos canais e com efeitos terminais também variáveis sobre o conjunto de economia. Segundo esta teoria, não há um mecanismo nacional de crescimento, na medida em que o crescimento nacional depende exclusivamente do desempenho económico das regiões. Assim, o processo de desenvolvimento é desequilibrado e faz-se a partir do pólo ou núcleo de actividade.

Em 1950 o processo de desenvolvimento comunitário destacou-se no seio das Nações Unidas, como sendo um verdadeiro instrumento do progresso social, nos diversos sentidos, atendendo ao contexto social e histórico para onde se dirige (Carmo, 1999). O desenvolvimento comunitário foi então definido como *“um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa”* (pg. 77).

4.4 Desenvolvimento Sustentável

Nos últimos anos tem-se vindo a solidificar uma consciência global da urgência em equilibrar as questões sociais, com as questões económicas e o futuro ambiental do planeta. Falar de desenvolvimento significa, hoje em dia, falar de melhoria da qualidade de vida através da melhoria dos sistemas de educação, saúde, liberdade e entre outros.

A ênfase na sustentabilidade diz respeito ao esforço político em busca do desenvolvimento futuro. O projecto de desenvolvimento baseado num Desenvolvimento

Sustentável, ganhou destaque com o resultado do relatório Brundtland em 1987, intitulado *“Our Common Future”*. Este relatório definia o Desenvolvimento Sustentável como *“o encontro das necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras”*.

No entanto, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que fez ecoar em muitos países as questões do ambiente e do desenvolvimento que levaram à divulgação, a nível internacional, do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que foi pela primeira vez apresentado no Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido pelo Relatório Brundtland¹⁴.

De acordo com Ismail Serageldin (1995, p. 25) a ideia de Desenvolvimento Sustentável, pode ser representada por um triângulo cujos vértices são ocupados pela dimensão social, pela dimensão económica e pela dimensão ambiental:

dimensão económica: Crescimento sustentável, capital e eficiência; dimensão social: equidade, Coesão social, Participação e Empowerment; dimensão ambiental: integridade, ecossistémica, Recursos naturais e Biodiversidade.

Esta sustentabilidade implica uma contribuição adequada para a manutenção do crescimento e do capital, bem como o uso eficiente dos recursos naturais. Neste sentido, sustentabilidade ecológica significa o respeito pela integridade do ecossistema. O lado social é igualmente importante pois o seu desenvolvimento assegurará a equidade, a mobilidade social, a coesão social, a participação, o *empowerment*, a diversidade cultural e o desenvolvimento institucional.

Este autor distingue, ainda, graus de sustentabilidade no processo de manutenção de quatro tipos de capital. Por um lado identifica o capital criado pelos humanos, que é o capital fabricado pela indústria e que é o mais mensurável; o capital natural que diz respeito aos bens fornecidos pelo meio ambiente; o capital humano, que ele identifica como sendo o novo paradigma do desenvolvimento que cada vez mais valoriza o investimento nos Recursos Humanos, considerado como fundamental para a estratégia

de desenvolvimento; e por fim os capitais sociais, que são as bases institucionais e culturais para o funcionamento da sociedade (1994).

As ideias por detrás deste paradigma de desenvolvimento não são novas, mas durante muito tempo os debates em torno do processo de desenvolvimento perderam de vista o fim principal do desenvolvimento – o bem-estar das pessoas. O crescimento económico deverá ser considerado apenas um meio importante para atingir esse fim.

De acordo com o Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável (1992) “*a educação, incluindo a educação formal, a consciência pública e a formação devem ser reconhecidas como um processo pelo qual, os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente as suas potencialidades. A educação desempenha um papel fundamental na promoção do Desenvolvimento Sustentável e no aumento da capacidade das pessoas para abordar questões de meio ambiente e de desenvolvimento. Ainda que a educação básica sirva de alicerce para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial da aprendizagem. Tanto a educação formal como a informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar e lidar com os problemas do Desenvolvimento Sustentável. A educação é também fundamental para conferir uma consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável para a participação pública efectiva na tomada de decisões. Para ser eficaz, a educação sobre o meio ambiente e o desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento, tanto do meio físico/biológico e do socioeconómico, como do Desenvolvimento Humano (que pode incluir o espiritual), deve ser integrada em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios de comunicação eficazes*”. (Agenda 21: Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável, 1992, p. 264).

Capítulo 5. A Teoria do capital humano

O pensar na continuação do crescimento económico sustentado e no papel da democratização económica, política e educativa no desenvolvimento concretiza as pedras-chaves da política do pós-guerra no mundo ocidental. Estas crenças levaram a grandes reformas nos sistemas educativos e a sua expansão ao longo das décadas de 50 e 70 Levin, (1976, citado em Belmiro, 2002).

Assistiu-se à definição de políticas educativas conducentes à criação de condições de igualdade de oportunidades de acesso universal à educação. Por outro lado, o desenvolvimento destas economias iria exigir, uma mão-de-obra preparada para aplicar as novas tecnologias, assim como as novas funções e os processos emergentes numa sociedade em desenvolvimento acelerado. Deste modo, ao mesmo tempo que se alargava a base social de recrutamento dos alunos, contribuindo para o processo de democratização no acesso ao ensino, um maior número de jovens iria usufruir os benefícios da educação, paralelamente, engrossar o efectivo de mão-de-obra qualificada que a actividade económica exigia.

Responder a esta necessidade de mão-de-obra, de forma atempada e adequada, foi o desafio imposto pelo sistema económico à escola mundial. Fazendo aumentar as expectativas face ao sistema educativo, exigindo-se que a escola produzisse as qualificações e as competências necessárias aos novos processos produtivos Levin, (1995, citado em Belmiro, 2002). Coube então à escola, fornecer trabalhadores em número e qualidade suficientes para o processo de crescimento económico que os países testemunhavam .

Alterando o próprio currículo e práticas pedagógicas, de forma a prover todos os indivíduos com um nível de escolaridade e de aprendizagens sobre o trabalho suficiente para obter um emprego aceitável e remunerado em função da quantidade de educação que possuir. Deste modo, a relação que se estabelece entre qualificações possuídas e carreira profissional levou a que os indivíduos se apercebam das vantagens económicas e sociais de que poderiam beneficiar com o consumo de mais educação.

A educação surge então, como um bem que lhes abria as portas do mercado de trabalho de uma forma qualificada, a função desempenhada e os poderes económicos e simbólicos usufruídos, associados a essa função. Deste modo, durante décadas, os sistemas educativos foram pressionados no sentido da sua expansão, não apenas pelo aparelho económico que precisava de mão-de-obra qualificada mas também por parte dos indivíduos cujas qualificações seriam aproveitadas para melhores empregos.

Esta forma de equacionar a relação entre economia-educação atingiu um sucesso considerável nos anos 60/70, com o desenvolvimento da teoria do capital humano. Para os teóricos do capital humano, o aumento da produção e da produtividade é inseparável do aumento do nível de qualificações, desempenhando a escola um papel fundamental. Segundo essa teoria, o maior nível de qualificação académica será acompanhado de uma maior capacidade para produzir de forma mais rápida, segura e eficiente.

Durante algumas décadas o paradigma técnico – económico dominou a educação. Assistiu-se ao desenvolvimento teórico e a sucessivas confirmações empíricas da existência de uma relação positiva entre economia e educação que encontra sua visibilidade teórica, na “teoria do capital humano” que segundo Becker (1964), representa a mais simples explicação da relação existente entre educação, trabalho, produção e produtividade.

A teoria do capital humano perspectiva o trabalho como o resultado de um processo de construção social que se diferencia individualmente em virtude dos elementos diferentes de que os diversos indivíduos se apropriaram durante o seu processo de educação/formação. Por outro lado, a educação constitui o instrumento que poderia assegurar aos jovens oriundos de famílias possuidores de fraco nível de capital económico e escolar a sua socialização noutro grupo social que não o de pertença com a consequente ascensão social, ou seja, concluiu-se que a escola poderia romper com o círculo da pobreza e da atribuição de privilégios por razões de herança social, afastando-os das posições inferiores ocupadas pelos pais.

5.1 Educação (capital humano) competitividade e crescimento económico

O capital humano é definido, segundo Sandroni e Fonseca (1995, citado em Tavares 2005) por um conjunto de investimento destinado à formação educacional de determinada população, visando obter uma maior produtividade e competitividade em toda a economia. Assim o conceito de capital humano proposto por eles, demonstra que investimento em educação e formação profissional representam um dos verdadeiros instrumentos de competitividade que, actualmente vem sendo interpretada e incorporada às novas estratégias duradouras de muitos países, recomendada por vários especialistas e organismos internacionais (UNESCO, OCDE BIRD etc.). Estas recomendações vêm sendo cada vez mais plausíveis, especialmente nos países pobres e em desenvolvimento, porque vem se constatando que investimento na educação (básica, media, técnica e superior) tem impactos sobre o desenvolvimento e crescimento económico de um país.

Esta constatação segundo Tavares, se depara com a história recente de alguns países do leste asiático como a Coreia, que representam uma trajetória económica bem-sucedida na superação do subdesenvolvimento. Ainda segundo o mesmo autor o desempenho dos países do leste asiático, está intrinsecamente ligado ao crescente aperfeiçoamento tecnológico, baseado na adopção de mecanismos efectivos de absorção de conhecimento desenvolvidos em países mais avançados, associado à intensa realização da inovação tecnológica, sendo esta demanda essencialmente a qualificação da mão-de-obra e investimento em educação, além da estratégica abertura económica e intensa participação do estado no estímulo ao desenvolvimento.

As discussões sobre o capital humano ressuscitaram nos anos 70 e 80 com a mesma intensidade, se comparada a dos anos 40 e 50. Essas discussões no ambiente académico e governamental, foram graças às publicações dos trabalhos de Schultz (1962) “o valor económico da educação” e Becker (1964) “a Teoria do Capital Humano”. As duas publicações destacaram a importância da educação como sendo uma das variáveis essenciais que, para além de explicar crescimento económico, demonstra de forma explícita que, as diferenças qualitativas de planeamento e estratégias entre os países ao

longo da evolução do próprio sistema capitalista, se explica pela diferenciação dos investimentos em educação.

PARTE II
ESTUDO DE CASO: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM
SANTA CATARINA

Capítulo 6. Caracterização Geral de Cabo Verde e Santa Catarina

Figura 1: Mapa de Cabo Verde



6.1 Breve caracterização de Cabo Verde

Situado no Atlântico, a cerca de

650 km da costa oeste africana, o arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e oito ilhéus dispostos em dois grupos em função do seu posicionamento em relação aos ventos dominantes: o de Barlavento, constituído pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista e o de Sotavento, formado pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. De origem vulcânica, a maior parte das ilhas são montanhosas e rochosas, exceptuando-se o Sal, a Boa Vista e o Maio, as três ilhas mais planas e mais próximas do continente africano.

O arquipélago terá sido descoberto no âmbito das navegações portuguesas, em 1460 e 1462. O achamento das primeiras cinco ilhas (Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal) é normalmente atribuído a António Noli, devido à doação das mesmas por parte do rei D. Afonso V ao seu irmão D. Fernando, através da carta datada de 19 de Setembro de 1462 (Carreira, 2000). A superfície total emersa do arquipélago é de 4033Km². O mar no interior de Cabo Verde estende-se por uma área de cerca de 90.000 Km². Com a ZEE, a extensão disponível, território e mar, é estimada em cerca de 700.000 Km². Localizado no prolongamento de uma vasta zona árida e semi-árida que atravessa o Continente Africano e fazendo parte integrante do Sahel, as condições climáticas de Cabo Verde, são do tipo tropical seco com persistentes períodos de seca prolongados, o que contribui para a redução dos recursos hídricos (Santos, 1995)

6.2 Organização e Estrutura do Sistema Educativo

O sistema educativo, de acordo com a Lei de Bases (Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro), compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extra-escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração. A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias e de instituições oficiais, de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

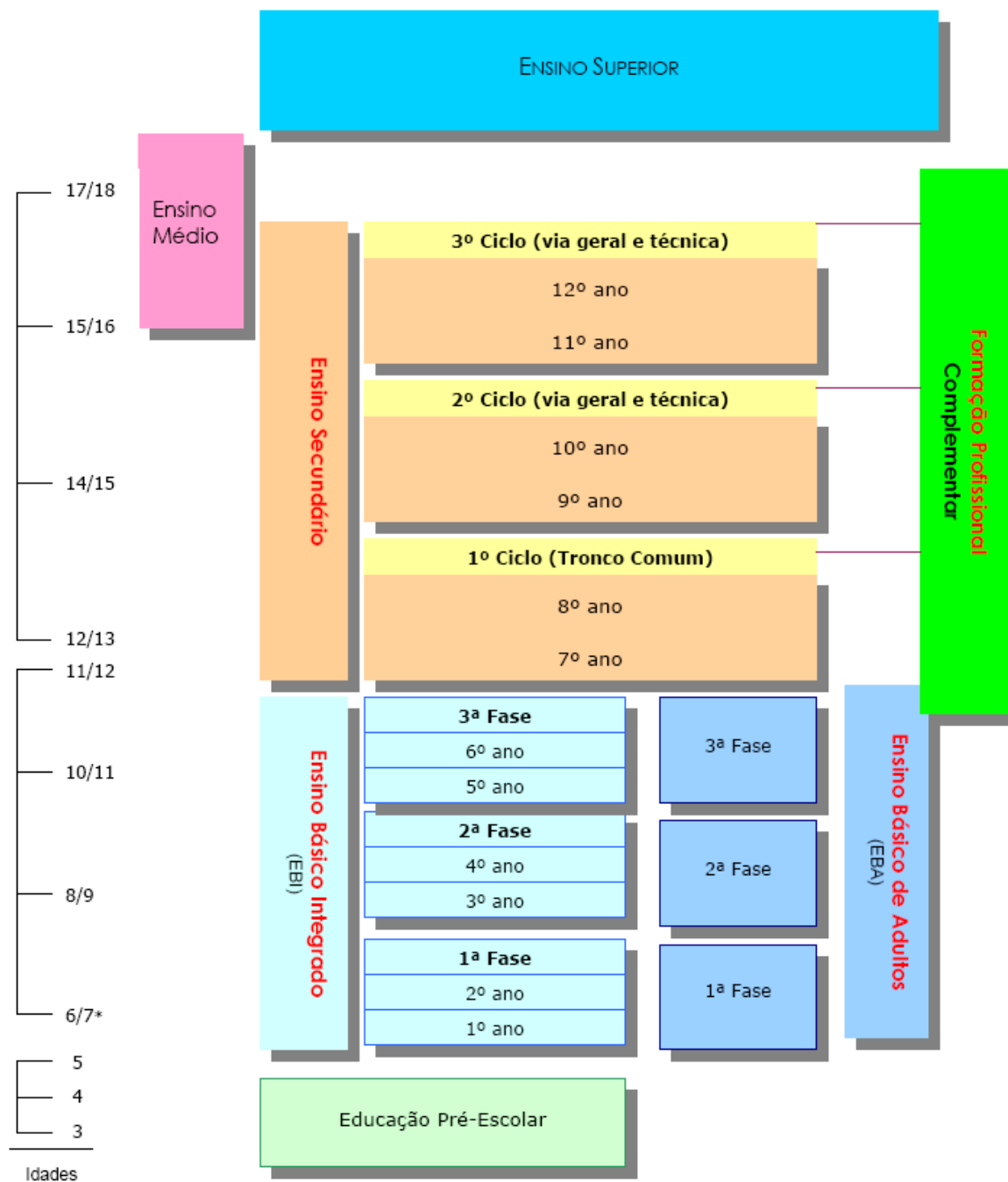
A educação escolar abrange os ensinos básicos, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino. O ensino básico abrange um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases cada uma das quais com dois anos de duração. A primeira fase abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda de formação geral, visando a terceira o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos em ordem a elevar o nível de instrução.

O ensino secundário visa possibilitar a aquisição das bases científico tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo; um 3º ciclo de especialização com uma via geral e uma via técnica; O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico e visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento

das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. A educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras acções de educação permanente, numa perspectiva de elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão.

Figura 2 Organograma do Sistema Educativo



6.3 Caracterização Geral do Concelho de Santa Catarina

Figura 3: Localização geográfica do concelho de Santa Catarina



O concelho de Santa Catarina encontra-se integrado numa zona geo-estrutural da Ilha de Santiago. Apresenta um relevo bastante acidentado com predomínio de encostas de grande declive que contornam as ribeiras, constituindo vales abertos e íngremes. Verifica-se a presença de coroamentos rochosos e cones vulcânicos. Distinguem-se maciços montanhosos como os Picos de Antónia e Malagueta. O relevo é ainda caracterizado por extensões relativamente planas, com destaque para algumas áreas de pastagem e o planalto que alberga a cidade de Assomada. A Serra de Malagueta com 1063 metros de altitude distingue-se de forma clara na paisagem de Santa Catarina pela sua beleza e clima, mas também por ali se situar um parque natural – Parque Natural de Serra Malagueta –, o único da ilha de Santiago. O Pico de Antónia com cerca de 1360 metros de altitude é a maior elevação do concelho e da ilha. O destaque também vai

para as ribeiras de Boa Entrada e Engenho pelas suas potencialidades, pois são as mais ricas em vegetação

Capítulo7: Problemática do estudo

Tendo em conta a possível relação entre “**Educação – Desenvolvimento**” tornou-se possível delimitar o objecto desta investigação à análise do sector da educação e desenvolvimento, através da verificação dos dados existentes, traduzidos nos indicadores da evolução educacional face aos índices do desenvolvimento geral de Cabo Verde. As questões de investigação que orientaram este estudo, explicitam as perspectivas teóricas que destacamos, e que foram aprofundadas em leituras anteriores.

Com estes dados pretendemos responder à pergunta que norteia este trabalho de investigação e que é a seguinte: terá a educação alguma influência no desenvolvimento em Cabo Verde e mais concretamente no município em questão?

7.1 Objectivos

Partindo da hipótese de haver uma forte interdependência entre a educação e o desenvolvimento, com a presente dissertação pretendemos atingir os seguintes objectivos:

Geral:

Avaliar a influência da educação nas práticas efectivas do desenvolvimento em Cabo Verde e mais concretamente no município de Santa Catarina, interior da ilha de Santiago, no período de 2000 a 2008.

Específicos:

- conhecer a realidade sócio-educativa e económica de Santa Catarina;
- conhecer a influência da educação no desenvolvimento do município;
- identificar os indicadores de desenvolvimento e educação definidos para o município em questão;
- perceber a relação entre educação e desenvolvimento em Santa Catarina;

Assumindo-se como finalidade desta investigação a procura da relação entre educação e desenvolvimento e pela pertinência dessa temática na sociedade contemporânea, pretendemos reflectir sobre a forma como a sociedade Cabo-verdiana vê e atribui a importância à educação no desenvolvimento do mesmo.

7.2 Metodologia

7.2.1 Tipo de Pesquisa

Uma vez que o objecto desta investigação está centrado na possível relação entre educação e desenvolvimento, optamos por um estudo descritivo e caracteriza-se por ser uma técnica de investigação com um vasto campo de aplicação, permite a descrição objectiva, sistemática e qualitativa/quantitativa do conteúdo manifesto da informação e comunicação dos dados recolhidos através da apresentação de questões (Ghiglione e Matalon, 1993).

Nesse estudo pretendemos recolher os dados estatísticos sobre os quadros de evolução educacional e os índices de desenvolvimento nacional, a partir dos documentos oficiais nomeadamente a Carta Educativa de Santa Catarina, PECRP, LBSE e Indicadores de educação etc.

A investigação é quali/quantitativa e descritiva, a descrição será rigorosa e a resultar directamente dos dados recolhidos. Nos dados recolhidos incluiremos transcrições de entrevistas, registos de observação, documentos escritos. Os dados recolhidos vão respeitar tanto quanto possível a forma segundo a qual foram registados ou transcritos.

Pretendemos, igualmente compreender através de entrevistas a actores que interferem na educação e produção de riqueza no concelho, nomeadamente o director da educação e empresários, a forma como avaliam o impacto da educação no desenvolvimento de Santa Catarina.

7.2.2 População/ Amostra

A população ou universo é o conjunto de elementos que podem ser pessoas singulares, empresas ou organizações abrangidos por uma mesma definição, com características comuns, que os diferenciam de outros conjuntos de elementos. Muitas das vezes é necessário proceder-se à selecção de elementos pertencentes a essa população, quando o número de elementos for muito grande, através da técnica de amostragem que consiste na selecção de uma parte ou subconjunto de uma dada população ou universo que se denomina amostra.

Este estudo terá como alvo, a Educação e Desenvolvimento no concelho de Santa Catarina. Trata-se de um concelho situado na parte central e litoral da ilha de Santiago. Com uma superfície de 242,9 Km² é o maior concelho da ilha. A sede é a cidade de Assomada, que fica a cerca de 44 km da cidade da Praia, capital do país. O concelho de Santa Catarina faz fronteira a Norte com o concelho do Tarrafal, a Oeste com os concelhos de São Salvador do Mundo e São Miguel, a Sul com o concelho de Ribeira Grande de Santiago e a Este com o Oceano Atlântico.

O concelho de Santa Catarina é o terceiro mais populoso de Cabo Verde, com 41 061 habitantes, o que corresponde a 9,4% da população de Cabo Verde, conforme o Censo de 2000 ajustado. O concelho é composto por cinquenta e duas zonas das quais duas encontram-se despovoadas, mas, em contrapartida, algumas delas apresentam um forte crescimento demográfico com destaque para Cruz Grande, Nhagar, Pedra Barros, Fonte Lima e Mancholy.

Participaram no estudo o director do Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Educação e dez (10) empresários e gestores. Relativamente ao género dos entrevistados, são todos do género masculino e na sua maioria natural do concelho em questão.

7.2.3 Instrumentos

Para este estudo recorreremos a dois tipos de observação indirecta, uma de carácter documental e outra não documental. Deste modo para conseguirmos a informação pretendida analisamos a Carta Educativa, os Indicadores da Educação, PECRP, LBSE e Plano do Governo. A Carta Educativa é um instrumento de planeamento que estabelece correlações entre várias dimensões com relevância significativa para o desenvolvimento sustentado da rede educativa, quais sejam as especificidades e as direcções políticas ao nível das realidades urbanísticas, os aspectos demográficos e socio-económicos.

A evolução e actualidade do sistema educativo oferece informações estatísticas do Sector Educativo, permitindo caracterizar o sistema, estabelecer o diagnóstico actual, e ajuda a perspectivar as tendências futuras. Numa segunda fase, vamos recorrer a entrevistas com o director e posteriormente com os empresários.

Entrevistas

A entrevista é utilizada como estratégia para a obtenção de elementos e informação com vista a uma maior compreensão do problema em estudo. Desta forma, a entrevista constitui um instrumento de recolha de dados universalmente aceite como ajustado à finalidade de recolher informações sobre as opiniões, perspectivas e expectativas do entrevistado, obedecendo a certos parâmetros, critérios e procedimentos de acordo com o objectivo estipulado e temática a abordar (Bogdan & Biklen, 1994).

Assim, uma entrevista é um encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinados, que tem como objectivo extrair determinada informação do entrevistado.

A opção por entrevistar essas pessoas, deve-se à indicação de terceiros e ao facto de no caso do director ser a pessoa que está à frente dos projectos e certas decisões a tomar na área da educação, como tal consideramos pessoa certa e conhecedora da área em estudo

para nos esclarecer certas dúvidas e questões que permanentemente surgiam. Quanto aos empresários, também tivemos auxílio de terceiros que estão a par das empresas locais e que os conheciam relativamente bem.

Relativamente à entrevista que realizamos optamos por um tipo de entrevista semi-directiva, pois embora não sendo totalmente aberta contempla um grande número de questões, permitindo que o entrevistado estruture o seu próprio pensamento em torno do objectivo perspectivado. Para a elaboração do guião da entrevista baseamo-nos nas questões que nortearam o presente estudo e em bibliografias, procurando ter sempre em vista o tema em estudo.

7.2.4 Procedimentos

Sendo um estudo sobre a realidade Cabo-verdiana, a recolha de dados ocorreu no mesmo. Numa primeira fase, através dos dados existentes, fizemos uma análise documental para estudar a relação entre educação e desenvolvimento. Uma vez tendo os dados sobre o índice de desenvolvimento e educação nos últimos 8 anos, recorreremos a entrevista numa fase exploratória da pesquisa pedindo a um responsável da direcção de educação e ensino superior que comentasse os mesmos.

Achamos pertinente entrevistá-lo, na medida em que estando a par das políticas a serem implementadas pelo governo e tendo uma visão crítica da realidade, pudesse nos informar sobre os projectos em cursos, objectivos e acima de tudo dar a sua opinião sobre a educação e desenvolvimento em Santa Catarina, visto ser uma fonte de informação que poderia dar-nos uma análise aprofundada sobre a temática em causa, sendo uma pessoa bastante competente para o fazer.

Para que o trabalho se torne mais rico e plural, entrevistamos dez (10) empresários e gestores locais para recolher informações relevantes para a compreensão dos sentidos e preocupações desses actores mencionados, sobre a educação no concelho, as

potencialidades, os constrangimentos, os recursos humanos existentes e os desafios que se colocam à educação num contexto mais concreto de (Santa Catarina). Todos os entrevistados possuem cursos superiores das mais variadas áreas e de uma forma geral com muita experiência no mercado laboral.

A preparação da entrevista implicou um conjunto de actividades: deslocação a Cabo Verde, o contacto prévio com as pessoas a entrevistar, saber das suas vontades e disponibilidade para realizar a entrevista.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, nos seus respectivos locais de trabalho e durante o horário laboral e decorreram entre os dias 13 de Fevereiro a 10 de Março. Posteriormente as entrevistas foram transcritas.

8. Apresentação e análise dos dados

8.1 Análise documental

Tendo em conta o objecto da nossa pesquisa que é a educação e o desenvolvimento em Santa Catarina nos últimos 8 anos, procedemos nessa fase a análise de conteúdo dos documentos identificados e referenciados ao longo do trabalho, tendo em conta os objectivos da investigação em curso.

A análise documental que efectuamos permitiu-nos constatar muitas referências sobre a educação e desenvolvimento, nomeadamente através do documento estratégico para a política educativa e económica do referido concelho (Carta Educativa), Indicadores de Educação, LBSE, e Programa do Governo.

Análise da evolução da educação

A análise da evolução da população escolar no concelho de Santa Catarina reporta-se a um período temporal de oito anos lectivos (2000/2001 a 2007/2008) e inclui os dados da

quando o concelho era composto por duas freguesias (Santa Catarina e São Salvador do Mundo) que vai até ao ano lectivo 2005/2006 e a partir daí, ou seja, os restantes anos lectivos (2006/2007 a 2007/2008) se resumem a uma única freguesia, a de Santa Catarina. Quanto ao ensino superior não foi referenciado nesse estudo porque o concelho só passou a contar com a primeira Universidade a partir 2008.

Observando a evolução da população escolar no período 2000/2001 a 2005/2006, nota-se que de uma maneira geral os alunos tendem a diminuir-se à excepção dos do Ensino Secundário. No ano lectivo 2001/2002 registou-se um ligeiro aumento em todos os níveis de ensino à excepção do Ensino Básico onde se assinalou uma diminuição de 39 alunos. No ano lectivo seguinte (2002/2003) registou-se uma ligeira diminuição em todos os níveis do ensino à excepção do Ensino Secundário e ensino médio. Do ano lectivo 2003/2004 ao ano lectivo 2005/2006 são notórias as oscilações a nível da educação pré-escolar, Ensino Médio e Alfabetização e Educação de Adultos.

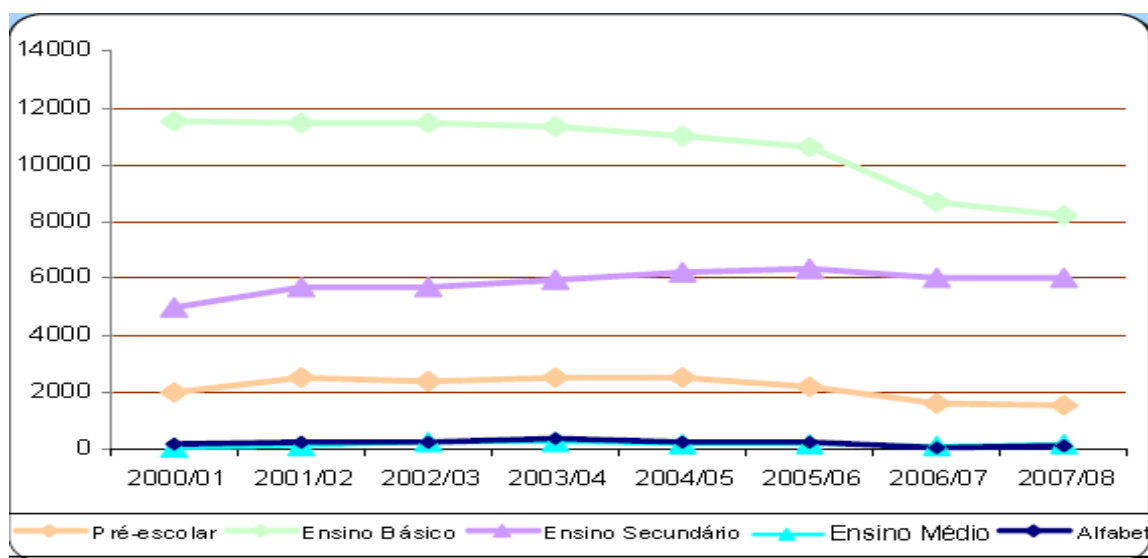
O Ensino Básico é o único nível de ensino onde se verificou uma diminuição progressiva de alunos com mais ênfase nos anos lectivos 2004/2005 e 2005/2006. Estabelecendo uma comparação entre os dois últimos anos lectivos (2006/2007 e 2007/2008) verifica-se uma certa estabilização a nível da Educação Pré-escolar, Ensino Secundário e Alfabetização e Educação de Adultos. No Ensino Básico, os alunos continuam a diminuir enquanto que o Ensino Médio teve um aumento de 49 alunos em relação ao ano lectivo 2006/2007.

Quadro 1: Evolução da população escolar de 2000/2007

Nível de ensino	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Pré – escolar	2.021	2.518	2.370	2.505	2.527	2.227	1.638	1.565
E. Básico	11.528	11.489	11.465	11.311	11.028	10.637	8.662	8.200
Secundário	4.993	5.729	5.701	5.964	6.242	6.356	6.002	6.011
Médio	96	132	241	288	188	182	154	203
Alfabetização	209	279	231	412	280	242	90	104
Total	18.847	20.147	20.008	20.480	20.265	19.644	16.546	16.083

Fonte: GEP – MEES

Gráfico 1: Evolução da população escolar de 2000 a 2007



Analisando o peso dos diferentes níveis de ensino no concelho ao longo do período em análise (2000/2001 a 2007/2008), constata-se que apesar de haver diminuição progressiva dos alunos, o Ensino Básico continua a ocupar a primeira posição, representado 61% da população escolar no ano lectivo 2000/2001 e 51% no ano lectivo 2007/2008, assinalando uma descida de 10 pontos percentuais.

Na segunda posição encontra-se o Ensino Secundário que aumentou progressivamente ao longo do período em análise, representando no primeiro e último ano lectivo do

período em análise, 26,5% e 37,4% respectivamente, ou seja um crescimento 10,9 pontos percentuais.

O terceiro lugar é ocupado pela Educação Pré-escolar que representava 10,7% da população escolar no ano lectivo 2000/2001 e 9,7% no ano lectivo 2007/2008. O Ensino Médio que no ano lectivo 2007/2008 ocupa a quarta posição com 1,3 pontos percentuais, esteve no quinto lugar desde o ano lectivo 2000/2001 (0,5%) até ao ano lectivo 2005/2006 (0,9%) tendo equiparado à Alfabetização e Educação de Adultos no ano lectivo 2002/2003, com 1,2 pontos percentuais.

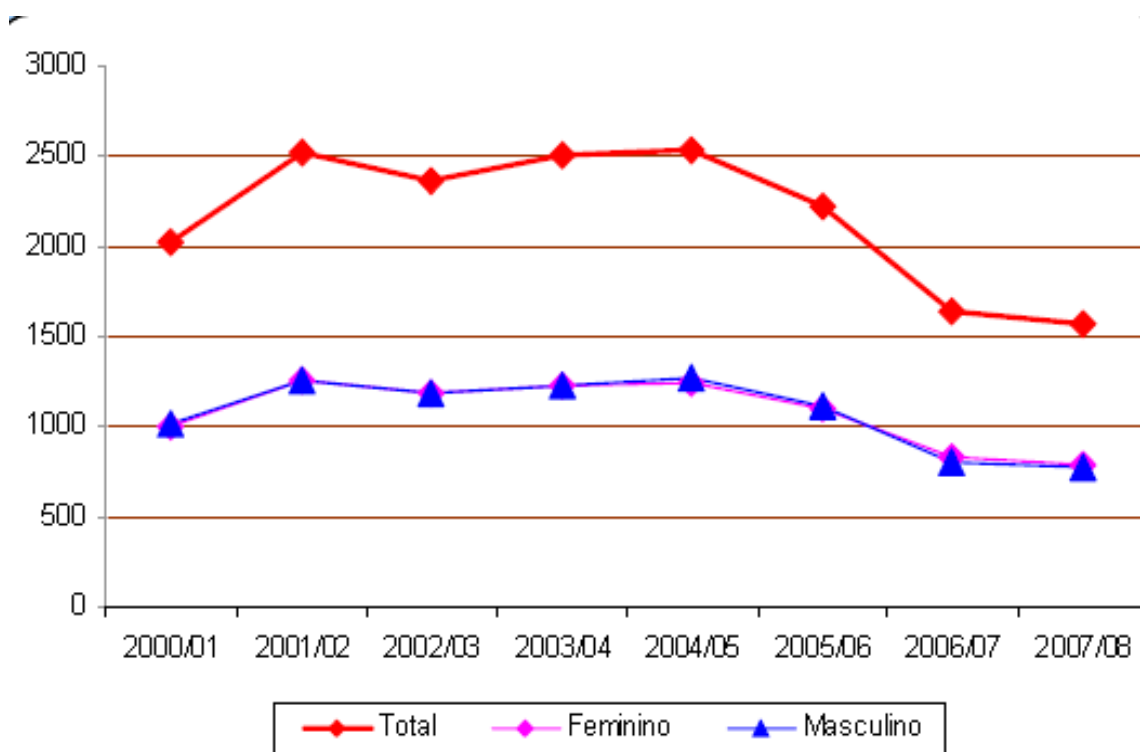
No quinto e último lugar encontra-se a Alfabetização e Educação de Adultos que no ano lectivo 2007/2008 representa 0,6% da população escolar de Santa Catarina, tendo ocupado a quarta posição desde 2000/2001 (1,1%) até 2005/2006 (1,2%). Nos dois últimos anos lectivos (2006/2007 e 2007/2008), anos em que a população escolar de São Salvador do Mundo se encontra desconexa da de Santa Catarina, a Alfabetização e Educação de Adultos passou a ocupar o último lugar, representando 0,5% e 0,6% respectivamente.

A educação pré-escolar, o primeiro subsistema do sistema educativo cabo-verdiano, é tida como a primeira etapa da educação básica. Por conseguinte, ela visa complementar a formação da responsabilidade educativa familiar enquadrado nos objectivos de protecção da pequena infância e consubstancia-se num conjunto de acções articuladas com a família visando, por um lado o desenvolvimento da criança e, por outro, a sua preparação para o ingresso no sistema escolar. É de frequência facultativa e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico. No concelho de Santa Catarina, a Educação Pré-escolar está distribuída por diferentes tutelas, nomeadamente confissões religiosas, associações, ONGS, privados e Câmara Municipal, sendo esta com uma cobertura de cerca de 88%, pois segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano, a rede da educação pré-escolar é essencialmente da iniciativa das autarquias locais e de instituições oficiais, bem como

de entidades de direito privado constituídas sob forma comercial ou cooperativa, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas, de acordo com as possibilidades existentes.

No que concerne a relação meninas/meninos, o cenário é óptimo. Pois, ao longo do período em análise o índice de paridade situou-se entre 1,00 e 1,04, ou seja para cada 100 rapazes há 100 a 104 meninas escolarizadas, o que demonstra que o acesso das meninas ao subsistema era similar ao dos meninos. Desta forma, a equidade do género na Educação Pré-escolar estava salvaguardada.

Gráfico 2: Evolução dos alunos no pré-escolar por sexo

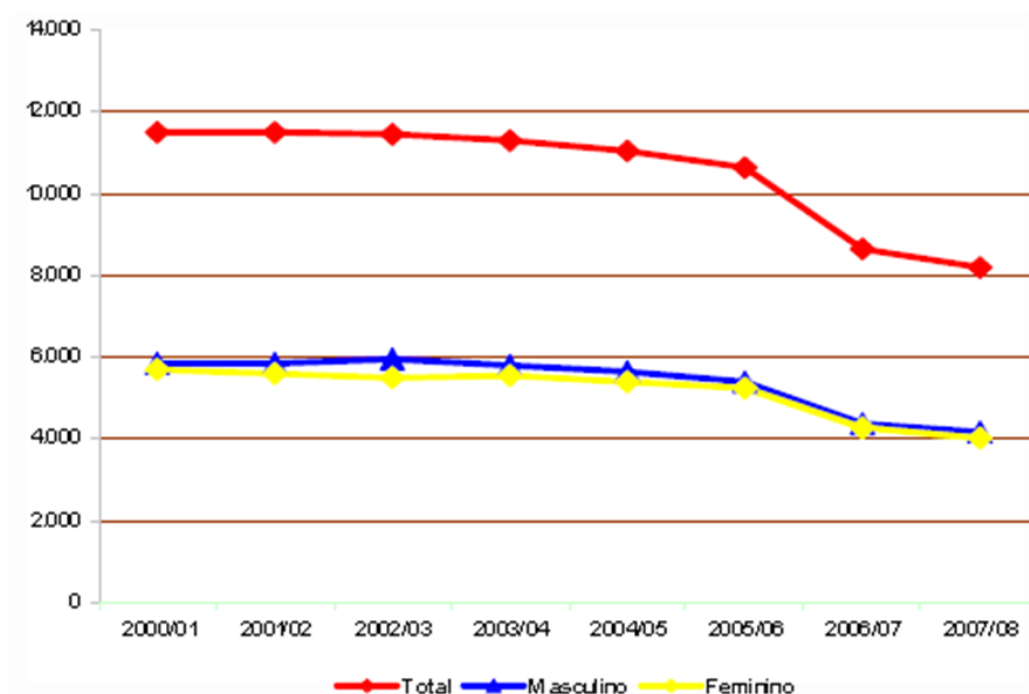


Ensino básico

O Ensino Básico, o primeiro nível de ensino do subsistema escolar do Sistema Educativo Cabo-verdiano, é de carácter universal e obrigatório e abrange um total de seis anos de escolaridade, organizado em três fases cada uma das quais com dois anos de duração, como diz a Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano.

Analisando a evolução dos alunos a nível do Ensino Básico, nota-se que desde o ano Lectivo 2001/2002 ocorre uma diminuição progressiva de inscritos nesse nível de ensino. Inicialmente mais tímida mas com o prolongar dos anos ela torna-se mais expressiva, como se pode verificar através da leitura do gráfico que se segue.

Gráfico 3: Evolução dos alunos no Ensino Básico – 2000 – 2007



No ano lectivo 2000/2001, o concelho contou com um corpo discente de 11 528 alunos. Em 2001/2002 registou-se uma redução de 39 alunos e no ano seguinte 24, situando-se nos 11 489 e 11 465 alunos, respectivamente. A partir de 2003/2004, as diferenças tornaram-se mais expressivas, fixando o número de efectivos no ano lectivo 2005/2006, em 10 637 alunos, ou seja menos 891 alunos do que em 2000/2001, registando uma diminuição na ordem de 1,6%.

No ano lectivo 2006/2007, com a transferência dos alunos do concelho de São Salvador do Mundo, o Ensino Básico em Santa Catarina ficou reduzido a 8662 efectivos, ou seja com menos 1975 alunos do que em 2005/2006. No ano lectivo seguinte (2007/2008), o número de alunos a frequentar o Ensino Básico diminuiu para 8200, registando uma diferença de 462 alunos em relação ao ano anterior, ou seja uma diminuição de 5,3%.

Esta diminuição de alunos no Ensino Básico em Santa Catarina é, em parte, o resultado de uma tendência de redução demográfica na faixa etária coberta por este nível de ensino no concelho cujo crescimento médio anual ao longo do período em referência foi de -1,4%, com implicações directas na população escolar a frequentar os estabelecimentos deste nível de ensino.

No que diz respeito à equidade na entrada para o Ensino Básico, o cenário é positivo, visto que o índice de paridade, embora tenha apresentado algumas oscilações, ao longo do período em análise, encontrava-se próximo da unidade. Em 2000/2001 encontrava-se nos 0,96 e em 2007/2008 continuou com o mesmo valor, ou seja de 96 meninas para cada 100 meninos.

Ensino secundário

O Ensino Secundário no concelho de Santa Catarina é ministrado em três escolas públicas sendo uma vocacionada para a via técnica. Ao longo do período em análise, os alunos deste nível de ensino aumentaram progressivamente. De 4993 inscritos em 2000/2001 passaram para 6356 alunos no ano lectivo 2005/2006, registando um

aumento de 1363 alunos em relação ao ano lectivo inicial, o que representa um crescimento médio anual de 4,9%.

Desses alunos, um número reduzido optou pela via técnica. Em 2000/2001, 209 alunos frequentaram essa via de ensino. No ano lectivo seguinte, o número de aluno aumentou mais de 100% passando para 538. Continuou a aumentar até ao ano lectivo 2004/2005 em que se situava nos 996 alunos.

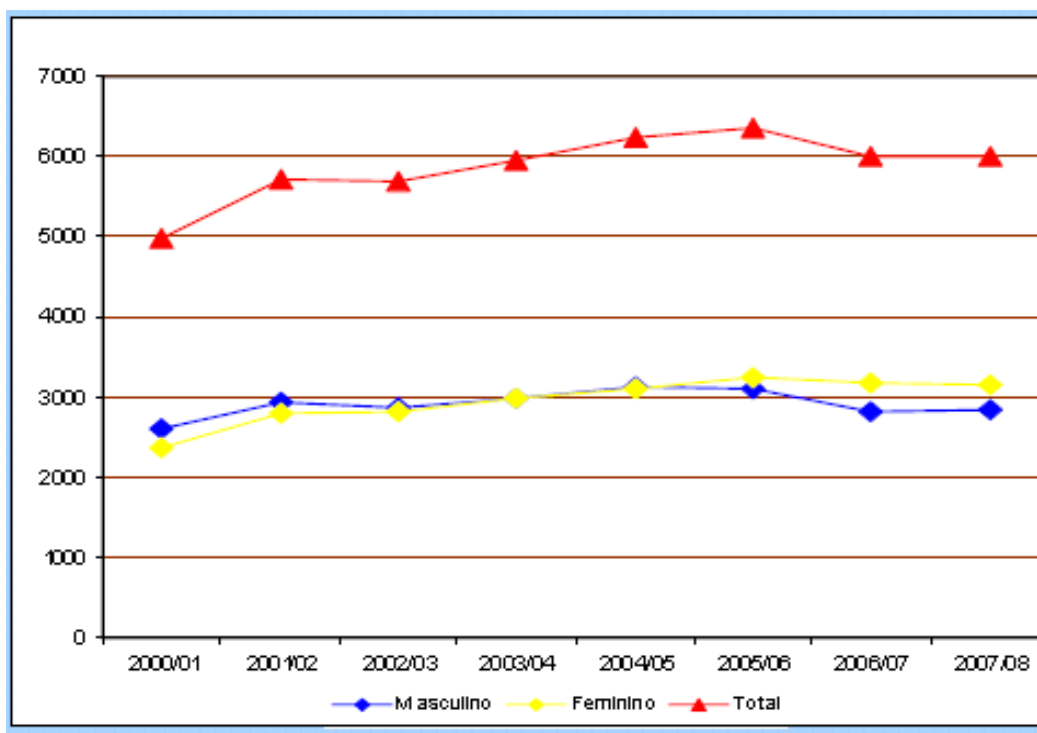
Com o propósito de cumprir uma das recomendações inscrita no Plano Estratégico da Educação foi implementada em 2005, a medida que permita a via técnica passar a ser exclusivamente no 3º ciclo. Esta medida de política fez com que o número de alunos da Via Técnica diminuísse a partir daquele ano lectivo, situando nos 587 alunos, em 2007/2008 o que representa 9,8% dos alunos do Ensino Secundário no concelho.

É de referir que o número dos alunos desse nível de ensino em Santa Catarina inclui os do 2º e 3º ciclos do concelho de São Salvador do Mundo, visto que neste concelho se ministra os ciclos acima referidos. Mas também porque a Escola Secundária Técnica é a única do interior da ilha de Santiago, frequentam essa escola os alunos dos concelhos vizinhos que optaram pela via técnica.

Observando a evolução dos alunos por sexo, constata-se a supremacia dos rapazes até 2002/2003, uma igualdade até 2004/2005 e o inverso ao cenário inicial, ou seja, com predomínio das raparigas a partir do ano lectivo 2005/2006. Em 2007/2008 as raparigas representavam 52,6% dos efectivos do Ensino Secundário e os rapazes 47,4%. É uma diferença de género ou seja há que reconhecer que o papel de género, determinado socialmente, tanto pode exercer um impacto negativo sobre as raparigas como sobre os rapazes. Essa variação pode ser indicativo da necessidade de tomada de medidas para lidar com uma provável tendência de sucesso escolar diferenciado.

No cálculo geral há uma elevação de raparigas neste nível de ensino, mas em relação à Via Técnica acontece o contrário. Pois, os rapazes superam-nas, representando 53,7% dos efectivos desta via do Ensino Secundário.

Gráfico 4: Evolução dos alunos no Ensino Secundário



No que concerne à equidade de género, nota-se que o acesso das raparigas ao Ensino Secundário é superior ao dos rapazes. Nos primeiros três anos lectivos do período em análise (2000/2001 a 2002/2003), os rapazes estiveram em vantagem, mas o número de raparigas elevou-se anualmente e a partir do ano lectivo 2005/2006, passou a ser superior ao dos rapazes, fazendo com que o índice de paridade passasse de 0,91 em 2000/2001 para 1,11 para 2007/2008, ou seja 111 raparigas para cada 100 rapazes. Essa tendência irá permanecer se os rapazes continuassem a permanecer mais tempo no Ensino Básico do que as raparigas.

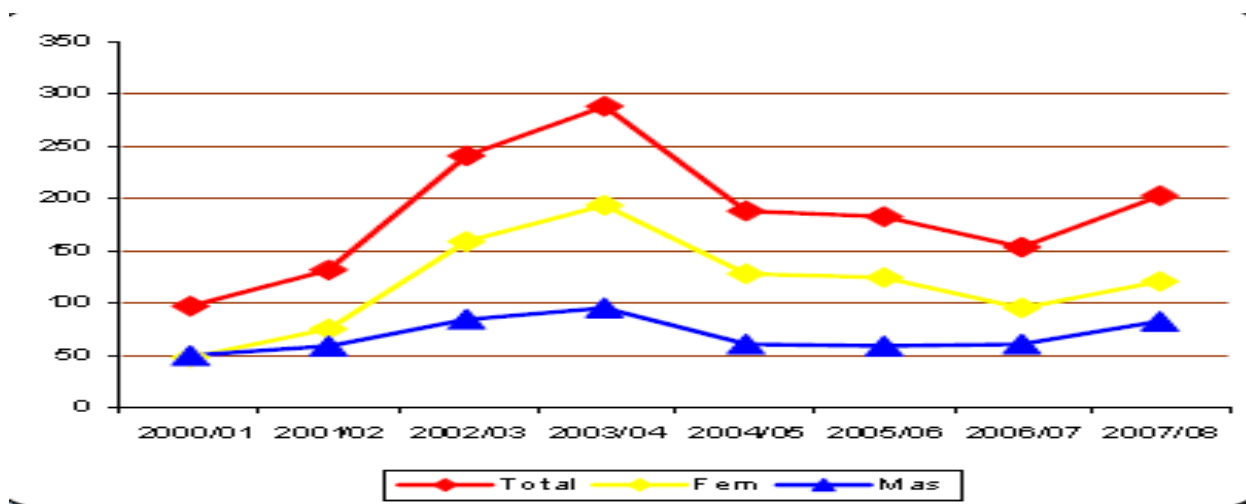
Ensino médio

O Ensino Médio tem natureza profissionalizante e visa a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento. Em Cabo Verde está sob a responsabilidade do Instituto Pedagógico de Cabo Verde, enquanto estabelecimento de formação de nível médio, vocacionado para a educação, a investigação pedagógica e a apresentação de serviços a professores do Ensino Básico de Assomada, nomeadamente Complementos de Formação, Curso para professores em exercício, Formação Inicial Regular, Formação Intensiva e Formação Contínua. Esta última tem por objectivo reconverter e aperfeiçoar competências pedagógicas dos professores habilitados com a 1ª Fase de Formação em Exercício.

Analisando a evolução dos alunos neste nível de ensino constata-se uma oscilação constante ao longo do período em análise. Em 2000/2001, frequentavam a escola de Formação de Professores do Ensino Básico de Assomada 96 alunos dos quais 47 do sexo feminino e 49 do sexo masculino. O corpo discente desta escola evoluiu a um ritmo acelerado até 2003/2004 em que se situou nos 288 alunos, traduzindo num crescimento médio anual de 44,2%. De 2004/2005 a 2006/2007, o número dos alunos diminuiu paulatinamente e situou-se nos 154. No ano lectivo 2007/2008 aumentou para 203, registando ao longo do período em estudo um crescimento médio anual de 11,3%.

Estabelecendo uma comparação entre os sexos, denota-se uma maior expressividade das mulheres a partir do ano lectivo 2001/2002, pois no ano lectivo anterior o número dos homens era ligeiramente superior ao das mulheres. Estas aumentaram significativamente e distanciaram-se dos homens em larga escala. Em 2003/2004 o número de mulheres era de 194 (67,4%) e dos homens era de 94 (32,4%). Ao longo do período em análise, o número de mulheres manteve-se sempre superior ao dos homens apesar destes ter aumentado no ano lectivo 2007/2008, atingindo 40,4 pontos percentuais.

Gráfico 5: Evolução dos alunos no EM – 2000 – 2007



O Ensino Médio em Cabo Verde, circunscreve apenas à formação de profissionais de educação para o Ensino Básico e Educação de Infância. Para tal, o Instituto conta com três escolas de formação sedeadas na Praia, no Mindelo e em Assomada. A Escola de Formação de Professores do Ensino Básico da Assomada foi criada em Novembro de 2002 através do Decreto Regulamentar n.º 5/2002. No entanto, de 1998/1999 até 2001/2002 funcionava em Assomada Santa Catarina uma extensão da Escola de Formação de Professores do Ensino Básico do Concelho da Praia.

A criação dessa escola em Santa Catarina constituía uma necessidade imperiosa para dotar os concelhos do interior de Santiago de professores qualificados a fim de responder as exigências que o sector impunha, principalmente no que diz respeito ao cumprimento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

Alfabetização e educação de adultos

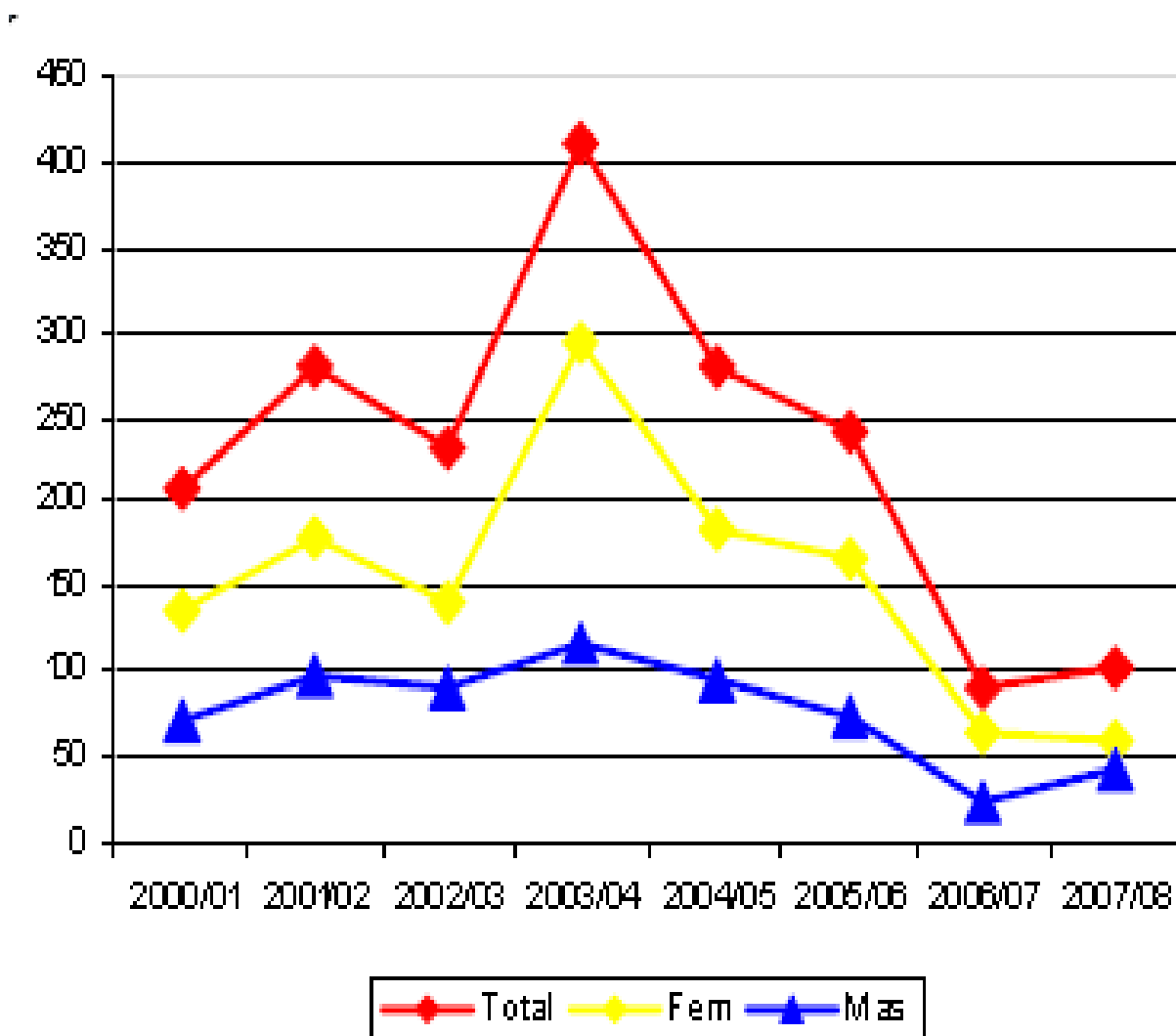
Alfabetização para todos no ano 2015, proclamado pela Assembleia das Nações Unidas através da Resolução 56/116 significa para Cabo Verde a diminuição da taxa do analfabetismo para valores inferior a 10% na faixa dos 15 e mais anos, aliada a universalização da educação básica obrigatória. Neste contexto, a Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos têm-se orientado por uma nova estratégia, dando prioridade ao público alvo na faixa etária dos 15 aos 49 anos de idade, principalmente

ao público feminino, proporcionando-lhes cursos organizados por fases, nomeadamente de 1ª, 2ª e 3ª fases através de círculos de cultura.

Analisando a evolução dos alunos de Alfabetização e Educação de Adultos, constata-se que no ano lectivo 2001/2002 houve um aumento de 70 alfabetizados em relação ao ano 2000/2001, passando de 209 para 279, mas logo no ano lectivo seguinte diminuiu para 231. Em 2003/2004 registou um aumento significativo situando-se em 412 efectivos, mas no ano seguinte começou a diminuir e em 2005/2006 era de 242 efectivos. Com a desconexão do Concelho de São Salvador do Mundo, o número dos alunos de Alfabetização em Santa Catarina, passou de 90 em 2006/2007 para 104 no ano lectivo 2007/2008.

Pela observação dos dados constata-se que os efectivos do sexo feminino têm ocupado sempre a primeira posição. Entretanto, vê-se que nos últimos anos os valores entre os sexos têm-se aproximado, registando uma diferença de apenas 18 elementos a favor das mulheres no ano lectivo 2007/2008.

Gráfico 6: Evolução dos alunos de Alfabetização – 2000 – 2007



A análise dos efectivos de Alfabetização e Educação de Adultos por fases demonstra uma flutuação contínua de formandos entre as fases. A terceira fase surge com maior número de efectivos nos três primeiros anos lectivos (2000/2001 a 2003/2004), tendo registado no último ano mais de metade dos efectivos deste subsistema, ou seja 52,4%. O mesmo cenário repetiu-se nos dois últimos anos lectivos do período em estudo (2006/2007 e 2007/2008), em que representa 43,3 e 49 pontos percentuais, respectivamente. A seguir aparece a primeira fase que ocupou a primeira posição nos anos lectivos 2003/2004 e 2004/2005 com 50,7% e 35,7% respectivamente, enquanto que a segunda fase ocupou a primeira posição apenas no ano lectivo 2005/2006 em que atingiu a 46,3 pontos percentuais.

Quadro 2: Evolução de alfabetizandos por fase e de círculos de cultura

Alfabetizandos	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
1º Fase	71	105	73	209	100	60	26	16
2º Fase	61	45	37	119	95	112	25	37
3º Fase	77	129	121	84	85	70	39	51
Total	209	279	231	412	280	242	90	104
Circulo de cultura	22	35	29	33	33	23	9	11

Fonte: DGAEA

Embora se tenha registado um aumento expressivo de taxa de alfabetização no período referenciado, é ainda notória a necessidade de se investir mais neste subsistema principalmente no sexo feminino afim de garantir a equidade de género. Pois, analisando a taxa de alfabetização por sexo, reportando os dados do QUIBB 2007 constata-se que na faixa etária dos 15 aos 24 anos há uma ligeira supremacia dos homens (96,6%) em relação as mulheres (95,4%), registando uma diferença de apenas 1,2 pontos percentuais. Mas, observando a faixa etária dos 25 aos 49 anos, a desigualdade é maior, visto que 80,1% dos homens são alfabetizados contra 68,1% das mulheres, registando uma diferença de 12 pontos percentuais e na faixa etária dos 50 anos e mais, ela é de 50,5% homens e de 17,9% para mulheres, registando uma diferença de 32,6% entre os sexos.

Análise da evolução económica

O concelho de Santa Catarina está localizado no centro da maior ilha do País. Este privilégio permitiu-lhe ser um concelho essencialmente rural (72,7%) segundo as projecções de 2008. Assim, a sua economia assenta-se sobretudo na agricultura, comércio, silvicultura, pecuária, pesca, comércio, restauração e construção civil. Sendo um dos concelhos do País com maior percentagem de população agrícola, emprega neste sector um número razoável de jovens e mulheres.

Salienta-se que o concelho detém o maior potencial agrícola de sequeiro e de regadio a nível da ilha de Santiago, com um elevado peso a nível nacional. Porém, à semelhança do que se verifica em todo o território nacional, a escassez das chuvas e a subsequente perda de zonas irrigadas vem tornando cada vez mais frágil essa importante base de apoio económico.

A construção civil é uma actividade económica com maior representatividade na estrutura empresarial do sector secundário do concelho. O sector de comércio e serviços também tem revelado uma importância significativa, nos últimos anos, para o tecido empresarial do concelho, pois o seu crescimento em larga escala tem contribuído para a solidez da sua base económica.

Quadro 3 : Evolução da população activa (dos 15 aos 64 anos) 2000 a 2008

Anos	Homens	Mulheres	Total
2000	7.725	11.036	18.761
2008	10.375	14.527	24.900

Fonte: INE

Em 2000, a população activa no concelho de Santa Catarina era de 18761 pessoas, das quais 6846 dedicavam-se às actividades de agricultura, silvicultura e pecuária, o que representa 36,5% dessa população. Isso significa que esse ramo de actividade tem maior peso no concelho. Noutras posições favoráveis estavam o sector de comércio hotelaria e restauração com 2337 e construção civil com 2040 que representam 12,5% e 10,9% respectivamente. Esses três sectores garantiam o emprego a 11 223 pessoas, equivalente a 59,8% da população activa do concelho.

Quadro 4: Trabalhadores segundo as principais actividades económicas

Sector	Nº de trabalhadores
Agricultura, silvicultura e pecuária	6.846
Comercio a grosso e a retalho, hotelaria e restauração	2.337
Construção civil	2.040

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina

O Questionário Unificado de Indicadores Básico de Bem-estar (QUIBB) 2007 demonstrou que a nível nacional houve uma diminuição de 10,1 pontos percentuais de índice de pobreza, passando do 36,7% em 2001 para 26,6% em 2007, mas no concelho de Santa Catarina registou-se um aumento na ordem dos 2,5%, passando de 40,3% para 42,8%. No que concerne aos indicadores básicos de bem-estar, em Dezembro de 2007, o concelho demonstrava algumas fragilidades principalmente a nível de acesso à electricidade, água potável, casa de banho com retrete e consumo de lenha, pois a nível desses indicadores o concelho de Santa Catarina estava muito abaixo da média nacional. Em termos de acesso a água potável, embora 80,9% das famílias já tivessem beneficiado desse bem precioso, o concelho encontrava-se abaixo da média nacional (89,5%).

Em relação ao acesso a electricidade, Santa Catarina apresentava na altura uma taxa de 48,6%, muito abaixo da média nacional (73,6%), ou seja uma diferença de 25%. No que diz respeito ao acesso a casa de banho com retrete, apenas 44,6% das famílias tinha acesso a esse bem. Quanto à energia utilizada para a preparação dos alimentos, a tendência não é favorável, visto que cerca de 60,9% dos agregados familiares utilizava lenha para cozer os alimentos, o que não abona a favor do ambiente. Em relação a esse indicador Santa Catarina situava-se a 28% de distância da média nacional.

No entanto, a nível de desemprego, o concelho encontrava-se bem posicionado. Com 17,1% de desemprego surgia a 4,6 pontos percentuais acima da média nacional (21,7%). Isso demonstra que embora, em Dezembro de 2007, houvesse uma percentagem alta de emprego (82,9%), o rendimento não era muito alto para a maioria dos que tinham emprego, ou então as despesas ultrapassavam o rendimento.

Quadro nº 5 Indicadores básicos do bem estar

Concelho/país	Desemprego	Acesso a electricidade	Acesso a água potável	Casa de banho com retrete	Consumo de lenha
Santa Catarina	17.1%	48.6%	80.9%	44.6%	60.9%
Cabo Verde	21.7%	73.6%	89.5%	56.2%	32.9%

Fonte: INE – QUIBB 2007

Cabo Verde, aprofundou as suas relações com a união europeia, em Dezembro de 2007 aderiu à organização mundial do comércio (OMC) como membro nº 152. Abandonou a lista dos países menos desenvolvidos em Janeiro de 2008, tornando-se um país misto do IDA – IBRD em termos de financiamento bancário. Em Maio de 2008, o governo preparou a segunda estratégia de crescimento e redução de pobreza (GPRSP-II) em conjunto com as partes interessadas do país tendo como objectivo reduzir o desemprego para menos de 10%, atingir uma taxa de crescimento económico real acelerada acima dos 10% e reduzir a pobreza para metade.

Cabo Verde teve um forte desempenho económico verificado ao longo dos últimos anos nomeadamente durante o período em análise 2000 a 2008, conduzido pelo sector do turismo (que representa 20% do PIB).

O país teve um crescimento económico acentuado desde 2000, com um PIB real médio de 6.6% de 2004 a 2008, atingindo um pico de 10.8% em 2006. O crescimento abrandou para 5.9% em 2008, devido à crise financeira global. Santa Catarina acompanhou essa tendência do crescimento, muito embora com algum atraso em relação a média nacional, justificado pela sua desvantagem anteriormente mencionada.

8.2 Entrevistas

Com o objectivo de obter opiniões junto de um profissional da área de educação e alguns empresários locais, realizaram-se onze entrevistas.

A recolha de dados qualitativos, através da análise de conteúdo das entrevistas, permitiu-nos conhecer e ter acesso à opinião dos mesmos sobre a educação e desenvolvimento.

Para manter o anonimato designamos: diretor, entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3, entrevistado 4, entrevistado 5, entrevistado 6, entrevistado 7, entrevistado 8, entrevistado 9, entrevistado 10.

Foi possível recolher os seguintes dados, de acordo com cada uma das categorias que estão dispostos no guião de entrevista, procurando com essa uniformidade ajudar o leitor a conduzir o seu raciocínio. Tendo em conta a existência de dois guiões de entrevista, vamos numa primeira fase analisar a entrevista ao diretor e posteriormente aos empresários e gestores.

Entrevista ao diretor

Aqui a nossa amostra é constituída por apenas um sujeito. Em relação ao tempo que desempenha a função, o director exerce há cerca de cinco anos. Em termos da função ou actividade que desempenha, é Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão no Ministério da Educação e considera-se um “observador privilegiado em questões de educação pois tenho um domínio suficiente da educação para decidir e apoiar a tomada de decisão”.

Que mudanças ocorreram na educação em Cabo Verde nos últimos 8 anos?

Relativamente às mudanças ocorridas na educação o director diz que houve efectivamente mudanças nomeadamente: “numa diminuição significativa da taxa de analfabetismo; num aumento da cobertura tanto no pré-escolar como no básico e

secundário; alargamento do ensino superior; a revisão curricular; a elaboração de novos Planos de estudo e consequentemente novos manuais; Os indicadores da educação melhoraram consideravelmente; estão em curso o programa Mundu Novu que está a revolucionar o sistema de ensino; Publicação de uma Nova Lei de Bases do Sistema Educativo com inúmeras inovações e estão em curso o alargamento do ensino básico obrigatório para 8 anos”.

As mudanças em educação ajudaram ao desenvolvimento?

Ao ser questionado se as mudanças em educação ajudaram no desenvolvimento, o director atribui à educação uma importância vital no desenvolvimento de qualquer sociedade pois “é um sector transversal e a pedra basilar de qualquer sociedade, portanto qualquer que seja o desenvolvimento deve passar por uma aposta forte na educação”.

Em síntese, segundo o director houve efectivamente mudanças na educação em Cabo Verde e consequentemente em Santa Catarina também. Com mais e melhores escolas nos últimos 8 anos, com professores melhores capacitados, e tudo isto tem consequência direta no desempenho económico do país e da região, pois a educação é fundamental para o desenvolvimento das regiões e os indicadores confirmam isso.

Como vê o capital humano cabo-verdiano?

Quanto ao capital humano em Cabo Verde ele considera de “nível bom, contudo há que continuar a capacitar e a formar de modo a melhorarmos cada vez mais a nossa performance. Tendo Cabo Verde poucos recursos naturais a sua principal aposta terá de ser no seu capital humano”.

Como caracteriza ou vê o índice de desenvolvimento de Cabo Verde?

De acordo com o director o índice de desenvolvimento de Cabo Verde tem melhorado dia pós dia e a educação tem contribuído bastante para essa melhoria, tanto no campo da educação como no campo social.

No campo da educação “houve um aumento da promoção, diminuição da repêndencia e do abandono, com professores melhores capacitados, escolas modernas e voltadas para um ensino de melhor qualidade. No campo social houve mais emprego e diminuição da pobreza, resultado de uma aposta séria na capacitação e valorização do capital humano, assim como na melhoria das condições de vida das populações”.

Em suma, as ideias apresentadas pelo diretor vão de encontro aos outros atores da sociedade civil (empresários), nomeadamente quando diz que o capital humano caboverdiano é bom, e que no entanto é necessário apostar na sua melhoria através da formação continua. Ele salientou a diminuição da pobreza, melhoria das condições de vida das populações, como ganhos importantes conseguido nos últimos anos, e isso veio a confirmar-se através dos dados de evolução do sistema educativo e económico dos últimos 8 anos.

Cabo Verde utiliza os indicadores internacionais da educação e desenvolvimento ou possui indicadores locais?

Quando questionado sobre os indicadores de educação em Cabo Verde, o director diz que “o país utiliza os seus indicadores locais comparáveis aos internacionais e os critérios são os mesmos a nível nacional aplicados à escala concelhia. São esses os indicadores de desenvolvimento normalmente utilizado: educação, igualdade e equidade do género, justiça, paz social, democracia e direitos humanos ”.

Que problemas enfrentam a educação em Cabo Verde?

No que diz respeito à questão, que problemas enfrentam a educação em Cabo Verde? O diretor alega que Cabo Verde “enfrenta problemas normais de um país cujos os recursos financeiros são insuficientes para operacionalizar as políticas para o sector”.

Existem alguns entraves ao desenvolvimento em cabo verde?

Quanto a existência de alguns entraves ao desenvolvimento, o mesmo aponta as ausências de recursos financeiros e materiais para a concretização dos desafios

pretendidos, aliada à própria insularidade do país como principais dificuldades. Contudo na opinião dele as “perspectivas futuras apontam para uma educação de qualidade, cada vez mais sustentável e sustentada, com recursos humanos devidamente capacitados”.

Em síntese, apesar dos ganhos alcançados o diretor aponta a falta de recursos, aliada à própria insularidade do país como um dos principais problemas da educação e desenvolvimento do país e Santa Catarina em particular. Contudo o mesmo se mostrou optimista quanto ao futuro do país, com uma educação de qualidade, recursos humanos cada vez mais qualificados e à altura dos desafios de cabo verde e do mundo globalizado em que vivemos.

Cabo Verde ao longo dos tempos tem provado isso, que não basta ter recursos naturais para se desenvolver, é necessário muito mais, nomeadamente ter recursos humanos qualificados e boa gestão de fundo. Tem feito isso, e o resultado é que se vai desenvolvendo e superando as suas fraquezas e hoje é consensual o seu desempenho e tido como exemplo na superação ao subdesenvolvimento.

Entrevista aos empresários

Dando continuidade à análise das entrevistas através de análise de conteúdo, passaremos para o segundo guião aplicado aos empresários e gestores. Nessa fase a nossa amostra é constituída por dez empresários, todos do género masculino e na sua maioria naturais do concelho visado.

Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Relativamente às funções que desempenham, dois são directores gerais na sua empresa, quatro são administradores, um presidente do concelho, um secretário-geral, um responsável comercial e por último um director regional.

Há muito tempo que exerce essa função?

Quanto ao tempo do exercício da função, quatro dos entrevistados exercem funções entre 5 a 10 anos, cinco exercem entre 1 a 3 anos e apenas um exerce há menos de 1 ano.

Teve formação para o cargo que desempenha?

Sobre a questão, teve formação para o cargo que desempenha? A maioria, seis empresários dizem que não tiveram formação específica para o cargo, porém se consideram capazes de exercerem as funções para as quais foram designados. Por outro lado quatro (4) empresários dizem possuir formação para o cargo que desempenha. Esta caracterização da amostra encontra-se indicada no quadro que a seguir se apresenta.

Quadro nº 6 Caracterização da Amostra

Empresário	Sexo	Função que Desempenha	Quanto Tempo Exerce
1	Masculino	Director Executivo	2 Anos
2	Masculino	Administrador Executivo	5 Meses
3	Masculino	Administrador	Há mais de 2 anos
4	Masculino	Director Geral	1 Ano
5	Masculino	Administrador	2 ano
6	Masculino	Presidente do C.A.	10 Anos
7	Masculino	Secretário Geral	3 Anos
8	Masculino	Responsável Comercial	3 Anos
9	Masculino	Administrador	6 Anos
10	Masculino	Director Regional	Há mais de 5 Anos

Como vê a educação em santa Catarina?

Relativamente à questão como está a educação em Santa Catarina, para a maioria dos empresários (9) a educação em Santa Catarina é boa, dinâmica, está a crescer e a evoluir a bom ritmo de dia para dia, com ganhos substanciais a todos os níveis.

O empresário 7 salienta que “hoje existem escolas secundárias por várias localidades da região”. Que o próprio surgimento da Universidade vem trazer uma nova dinâmica ao desenvolvimento da região, e fazendo com que Santa Catarina esteja ao nível da media cabo-verdiana.

Ainda sobre essa questão o empresário nº3 com uma resposta bastante atípico diz o seguinte: “da Educação tenho muito pouco a dizer: Esta questão me parece bastante lata: Educação = formação? Educação = instrução? Educação = formação/instrução?

Educação enquanto formação, em Santa Catarina, considero algo pujante! Basta ver as Escolas Técnicas e Centros de Formação Profissional na Região Norte de Santiago em que a Santa Catarina é beneficiária;

Educação enquanto instrução, também considero estar a bom ritmo, tendo em conta os vários níveis de ensino; desde pré-escolar passando pelo básico, secundário, pós-secundário até universitário. Temos infra-estruturas para os diferentes níveis de ensino e temos professores qualificados para cada um dos níveis. A questão que se coloca é a da aferição da qualidade, que na ausência de um sistema credível de avaliação de docentes e do desempenho das instituições de ensino, ficamos com esse gap, não permitindo por isso avaliar a qualidade do sistema (Docentes e instituições de ensino).

Este papel estará eventualmente reservado à Direcção-geral do Ensino Superior e Ciência – para as instituições do Ensino Superior, ao MED (DGEBS) para o pré-escolar, básico e ensino secundário e ao IEFPP para o Ensino profissionalizante (Formação Técnico profissional) ”.

Perspectiva destinta é apresentada pelo empresário nº5 que considera a qualidade da educação em declínio, com algum défice de qualidade.

Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Quanto a sinais de mudanças nos últimos 8 anos, todos os dez empresários concordam que efectivamente houve mudanças e para melhor. O entrevistado 1 diz que são mais do que muitas, “um número cada vez maior de alunos a frequentar todos os níveis de

ensino, acompanhada pela melhoria do parque escolar com construções e reparações de mais escolas e salas de aulas”.

O empresário nº 2 diz que existem investimentos notáveis na área da educação, e uma aposta forte na formação dos professores”. Para o empresário nº 6 “a situação de coabitação do ensino básico com o ensino secundário que se verificava em alguns concelhos foi ultrapassada com a construção de novos estabelecimentos do ensino secundário”.

Ainda sobre essa questão, o empresário nº 4 diz que “houve a massificação do ensino em Cabo Verde a partir da década de 90 até aos dias de hoje e aposta agora terá de ser na melhoria dessa qualidade”.

Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Quanto à questão se educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho, todos concordam que a educação contribui para o desenvolvimento da região. O empresário nº 9 salienta que “há uma aposta clara na formação dos professores, mais opções de escolha por parte dos alunos que podem optar por vias técnicas caso não pretendem seguir com os estudos superiores”. “Tudo isto contribui para o desenvolvimento do concelho e do país de uma forma geral pois esses quadros formados não só dão contributo no concelho através das suas actividades profissionais, bem como nos outros pontos de Cabo Verde”.

O empresário nº 2 salienta que actualmente existem melhores oportunidades no concelho porque antes era quase impensável “no passado a alternativa para quem queria prosseguir os estudos era a cidade da praia, Mindelo ou estrangeiro e nem todos tinham essa possibilidade”.

Ainda sobre essa questão o empresário nº 7 diz o seguinte: “Claro que sim. Temos que ver que o investimento na educação não é algo em cujos frutos colhem-se num ano ou

dois. O que se fizer ao nível da educação hoje só daqui a 30 ou 50 anos se faz sentir em termos de impacto, pois a educação tem como finalidade acima de tudo a mudança das mentalidades, o rompimento com práticas anacrónicas e a adaptação das comunidades a uma nova forma de viver e encarar o mundo”.

Em síntese, há uma ideia clara e partilhada entre os empresários que a educação é base de desenvolvimento, ou seja, um país para se desenvolver tem que apostar forte na educação. Ideia partilhada, pelo director da educação, pelos dois autores de referência (Schultz e Becker) e defendida no relatório da comissão internacional sobre a educação para o século XXI, liderado por Jacques Delors.

Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Quanto a questão se alunos que saem das escolas secundárias estão preparados para entrar no mercado de trabalho, todos os empresários são da opinião que não estão preparados para entrar no mercado de trabalho.

Para o empresário nº 1 “é preciso continuar a apostar na formação contínua e universitária”. Para o empresário nº 2 “o mercado de trabalho é vasto e requer qualificações a vários níveis, entretanto, os alunos que optaram por via de ensino normal, mesmo terminando o 12º ano, penso que não estão preparados... Para os que optaram por via técnica eu diria que sim, sendo certo que há necessidade de adaptação e socialização com a empresa que se vai trabalhar”.

Ainda sobre essa questão o empresário nº 4 diz que à imagem dos restantes alunos a nível de Cabo Verde, “creio que a formação pouco prática prepara mal para o mercado de trabalho”.

Para o empresário nº 7 A massificação do ensino tem os seus pontos fortes e pontos fracos. O que não se pode perder de vista que hoje em dia existem ferramentas que bem utilizadas geram factores de competitividade fora de série. “Falo exactamente no acesso

às informações. O mercado hoje tem que ser conquistado pelo sujeito e não propriamente por aquilo que ao sujeito é posto à sua disposição. Há que pesquisar, que batalhar, que demandar factores preferenciais. Se assim for, os alunos terão que ter a capacidade de competir à escala global. Só que temos que ter em conta que a competitividade hoje não é só um problema endógeno mas tem que ver com um conjunto de factores externos à dinâmica do crescimento de uma região ou país”.

Para o empresário nº8 ainda sobre essa temática, “Se fazermos uma análise responsável e generalizada, poderemos verificar que faltam ainda muitas coisas para poderem sair com a qualidade desejada mas dependendo da área de ensino, poderemos encontrar situações diferentes”.

Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Em relação aos recursos humanos, para a maioria dos empresários (9) com a excepção do empresário nº 5 que os caracteriza como desadequado às necessidades do mercado laboral e não competente, de uma forma geral todos concordam que Santa Catarina tem bons quadros, competentes, dinâmicos, trabalhadores, que a oferta é cada vez maior e que a questão agora é melhorar se calhar essa qualidade.

Contudo para o empresário nº 6 “é necessário apostar na melhoria das suas performances, nomeadamente os recursos humanos ao serviço da máquina do estado e outros sectores de actividade económica, por outro lado deve haver mais aposta das instituições na formação contínua dos servidores como forma de gerar externalidades positivas”.

Ainda sobre esta questão o empresário nº8 considera que “Já temos um bom nível de capital humano em Cabo Verde. Contudo há que continuar a capacitar e a formar de modo a melhorarmos cada vez mais a nossa performance. Como deve imaginar, por termos fracos recursos naturais, a nossa principal aposta terá de ser no nosso capital humano”.

O empresário nº3 diz o seguinte: “O Concelho de Santa Catarina tem fornecido ao longo dos anos grandes quadros para o mercado nacional. Não tenho dados precisos em termos qualitativos, mas as funções de grandes responsabilidades tem sido distribuídas grande fatia aos quadros deste Concelho. Se a qualidade é medida por esta via, então podemos caracterizar os recursos humanos de Santa Catarina de qualidade elevada”.

Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Quanto à questão se o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor, a maioria considera que sim, contudo para três dos empresários (nº 2, nº 3 e nº 5) não em termos de qualidade e para as necessidades da região, na perspectiva da exploração das suas potencialidades.

Para o empresário nº 7 “o concelho tem muitos e bons quadros mas também necessita de muitos e bons quadros, isto porque são poucos dos muitos, que servem efectivamente a região. São chamados a darem seus contributos fora da região como uma mais valia na consolidação de desenvolvimento do país, pois a sociedade é dinâmica e essa dinâmica deve acompanhar a qualificação de quadros”.

Em síntese, pelas respostas ficou claro que Santa Catarina como qualquer região do mundo se quiser desenvolver tem que apostar no seu capital humano e fê-lo, mais tarde ou mais cedo vai recolher os dividendos. Ideia também defendida pelo director e por dois autores de referência nesse trabalho (Sandroni e Fonseca). Ficou claro também que os quadros não constituem problemas para o desenvolvimento no concelho, visto que existem e considerados de bom nível, ideia partilhada pelo director.

No que diz respeito aos desafios e as dificuldades da educação e desenvolvimento em Santa Catarina todos os entrevistados são da opinião que a “formação tem de ser contínua de forma a manter os profissionais actualizados pois a sociedade não pára e como tal os profissionais tem de estar sempre actualizados”.

Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sobre a questão, tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa? Com a exceção do empresário nº 5 que diz não encontrar e o nº3 que diz encontrar mas nem todos com a qualidade desejada, os restantes empresários, ou seja, a maioria diz que sim.

Onde procura os seus recursos humanos?

No que concerne à questão onde procurar os seus recursos humanos, três dos empresários (nº 1, 6 e 4) diz procurar no mercado nacional. Já o nº 2 diz o seguinte: “Pessoalmente tenho procurado nos Centros de Formação, Universidades, também faço consulta à base de dados de pedido de emprego na minha empresa”.

O nº 7 diz que a sua empresa labora com quadros de várias partes de Cabo Verde e do Mundo. “Neste momento laboramos com quadros da Assomada, Tarrafal, Calheta São Miguel, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santo Antão, São Vicente Fogo, Praia (maioritariamente, mesmo sendo alguns descendentes de Assomada), Portugal, Brasil, Estados Unidos da América”.

Os restantes empresários dizem procurar através de concursos públicos, de anúncios e nas universidades nacionais.

Ao ser questionado se os recursos humanos são competentes, o empresário nº 5, os considera não competentes. Já para o empresário nº 2 e 3 dizem “nem sempre coincidir com as nossas reais necessidades”. Visão diferente tem os restantes empresários (7) que dizem não ter motivos de insatisfação.

O entrevistado nº 7 “defende uma maior ligação entre a parte teórica e o mercado de trabalho, dando sempre muita atenção ao ensino das línguas nomeadamente a língua portuguesa e inglesa e um maior incentivo à continuidade dos programas de pós-graduação”.

O que falta ao nível de formação?

Quanto à questão, o que falta ao nível da formação, todos concordam que a formação tem de ser contínua e voltada para a parte prática. O nº 2 salienta o seguinte “a meu ver precisamos trabalhar mais o saber ser, embora não seja a preocupação exclusiva das escolas, pois a família tem um papel preponderante”.

O empresário nº 3 diz “não temos elementos para apontar dedo à formação. Creio que falta uma política de integração e acolhimento dos quadros nas instituições para as quais são recrutados, para se garantir o sucesso. Muitas vezes o recém-recrutado é deixado à sua sorte, o que prejudica a sua integração e por consequência o seu nível de desempenho esperado”. Ainda sobre essa temática o nº 4 salienta que “é necessário uma ligação entre a parte teórica e o mercado de trabalho. Falta melhorar a língua Portuguesa e a língua Inglesa”.

Para o nº 5 é preciso “maior conhecimento técnico científico e maturidade.

Como acha que se resolve o problema?

No que diz respeito a como resolver o problema, todos concordam que a formação tem de ser contínua no sentido de manter os profissionais actualizados. Contudo alguns empresários vão mais longe nos seus discursos. O nº 2 diz que “há necessidade de introduzir disciplinas mais voltadas para cidadania, mas também que haja pessoas com qualificações, é necessário envolver famílias, comunidades e também as empresas. (...) A formação pessoal e social é uma disciplina muito interessante, mas acho que não trouxe impacto desejado. Há problemas de formação de professores, apesar da importância dessa disciplina a sensação é que a mesma tem sido relegada para o segundo plano porque qualquer professor lecciona essa disciplina”.

Para o nº 3 “é preciso que mudemos o paradigma: ir ao mercado e só depois planificar a formação virada para a satisfação futura das necessidades e não o inverso – formar e esperar que o mercado venha a absorver”.

O empresário nº 10 partilha da opinião do nº 3 ao dizer que “para além de apostar na formação contínua, deve haver critérios objectivos nas políticas que se tomam, nomeadamente direccionar a formação voltada para o contexto real do mercado de trabalho e na medida do possível reflectir sobre determinados cursos disponibilizados e divulgados nas universidades públicas e privadas, nos centros de emprego, como forma de evitar possíveis frustrações junto dos formandos”.

Ainda sobre essa questão o empresário nº 6, considera que o problema se resolve com estágios profissionais, antes de ingressar no mercado de trabalho. Já o nº 8 entende que a resolução do problema passa necessariamente pelo “desenvolvimento de políticas de compensação por parte do Estado às instituições de ensino superior privado para que as mesmas criem aos seus quadros condições de continuidade dos estudos pós-graduados (seja em Cabo Verde seja no estrangeiro) como forma de se manter o grau de qualidade que se almeja”.

Em síntese, ficou claro que segundo esses empresários a formação pouco prática, prepara mal os alunos para o mercado de trabalho. Daí a importância que dão aos estágios e as áreas técnicas na ajuda de aquisições de competências para o exigente e competitivo mercado de trabalho. E nesse capítulo os dados são preocupantes, tendo em conta a vontade dos empresários, ou seja, há muito trabalho a fazer, tanto por parte das escolas como das famílias no sentido de incentivar os jovens a optarem por vias técnicas pois os dados mostram que apenas 9.8 % dos alunos do ensino secundário optam pela via técnica.

Considerações finais

Em jeito de conclusão, podemos dizer que este trabalho analisou a possível relação entre educação e desenvolvimento em Cabo Verde, mais especificamente no município de Santa Catarina. No decorrer deste trabalho, ficou evidente que a educação e o desenvolvimento se complementam, ou seja, a educação pode efectivamente influenciar ou ajudar no desenvolvimento de um país ou região.

Ao contrário de muitos países africanos, Cabo Verde tem cultivado práticas de boa governação o que lhe permite beneficiar de algum investimento externo nomeadamente no sector do turismo e da construção civil. Práticas como a liberalização da economia, promoção da democracia, a descentralização, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos estimula investimentos estrangeiros e permite a manutenção das ajudas externas visando o desenvolvimento sustentado.

Quando se fala em desenvolvimento, a promoção da educação parece ser a forma mais direta e funcional de ajudar a conseguí-lo e Cabo Verde tem apostado em algumas práticas que facilitam o incremento de políticas fomentadoras do desenvolvimento, tais como:

- promovendo a estabilidade macroeconómica e as reformas centradas nos mais desfavorecidos;
- desenvolvendo e promovendo instituições e administrações públicas eficazes visando a efectivação dos programas educativos;
- investindo em infra-estruturas complementares e pesquisas para viabilizar o uso de tecnologias adequadas a diferentes situações que permitam ganhos de produtividade aliados à educação;

A construção de um modelo de Desenvolvimento Humano sustentado, passa, assim, pela implementação de políticas que estimulem e apoiem o desenvolvimento pessoal, social, económico e ambiental. A educação e a formação, nesta perspectiva, tanto pelos autores referenciados no estudo, como as respostas obtidas a partir das entrevistas são encaradas como o motor de um desenvolvimento que equilibre as dimensões fundamentais da sociedade.

Deste modo, “a educação deve ser considerada, não apenas um meio para a socialização e instrução, adequada a uma ordem estabelecida, de democratização do ensino, de formação de recursos humanos (Teorias do Capital Humano) ou de investimento imaterial para a sociedade do conhecimento, mas sim um processo sustentado de valorização humana ao longo da vida, centrado sobre o indivíduo em

relação com os diferentes grupos sociais e comunidades, no sentido de lhe possibilitar a sua afirmação pessoal em todas as dimensões e o exercício de uma cidadania responsável”.

Esta dissertação também visou estimular o debate e a reflexão sobre as questões da educação e desenvolvimento no contexto específico de Santa Catarina. Espera-se que as pistas para reflexão futura tenham indicado que, embora pareça difícil, no contexto onde não abundam recursos naturais e existe alta densidade populacional, o que implica esforço redobrado para se conseguir desenvolver, Santa Catarina e Cabo Verde em geral, encontrem o seu principal recurso no capital humano, apostando, cada vez mais, na educação como motor do desenvolvimento, superando etapa após etapa as suas dificuldades. Hoje, Cabo Verde é uma referência em África e não só, pela sua capacidade de gerir dificuldades e se desenvolver mesmo não tendo os recursos naturais abundantes.

Cabo Verde conseguiu reduzir a percentagem da população mais pobre de 49%, dados de 1990, para 24% em 2008 atingindo um índice de desenvolvimento humano (IDH) superior a países com recursos como a Angola ou a Nigéria e integrar o grupo dos países com desenvolvimento médio, onde figuram a África do Sul, as Maldivas, Indonésia e justificar também a máxima que começou a ser utilizada nos meios diplomáticos internacionais em relação a Cabo Verde: “*no resources, no problems*”, ou seja, sem recursos, sem problemas.

Os dados da alfabetização tem melhorado ano após ano e a tendência é para, daqui a um curto prazo, termos uma taxa de alfabetização ao nível dos países desenvolvidos pois a nossa taxa de alfabetização na camada juvenil é superior a 93%. A melhoria se verifica a todos os níveis, embora mais acentuada em algumas áreas do que em outras.

Respondendo à questão de partida, Cabo Verde desde cedo percebeu que não tendo recursos naturais, tinha que investir no seu bem mais precioso, o capital humano, pois são eles que gerem os recursos e criam riqueza.

Para sustentar a nossa teoria, passo a citar as declarações da coordenadora residente da ONU em Cabo Verde, Petra Lantz, citado pela LUSA que afirmava que “ este é de facto, um país único. Está no caminho correcto e tem a certeza do dever cumprido. Muitos outros, com recursos naturais, estão longe de alcançar os resultados cabo-verdianos”. A educação primária universal, segundo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), está a níveis do "Primeiro Mundo", nas palavras da mesma responsável, pois existe uma taxa de escolaridade "de mais de 90 por cento", quando em 1990 era de 72 por cento. Na área da saúde, se em 1995 morriam 95 mães por cada 100 mil partos, em 2007 este número baixou para 16.

A responsável da ONU na Cidade da Praia, avisava, porém, que há ainda muito caminho a percorrer e que as autoridades locais não devem perder de vista os problemas que ainda subsistem, "e que são muitos mas Cabo Verde pode atingir todos os objectivos do milénio até 2015, e o mundo deve estudar o país que, sem recursos, recorrendo à boa governação e gestão de fundos, conseguiu demonstrar que o desenvolvimento é possível", sustentou a responsável da ONU.

Para cumprir os objectivos traçados utilizamos a análise documental e entrevistas e a técnica de análise de conteúdo. O resultado da pesquisa permite-nos afirmar que a educação sendo entendida como sinónimo de oportunidade, cidadania e capital humano em Cabo Verde, torna por si só, um instrumento eficaz para a geração da renda, emprego e melhoria das condições de vida das pessoas, ou seja, em Santa Catarina e Cabo Verde no geral registou-se entre 2000 e 2008 um aumento acentuado da educação a todos os níveis de ensino, crescimento esse também acompanhado pela actividade económica. Assim apesar das limitadas condições financeiras e económicas do país e de Santa Catarina em particular, a educação aliada à melhoria das condições de vida das populações ao longo do período em análise foi, e é sem dúvida, uma das maiores conquistas do povo cabo-verdiano e dos Santa-catarinenses em particular.

Referências Bibliográficas

Afonso, A. J. (1998). *Políticas Educativas e Avaliação Educacional. Para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia/Instituto de Educação e Psicologia.

Afonso, M. M. (2002). *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Lisboa: Spleen Edições.

Almeida, J. F. (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Alves, N. (1997). *Escola e Comunidade Local*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Alves, M. G. (1997). *A inserção na vida activa de jovens diplomados do Ensino Superior – Contributo para o estudo das relações entre percursos educativos, formativos e profissionais e processos de construção de identidades sociais e profissionais*. Dissertação de Mestrado, Monte da Caparica, Faculdade de Ciências e Tecnologia: Universidade Nova de Lisboa.

Alves, L.M. (1998). *A internacionalização do ensino superior em Cabo Verde e a sua importância no seu desenvolvimento*. Cabo Verde: Ministério da Educação, Ciência e Cultura

Amaro, R.R. (1991). *Lógicas de espacialização da economia portuguesa*. Sociologia-problemas e práticas, nº10, pp. 157-182.

Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? da teoria à prática e da prática à teoria*, in Cadernos de Estudos Africanos – Lisboa: Nº 4, pp. 35-69, Julho.

Ambrósio, T. (2001). *Educação e Desenvolvimento: I contributo para uma mudança reflexiva da educação*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.

Ambrósio, T. (2003). *A Complexidade da Adaptação dos Processos de Formação e Desenvolvimento humano*, in Formação e Desenvolvimento Humano: Inteligibilidade das suas Relações Complexas. Lisboa: MCX/APC Atelier 34.

Antunes, F. (2001). Os locais das escolas profissionais: Novos papéis para o Estado e a europeização das Políticas Educativas” in Stephen R. Stoer; Luiza Cortesão; José A. Correia (orgs.), *Transnacionalização da Educação. Da crise da Educação à “Educação” da crise*. Porto: Edições Afrontamento.

Azevedo, M. (2004). *Teses, relatórios e trabalhos escolares*. (4ª. ed.). Lisboa: Universidade Católica.

Ball, S. (2001). “Directrizes Políticas Globais e relações Políticas Locais em Educação”. in Currículo sem Fronteiras, V. 1, n. 2, pp. 99-116, Jul/Dez.

Banco Mundial, (1999). *Education Sector Strategy*. Washington: International Bank for Reconstruction and Development/World Bank World Bank.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.

Becker, G. (1964). *Human Capital. A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University Press.

Belmiro, G.C. (2002). *Economia da Educação*. Lisboa: Texto Editora, LDA.

Benko, G. E L. Alain. (1994). *As Regiões Ganhadoras, Distritos e redes – os novos paradigmas da geografia económica*. Oeiras: Celta Editora.

Bertrand, Y. (2001) *Teorias Contemporâneas da Educação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Bogdan, R. e Bikelen, S. (1994) *investigação qualitativa em educação*. Porto: porto Editora.

Bottani, N. & Walberg, H. J. (1992). *What are international education indicators for?" in The OCDE International Education Indicators – A framework for analysis*. Paris: OCDE.

Bottani, N. & A. Tuijnman, (1994). "Les indicateurs internationaux de l'enseignement : cadre, élaboration et interprétation", in *Évaluer l'Enseignement. De l'utilité des indicateurs internationaux*. Paris: OCDE – CERI.

Cameron, R (2003). *Historia Económica do Mundo*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Carmo, H e Ferreira M. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carmo, H. (1999) *desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta

Carmo, H. (2001). *Problemas Sociais Contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, A. D. (1992). *A Educação como Projecto Antropológico*. Porto: Edições Afrontamento.

Conselho Nacional de Educação, (1995). *Educação e Meios Rurais, Problemas e Caminhos do Desenvolvimento*. Actas do seminário. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Conselho nacional de educação, (1994). *Educação, Comunidade e Poder Local*. Actas do seminário. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Correia, V. (1995). *Cabo Verde: educação e desenvolvimento*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE

Dale, R. (2001). “*Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação?*” in *Educação, Sociedade e Culturas*. Porto: Edições Afrontamento.

Declaração de Dakar (2000). *Fórum Global da Educação*. Dakar, Senegal: Fórum Global da Educação.

Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a unesco da comissão internacional sobre a educação para o século XXI*. (3ª Edição). Porto: Edições Asa.

Dhainaut, L. (1980). *Educação: dos fins aos objectivos*. Coimbra: Almedina.

Durkheim, E. (2001). *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Figueiredo, M. I. (1993), *A Reforma Educativa Portuguesa de 1986. Retórica e Realidade*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.

Fundação Calouste Gulbenkian (1987). *A Educação na República de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gâmbôa, R. (2004). *Educação, Ética e Democracia: A reconstrução da modernidade em John Dewey*. Porto: Edições ASA.

Ghiglione, R. E Matalon, B. (1993). *O inquerito*. Oeiras: Celta

Guerra, C. I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Lisboa: Principia Editora, LDA.

Griffin, K. e Mckinley, T. (1994). *Implementing a Human Development Strategy*. London: MacMillan Press Ltd.

Hill, D. (2003), “O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação”. in Currículo sem Fronteiras. V. 3, n. 2, pp. 29-59, Jul/Dez.

Lima, L. (2002), “Da vida ao longo da aprendizagem”. in Jornal a Página da Educação. n.º 115, Setembro.

Lucas, R. (1988). *On the mechanisms of economic development*. Chicago: University of Chicago.

Mcmichael, P. (1996), *Development and Social Change. A global perspective*. London: Pine Forge Press.

Morin, E. (2002), *Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento: a Cabeça Bem Feita*. Lisboa: Instituto Piaget.

Murteira, M. (1995). *A emergência de uma Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Difusão Cultural.

Nações Unidas, (1992). *Agenda 21: Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável. Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*. Nova Iorque: Nações Unidas.

Nóvoa, A. (1995). "*Modèles d'Analyse en Éducation Comparée*. Le Champ et la Carte", in *Les Sciences de L'Éducation – pour l'Ère Nouvelle*. Caen: France, n.º. 2-3/1995, 9-61.

Patrocínio, T. (2002). *Tecnologia, Educação e Cidadania*. Lisboa: IIE.

PNUD (1991–2004). *Relatórios do Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Quivy, R. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Relatório de Desenvolvimento Humano, 1990.

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2002.

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2003

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004.

Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005- 10.

Romer, P. (1990). *Endogenous technological change*. *Journal of political economy*. Chicago: University Chicago

Ruby, A. (1992). *Do common values produce common indicators?* in *The OCDE International Education Indicators – A framework for analysis*. Paris: OCDE, 77-82.

Sacristán, J. G. (2003), *Educar e conviver na cultura global*. Porto: Edições ASA.

Serageldin, I. (1995), "Evaluating environmentally sustainable development", in *Evaluation and Development. Proceedings of the 1994 World Bank Conference*. Washington: World Bank Operations Evaluation Department.

Scheerens, J. (1992), "Process Indicators of school functioning" in *The OCDE International Education Indicators – A framework for analysis*. Paris: OCDE, pp. 53-76.

Schultz, T. (1962) *O valor económico da educação*. Rio de Janeiro: Edição zahar.

UNESCO, (1993). *Relatório Mundial sobre a Educação 1993*. Paris: UNESCO

UNESCO, (1995). *Relatório Mundial sobre a Educação 1995*. Paris: UNESCO

UNESCO, (1996). *Educação – Um tesouro a descobrir*. Porto: Edições Asa.

UNESCO, (1998). *Rapport Mondial sur l'Education 1998*. Paris: UNESCO

UNESCO, (2000). *O Direito à Educação. Uma Educação para todos durante toda a vida*. Relatório Mundial sobre a Educação. Porto: Edições ASA.

UNESCO, (2003). *Global Education Digest 2003 – Comparing Education Statistics across the world*. Montréal: Institute of Statistics – UNESCO.

Van Herpen M. (1992). “Conceptual models in use for education indicators” in *The OCDE International Education Indicators – A framework for analysis*. Paris: OCDE.

Vasconcelos, M e Garcia, M. (2001). *Fundamentos de Economia*. (2ª.ed.) S. Paulo: Edições Saraiva.

Vieira, H L. (1993). *A Vila de Assomada*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Tavares, P.T. (2005). *A dinâmica da capacitação tecnológica no Brasil a partir do plano real*. Dissertação de mestrado em economia do programa de mestrado em economia. Brasil: Universidade Estadual de Maringá.

Teodoro, A. (2003). *Globalização e educação. Políticas Educacionais e novos modos de governação*. Porto: edições afrontamento, LDA.

Teodoro, A. (2001). “Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: A emergência de novas formas de regulação transnacional, ou de uma globalização de baixa densidade”, in *Transnacionalização da Educação Da crise da Educação à “Educação” da crise* (Stephen R. Stoer; Luiza Cortesão; José A. Correia orgs.). Porto: Edições Afrontamento.

Tolentino, A.C. (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tuckman, B. W. (2005). *Manual de investigação em educação: como conceber e realizar o processo de investigação em educação* (3.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wyatt, T. (1994). “Les indicateurs de l’enseignement. Analyse bibliographique“, in *Évaluer l’Enseignement. De l’utilité des indicateurs internationaux*. Paris: OCDE – CERI.

Fontes institucionais:

Gabinete de Estudos e Planeamento 2000/2001 a 2007/2008, *Anuários Estatísticos da Educação*. Praia: Ministério da Educação.

Gabinete de estudos e planeamento. (2009) *Carta Educativa de Santa Catarina*. Praia: Ministério da Educação

Gabinete de Estudos e Planeamento – Ministério da Educação 2000/2001 a 2007/2008, *Principais Indicadores da Educação*.

Instituto Nacional de Estatística. (2000). *Censo 2000 Ajustado*.

_____ *Cartografia da Pobreza 2001/2002*.

_____ *Código Geográfico*

_____ *Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) 2007*

Gabinete de Estudos e Planeamento. (2003). Plano Estratégico da Educação. Praia: PROMEF.

Gabinete de Estudos e planeamento. (2002). Plano Nacional de Educação para Todos. Praia: Ministério da Educação.

Programa do Governo da VII Legislatura. (2006 – 2011). Praia: Governo de Cabo Verde.

Governo de Cabo Verde. (2004). *Objectivos do Milénio para Desenvolvimento de Cabo Verde*. Praia: Governo de Cabo Verde.

Ministério da educação e ensino superior. (2008). *Educação para Novos Desafios e Novas Respostas*, Praia: MEES. Ano Lectivo 2008/2009.

Ministério da educação. (2002). *Evolução do Sistema Educativo: passado, presente e futuro*. Praia: Promef.

Ministério da educação (2004). Relatório para a CIE. Praia: Gabinete de Estudos e Planeamento.

Legislação:

Decreto – Lei n.º 43/2003, de 27 Outubro. *Novo Sistema de Avaliação para o Ensino Básico*.

Decreto-lei nº41/2003, de 27 Outubro. *Condições de acesso e permanência no Ensino Secundário*.

Decreto – Lei n.º42/2003, de 27 Outubro. *Novo Sistema de Avaliação para o Ensino Secundário*.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº103/III/90, revista em 1999.

Lei Orgânica do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, I – Série do B.O. nº 36 de 5 de Novembro de 2001.

1990 (29 de Dezembro) – Lei nº103/III/90 – B.O. (Supl.) nº52 Lei de Bases do Sistema Educativo

ANEXOS

Guião de entrevista ao diretor
Matriz de objectivos e tópicos para tratar na entrevista

Tópicos	Objectivos específicos	Tópicos para a questão
Bloco 0 Apresentação	Bloco 0 Os elementos da amostra.	Bloco 0 Habilitações académicas Funções que desempenha Tempo de exercício da actividade.
Bloco 1 Caracterização do cenário da educação	Bloco 1 A educação em Santa Catarina.	Bloco 1 Como é visto a educação em Santa Catarina.
Bloco 2 O desenvolvimento	Bloco 2 A educação na ajuda ao desenvolvimento.	Bloco 2 Saber se a educação contribui para o desenvolvimento do concelho.
Bloco 3 Capital humano	Bloco 3 Conhecer o perfil dos recursos humanos.	Bloco 3 Características dos recursos humanos em santa Catarina.
Bloco 4 Indicadores de educação e desenvolvimento	Bloco 4 Conhecer os indicadores que Cabo Verde utiliza para a educação e desenvolvimento.	Bloco 4 Existência de indicadores para a educação e desenvolvimento. Sinais de desenvolvimento. Critérios utilizados.
Dificuldades	Dificuldades que Cabo Verde enfrenta nos domínios da educação e desenvolvimento.	Problemas de Cabo Verde nessas duas áreas. Entraves ao desenvolvimento. Perspectivas futuras.

Guião da entrevista – matriz de tópicos a tratar: questões a questões

Bloco 0 Habilitações académicas, funções e tempo de serviço.	Bloco 0 Apresentação dos objectivos da entrevista e garantias de que ela se destina a fins académicos. 1- Qual é a sua função ou actividade que desempenha? 2- Há quanto tempo desempenha essa função? 3- Considera-se um observador privilegiado em questões de educação?
Bloco 1 Caracterização e a importância da educação no desenvolvimento.	1- Que mudanças ocorreram na educação em Cabo Verde nos últimos 8 anos? 2- As mudanças em educação ajudaram ao desenvolvimento? 3- Se sim, quais são?
Bloco 2 O desenvolvimento em Santa Catarina	1- Que sinal de desenvolvimento pode mencionar? 2- No campo da educação? 1- No campo social ou humano?
Bloco 3 Caracterização do capital humano em Cabo Verde	1- Como vê o capital humano em Cabo Verde?
Bloco 4 Indicadores de educação e desenvolvimento e o processo de elaboração	Bloco 4 1- Como vê o índice de desenvolvimento de Cabo Verde? 2- Cabo Verde utiliza os indicadores locais da educação ou internacionais?

	3- Quais são e que critérios utilizam para o concelho? Existem indicadores de desenvolvimento? Se sim, quais são?
Bloco 5 Dificuldades na área da educação e desenvolvimento?	1- Qual é o problema da educação em Cabo Verde? 2- Existem alguns entraves ao desenvolvimento em Cabo Verde? 3- Se sim, quais?

Guião de entrevista aos empresários

Matriz de objectivos e tópicos para tratar na entrevista

Tópicos	Objectivos específicos	Tópicos para a questão
Bloco 0 Apresentação	Bloco 0 Os elementos da amostra.	Bloco 0 Nome do entrevistado e da empresa Habilitações académicas Funções que desempenha Tempo de exercício da actividade.
Bloco 1 Caracterização do cenário da educação	Bloco 1 A educação em Santa Catarina.	Bloco 1 Como é visto a educação em Santa Catarina.
Bloco 2 O desenvolvimento	Bloco 2 A educação na ajuda ao desenvolvimento.	Bloco 2 Saber se a educação contribui para o desenvolvimento do concelho.
Bloco 3 Capital humano	Bloco 4 Conhecer o perfil dos recursos humanos.	Bloco 4 Saber se são competentes e em nº suficientes para o mercado local.
Bloco 4 Dificuldades	Bloco 4 Dificuldades que Cabo Verde enfrenta nos	Bloco 5 Problemas de Cabo Verde nessas duas áreas.

	domínios da educação e desenvolvimento.	Entraves ao desenvolvimento. Perspectivas futuras.
--	---	---

Guião da entrevista – matriz de tópicos a tratar: questões a questões

Bloco 0 Habilitações académicas, funções e tempo de serviço.	Bloco 0 Apresentação dos objectivos da entrevista e garantias de que ela se destina a fins académicos. 1- Posso ficar com o seu nome e o da empresa? 2- Qual é a sua função ou actividade que desempenha? 3- Há muito tempo que exerce essa função? 4- Teve formação para o cargo que desempenha?
Bloco 1 Caracterização da educação em Santa Catarina	1- Como vê a educação em Santa Catarina? 2- Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?
Bloco 2 O desenvolvimento em Santa Catarina	1- Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho? Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Bloco 3 Caracterização do capital humano em Cabo Verde	1- Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina? 2-Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?
Bloco 4 Dificuldades na área da educação e desenvolvimento?	1-Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa? 2-Onde procura os seus recursos humanos? 3-São competentes? 4-O que falta ao nível de formação? 5-Como acha que se resolve o problema?

Transcrição das entrevistadas

Entrevistado: Dr. Pedro Moreno Brito

Esta entrevista consideramos pertinente na medida em que nos permite alargar e aprofundar de forma mais satisfatória a construção do nosso trabalho com testemunhas que consideramos privilegiadas.

1. Dr. qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

2. Há quanto tempo desempenha esta função?

Há cerca de 5 anos

3.Considera-se um observador privilegiado em questões de educação?

Considero ter o domínio suficiente da educação para decidir e apoiar a tomada de decisão

4. Que mudanças ocorreram na educação em Cabo Verde nos últimos 8 anos?

Temos a Revisão Curricular em curso; a elaboração de novos Planos de estudos e consequentemente novos manuais;

Os indicadores da educação melhoraram consideravelmente;

Temos em curso o programa *Mundu Novu* que está a revolucionar o sistema de ensino;

Publicamos uma Nova Lei de Bases do Sistema Educativo, com inúmeras inovações;

Temos em curso o alargamento do ensino básico obrigatório para 8 anos...

-Diminuição de taxa de analfabetismo;

-aumento da cobertura tanto no pré-escolar como no básico e secundário;

-alargamento do ensino superior;

-implementação do ensino pós secundário profissionalizante;

-reforço dos programas socio-educativos.

5. As mudanças em educação ajudaram ao desenvolvimento?

Certamente que sim. Pois como sabe e dizia alguém a educação é um sector transversal ao desenvolvimento e a pedra basilar de qualquer sociedade e portanto qualquer que seja o desenvolvimento deve passar por uma aposta forte na educação...

6. Como vê o capital humano cabo-verdiano?

Já temos um bom nível de capital humano em Cabo Verde. Contudo há que continuar a capacitar e a formar de modo a melhorarmos cada vez mais a nossa performance. Como deve imaginar, por termos fracos recursos naturais, a nossa principal aposta terá de ser no nosso capital humano...

7. Como caracteriza ou vê o índice de desenvolvimento de Cabo Verde?

Tem melhorado dia pós dia e a educação tem contribuído bastante para esse melhoramento.

8. Que sinal de desenvolvimento pode mencionar?

No campo da educação?

Aumento da Promoção, diminuição da repetência e do abandono, professores melhores capacitados, escolas modernas e voltadas para um ensino de melhor qualidade...

No campo social ou humano?

Aumento de emprego e diminuição da pobreza, fruto de uma aposta séria na capacitação e valorização do capital humano...Melhoria das condições de vida das populações...

Cabo Verde utiliza os indicadores internacionais da educação ou possui indicadores locais?

Temos indicadores locais comparáveis aos internacionais

Existem indicadores de desenvolvimento?

Sim temos e são: Educação, saúde, igualdade e equidade do género, justiça, paz social, económicos, democracia, direitos humanos etc.

Consultar os principais Indicadores da Educação no sítio do MED (www.minedu.gov.cv).

Quais são e que critérios utilizam para o concelho?

Os critérios são os mesmos a nível nacional, aplicados à escala concelhia.

Que problemas enfrentam a educação em Cabo Verde?

Problemas normais de um país como Cabo Verde cujos recursos são parcos... traduzidos a miúdos, insuficiência de recursos financeiros para operacionalizar as políticas para o sector...

Existem alguns entraves ao desenvolvimento em cabo verde?

Falta de recursos para a materialização dos desafios e a própria insularidade do país.

Que perspectivas para o futuro?

Uma educação de qualidade, cada vez mais sustentável e sustentada, com recursos humanos devidamente qualificados, capaz de pôr no mercado de trabalho profissionais à altura dos desafios de Cabo Verde e do mundo.

Dr. muito obrigada por nos conceder essa entrevista e pelos dados fornecidos que serão com certeza muito úteis na construção desse trabalho.

Não tem que agradecer... tem sim é que terminar a formação e vir dar o seu contributo ao desenvolvimento da Terra..., diga-se Cabo Verde (risos...)

1. Entrevistado: Alberto Luciano Freitas Correia

Esta entrevista consideramos pertinente na medida em que nos permite alargar e aprofundar de forma mais satisfatória a construção do nosso trabalho com testemunhas que consideramos privilegiadas.

1. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Chamo-me Alberto Luciano Freitas Correia

2. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Director Executivo do Cofre Geral da Justiça

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Há 1 ano e 11 meses

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Sim. Sou Licenciado em Gestão de Empresas, Mestrando em Auditoria e Tive outras formações, tais como:

- Supervisão eficiente e Desenvolvimento dos mercados de Capitais – BCV
- Técnicas de Liderança – INAG;
- Técnicas de orçamentação de despesas sectoriais de médio prazo – Ministério Finanças de Cabo Verde;
- Normas, Metodologias e Técnicas de Auditoria – Inspecção-geral das Finanças de Portugal.

5. Como vê a educação em santa Catarina?

A educação em Santa Catarina é boa, tendo em conta o seu estado actual.

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Sim. O número de alunos a frequentar o ensino secundário aumentou. Existem investimentos notáveis na educação em santa Catarina, desde logo, a construção de mais um liceu em Santa Catarina e aposta na formação dos professores.

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sim, porque hoje temos um número considerável de quadros jovens em Santa Catarina que dão contribuição directamente em Santa Catarina. Temos vários professores a contribuir nos Liceus e Universidades, para além dos quadros nas outras entidades.

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Não. É preciso continuar a apostar na formação profissional e universitária.

9. Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Santa Catarina tem um bom número de recursos humanos qualificados.

10. Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Acho que tem capital humano mais que suficiente para apoiar o desenvolvimento local. Para além dos quadros que exercem profissões neste Concelho, também os quadros de Santa Catarina residente na Praia podem ajudar a desenvolver este Concelho. Pois, Santa Catarina possui um número elevadíssimo de quadros que residem e exercem profissões na Praia.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sim.

12. Onde procura os seus recursos humanos?

No mercado Nacional

13. São competentes?

Sim, porque até a data não tive motivo de insatisfação, muito pelo contrário.

14. O que falta ao nível de formação?

A formação tem que ser contínua.

15. Como acha que se resolve o problema?

Apostar na formação contínua de forma a manter os profissionais actualizados.

Muito obrigada pelo seu contributo!

De nada, foi um prazer conversar consigo e boa sorte.

2. Entrevistado: Manuel António Torres Lopes

1. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Sim, Manuel António Torres Lopes – Imprensa nacional de Cabo Verde

2. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Administrador Executivo da Imprensa Nacional de Cabo Verde SA – INCV SA

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Há 5 (cinco) meses, foi recentemente.

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Especificamente não. Sou Licenciado em Gestão de Recursos Humanos e tenho várias formações complementares na área de Gestão Liderança, Gestão de Projectos, e assumo ter valências necessárias para ocupar o cargo. Já exerci a função de Chefia em várias Instituições, nomeadamente, no Ministério do ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Polícia Judiciária, Rádio e Televisão Cabo-verdiana, além disso sou consultor de empresa especificamente na área de recursos humanos e também sou formador.

5. Como vê a educação em Santa Catarina?

Tem evoluído bastante nos últimos anos, para satisfação minha e nossa claro.

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Claro que sim, eu até diria mudanças extraordinárias, porque nestes últimos dez anos, os estudantes tiveram mais opções. Há Escolas técnicas a funcionarem, em que os alunos podem optar por vias técnicas caso não quiserem continuar os estudos, temos o Centro de Emprego e Formação Profissional, Instituto Pedagógico e a Universidade de Santiago que começou a funcionar há dois anos.

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Claro que sim. Tanto mais que há melhores oportunidades que dantes era quase impensável, porque no passado a alternativa era Cidade da Praia, Mindelo, estrangeiro e nem todos tinham a possibilidade.

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

O Mercado de trabalho é vasto e requer qualificações a vários níveis, entretanto, os alunos que optaram por via de ensino normal, mesmo terminando o 12º ano, penso que não estão preparados. Para os que optaram por via técnica eu diria que sim, sendo certo que há necessidade de adaptação e socialização com a empresa que se vai trabalhar.

9. Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Santa Catarina sempre tem sido destacado no que tange a qualificação de quadros, e penso que essa cultura tem permanecido e tenho visto muita dinâmica nos quadros jovens.

10. Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Penso que não. A sociedade é dinâmica essa dinâmica também deve acompanhar a qualificação de quadros. Neste momento temos a Universidade de Santiago, Instituto Pedagógico, Escola Técnica, Centro de Emprego e formação profissional mas os formadores vêm de vários pontos do país, assim como encontramos os quadros de Santa Catarina noutros sítios.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Nem sempre. Por exemplo, a INCV SA tem necessidade de recrutar nos próximos tempos alguns técnicos de artes gráficas e como não existe essa formação no país, tivemos que propor ao Centro de Emprego e Formação Profissional da Praia para abrir essa formação e nós colaboramos na montagem da formação. Neste momento estão quase a terminar a fase teórica e a prática simulada vai ser toda na INCV SA.

12. Onde procura os seus recursos humanos?

Pessoalmente tenho procurado nos Centros de formação, Universidades, também faço consulta à base de dados de pedido de emprego na minha empresa.

13. São competentes?

Nem sempre coincide com as nossas reais necessidades.

14. O que falta ao nível de formação?

A meu ver precisamos trabalhar muito o saber ser, embora não seja a preocupação exclusiva das Escolas, pois a família tem um papel preponderante.

15. Como acha que se resolve o problema?

Como diz o velho ditado, de pequeno que se torce o pequeno. Penso que há necessidade de introduzir disciplinas mais voltadas para cidadania, mas também que haja pessoas com qualificações, é necessário envolver famílias, comunidades e também as empresas. A formação pessoal e social é uma disciplina muito interessante, mas acho que não trouxe impacto desejado. Há problema de formação de professores, apesar da importância dessa disciplina a sensação é que a mesma tem sido relegada para o segundo plano porque qualquer professor lecciona essa disciplina.

3. Entrevistado: Alcides Horta

1. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

ALCIDES Horta – RTC

2. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Administrador

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Há 27 meses

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Formação para o cargo não. Porém, julgo ser possuidor de perfil para exercer a função para a qual fui designado: Formado em gestão e Marketing, Economia e especialidade em Gestão de Projectos de Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

5. Como vê a educação em Santa Catarina?

Da Educação tenho muito pouco a dizer: Esta questão me parece bastante lata: Educação = formação? Educação = instrução? Educação = formação/instrução?

Educação enquanto formação, em Santa Catarina, considero algo pujante! Basta ver as Escolas Técnicas e Centros de Formação Profissional na Região Norte de Santiago em que a Santa Catarina é beneficiária;

Educação enquanto instrução, também considero estar a bom ritmo, tendo em conta os vários níveis de ensino; desde pré-escolar passando pelo básico, Secundário, pós-secundário até universitário. Temos infra-estruturas para os diferentes níveis de ensino e temos professores qualificados para cada um dos níveis. A questão que se coloca é a da aferição da qualidade, que na ausência de um sistema credível de avaliação de docentes e do desempenho das instituições de ensino, ficamos com esse *gap*, não permitindo por isso avaliar a qualidade do sistema (Docentes e instituições de ensino). Este papel estará eventualmente reservado à Direcção-geral do Ensino Superior e Ciência – para as instituições do Ensino Superior, ao MED (DGEBS) para o pré-escolar, básico e Ensino Secundário e ao IEFPP para o Ensino profissionalizante (Formação Técnico profissional);

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Claramente! Veja por exemplo a instalação da US (Universidade de Santiago), a construção e equipamento das escolas quer do ensino quer do secundário em diversos pontos do Concelho, os Centros de Formação profissional... etc.

7.Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sem sombras de dúvida. Basta ver a quantidade de jovens que receberam formação profissional e que agora ingressaram no mercado de trabalho, basta ver o número de jovens que concluíram o ensino secundário, basta ver ainda o número de jovens e adultos que ingressaram no ensino superior em Santa Catarina (informação que poderá ser recolhida nas instituições vocacionadas);

8.Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Falta a avaliação do Sistema para se ter a informação correcta (veja a nossa resposta à questão n.5); De todo o modo tenho a percepção de que os alunos da via técnica e das Escolas de formação profissional saem minimamente preparados para o mercado de trabalho. Estará a faltar uma política de seguimento desses formandos pós formação – é o trabalho que as instituições respectivas devem fazer, se é que não estejam a fazê-lo;

9.Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

O Concelho de Santa Catarina tem fornecido ao longo dos anos grandes quadros para o mercado nacional. Não tenho dados precisos em termos qualitativos, mas as funções de grandes responsabilidades tem sido distribuídas grande fatia aos quadros deste Concelho. Se a qualidade é medida por esta via, então podemos caracterizar os RH de Santa Catarina de qualidade elevada;

10.Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Acho. Infelizmente esse Capital Humano não tem estado ao serviço do Concelho que o viu nascer. O motivo deve ser matéria de uma nova investigação.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Nem sempre. Temos ainda algum défice em termos de RH em algumas áreas. Falta do nosso ponto de vista uma maior sintonia entre a formação e o mercado de trabalho;

12. Onde procura os seus recursos humanos?

No mercado (Através de concursos públicos, universidades e por indicação de alguém quando se trata de uma competência específica).

13. São competentes?

Razoavelmente competentes. Precisamos de maior atenção no processo de integração para garantirmos o sucesso dos quadros recrutados;

14. O que falta ao nível de formação?

Não temos elementos para apontar dedo à formação. Creio que falta uma política de integração e acolhimento dos quadros nas instituições para as quais são recrutados, para se garantir o sucesso. Muitas vezes o recém-recrutado é deixado à sua sorte, o que prejudica a sua integração e por consequência o seu nível de desempenho esperado;

15. Como acha que se resolve o problema?

A resposta anterior serve a esta questão. De todo o modo acrescento ainda que o recenseamento das necessidades reais de formação deve ser o elemento a considerar na planificação das acções de formação; É preciso que mudemos o paradigma: ir ao mercado e só depois planificar a formação virada para a satisfação futura das necessidades e não o inverso – formar e esperar que o mercado venha a absorver.

Muito obrigada!

Obrigado nós! Para nós é uma honra falar sobre esta matéria

4. Entrevistado: Bruno Lopes

1. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Director Geral.

2. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Bruno Lopes – e o da empresa é Sita

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Há um (1) ano.

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Sim, tive.

5. Como vê a educação em santa Catarina?

Ao nível da média Cabo-verdiana.

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Houve massificação do ensino em Cabo Verde a partir da década de 90 até hoje e aposta terá de ser agora na melhoria de qualidade.

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sim, a educação influência quase tudo o resto.

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

À imagem dos restantes alunos a nível de Cabo Verde, creio que a formação pouco prática prepara mal para o mercado de trabalho.

9. Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Trabalhadores e motivados

10. Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Sim, sim.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sim.

12. Onde procura os seus recursos humanos?

Tenho procurado nos Centros de Emprego, referência de conhecidos e directamente nas escolas superiores.

13. São competentes?

Sim

14. O que falta ao nível de formação?

Ligação entre a parte teórica e o mercado de trabalho. Falta melhorar a língua Portuguesa e a língua Inglesa.

15. Como acha que se resolve o problema?

Componente prática nos últimos anos de ensino secundário e superior e melhorar o ensino das línguas.

5.Entrevistado: António Carlos Moreira Semedo

1. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Sim, com certeza. Chamo-me António Carlos Moreira Semedo – Banco Interatlântico

2. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Administrador

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Neste banco há sensivelmente dois anos

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Não mas considero competente para o cargo, até porque já o desempenhei anteriormente, estive como administrador da Caixa Económica de Cabo Verde durante 12 anos.

5. Como vê a educação em santa Catarina?

De qualidade em declínio, a meu ver, pois acho que as exigências são cada vez menor, ou seja, produz-se cada vez mais mas em menor qualidade.

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Sim. Há mais oferta e melhores condições laborais.

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sim, acho.

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Não, não estão preparados para entrarem logo no mercado de trabalho, a não ser alguns que se estagiaram ou coisa parecida.

9. Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Desadequado às necessidades do mercado de trabalho.

10. Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Não em termos de qualidade e para as necessidades da região, na perspectiva da exploração das suas potencialidades.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Não. Porque? Porque na sua maioria não corresponde ao perfil pretendido.

12. Onde procura os seus recursos humanos?

No mercado local

13. São competentes?

Não. Porque a produtividade fica muito aquém.

14. O que falta ao nível de formação?

Maior conhecimento técnico científico e maturidade.

15. Como acha que se resolve o problema?

Formação especializada, maior rigor na avaliação do conhecimento e capacitação dos professores.

Muito obrigada!

Nada, foi um prazer conversar consigo!

6. Entrevistado: Felisberto Moreira

1. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Felisberto Moreira, Fundação Caboverdiana de Acção Social Escolar

2. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Presidente de Conselho de Administração

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Sim, há 10 anos

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Sim tive.

5.Como vê a educação em santa Catarina?

A educação em Santa Catarina tem conhecido ganhos substanciais.

6.Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Sim. A construção de mais infra-estruturas educativas, nomeadamente, Liceus, universidades, escolas técnicas, internatos bem como a distribuição de apoios socioeducativos (refeições quentes, transporte escolar, propinas, kits escolares, etc.) as crianças e jovens passaram a ter mais oportunidades.

7.Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sim, a educação como sendo a base de desenvolvimento de qualquer país, tem contribuído sem dúvidas para o desenvolvimento do concelho.

8.Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Penso que antes de entrar no mercado de trabalho, os alunos deveriam sempre passar por uns estágios profissionais.

9.Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Santa Catarina tem bons quadros, sendo que a maioria dos quais se encontram a residir fora do concelho essencialmente na Praia.

10.Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Sim.

11.Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sim tenho.

12.Onde procura os seus recursos humanos?

Na administração pública, concursos públicos (programa estágio profissional) etc.

13.São competentes?

Sim, pode - se dizer que sim.

14.O que falta ao nível de formação?

Vertente técnica para complementar a teoria

15.Como acha que se resolve o problema?

Através de Estágios profissionais, antes de ingressar no mercado de trabalho.

7. Entrevistado: Manuel Tavares

1.Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Sim pode, chamo-me Manuel Tavares e a empresa é a Universidade de Santiago

2.Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Secretário-Geral

3.Há muito tempo que exerce essa função?

Desde o arranque do projecto-Novembro de 2008

4.Teve formação para o cargo que desempenha?

Não. Embora já tinha tido várias acções ao nível do Instituto do Emprego e Formação Profissional, enquanto Director do Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo.

5.Como vê a educação em santa Catarina?

A Educação em Santa Catarina tem evoluído imenso. É basta atermo-nos à década de 80 que não havia liceu no interior de Santiago. Hoje há liceus por várias localidades de Santa Catarina. Ademais o próprio surgimento da Universidade vem trazer uma nova largada ao desenvolvimento da educação nesta região de Santiago.

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Há sim sinais claros. O próprio anuário da Educação publicado pelo MED é testemunha desta mudança

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Claro que sim. Temos que ver que o investimento na educação não é algo em cujos frutos colhem-se num ano ou dois. O que se fizer ao nível da educação hoje só daqui a 30 ou 50 anos se faz sentir em termos de impacto, pois a educação tem como finalidade acima de tudo a mudança das mentalidades, o rompimento com práticas anacrónicas e a adaptação das comunidades à uma novel forma de viver e encarar o mundo.

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

A massificação do ensino tem os seus pontos fortes e pontos fracos. O que não se pode perder de vista que hoje em dia existem ferramentas que se bem utilizadas geram factores de competitividade fora de série. Falo exactamente no acesso às informações. O mercado hoje tem que ser conquistado pelo sujeito e não propriamente por aquilo que ao sujeito é posto à sua disposição. Há que pesquisar, que batalhar, que demandar factores preferenciais. Se assim for, os alunos terão que ter a capacidade de competir à escala global. Só que temos que ter em conta que a competitividade hoje não é só um problema endógeno mas tem que ver com um conjunto de factores externos à dinâmica do crescimento de uma região ou país.

9. Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Os Recursos Humanos em Santa Catarina precisam apostar na melhoria das suas performances. Falo dos recursos humanos ao serviço da máquina do Estado mas também os que demandam os outros sectores de actividade económica. Mas também deve haver mais aposta das instituições na formação contínua dos servidores como forma de gerar externalidades positivas.

10. Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

O concelho tem muitos e excelentes quadros. Mas o concelho padece também de muitos e excelentes quadros. Isto porque dos muitos quadros de que dispõe o concelho poucos servem efectivamente a região. Isto porque são chamados a darem o seu contributo fora da região. Para ser franco dos quadros com que laboram na US embora uns tantos sejam descendentes da Cidade, muitos vêm de fora do concelho.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Tenho encontrado, sim.

12. Onde procura os seus recursos humanos?

A US labora com quadros de várias partes de Cabo Verde e do Mundo. Neste momento laboram na US quadros da Assomada, Tarrafal, Calheta São Miguel, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santo Antão, São Vicente Fogo, Praia (maioritariamente, mesmo sendo alguns descendentes de Assomada), Portugal, Brasil, Estados Unidos da América

13. São competentes?

São competentes pois a US aposta na qualidade.

14. O que falta ao nível de formação?

Ao nível da formação falta incentivo para a continuidade dos programas de pós-graduação, sem onerar em demasia a instituição

15. Como acha que se resolve o problema?

Tratando-se de instituição privada, a US entende que a resolução do problema passa necessariamente pelo desenvolvimento de políticas de compensação por parte do Estado às instituições de ensino com estatuto da US para que as mesmas criem aos seus quadros condições de continuidade dos estudos pós-graduados (seja em Cabo Verde seja no estrangeiro) como forma de se manter o grau de qualidade que se almeja.

Muito obrigada!

8. Entrevistado: Ângelo Moura

1. Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

O meu nome é Ângelo Moura e o da empresa é: T + Telecomunicações S.A

2. Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Responsável comercial – Santiago Norte, Maio Fogo e Brava

3. Há muito tempo que exerce essa função?

Há três (3) anos que exerço essa função

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Sim

5. Como vê a educação em santa Catarina?

Vejo uma educação Forte, dinâmica, mas com alguns défices no que concerne à qualidade.

6. Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Sim! Sobretudo em termos de estruturas/infra-estruturas de ensino

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sim, sem dúvida alguma

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Se fazermos uma análise responsável e generalizada, poderemos verificar que faltam ainda muitas coisas para poderem sair com a qualidade desejada mas dependendo da área de ensino, poderemos encontrar situações diferentes.

9.Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

São Bons, no contexto nacional

10.Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Sim. Por outro lado a oferta também é cada vez maior, a questão agora é melhorar se calhar a qualidade.

11.Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sim, mas nem todos com a qualidade desejada.

12.Onde procura os seus recursos humanos?

Procuro nos Centros e de emprego e Formação, Universidades, etc.

13.São competentes?

Nem todos!

14.O que falta ao nível de formação?

A componente prática, Línguas e formação pessoal

15.Como acha que se resolve o problema?

Na minha óptica deve haver uma maior e melhor ligação entre as instituições de ensino e o mercado de trabalho (Empresas, instituições publicas etc. etc.)

Muito obrigada!

Nada ora essa, foi um prazer.

9. Entrevistado: Domingos Furtado Cardoso

1.Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Sim, Domingos Furtado Cardoso; Gabinete Técnico da Região Sanitária Santiago Norte. Administrador do APO (Acordo Parceria Operacional) com Lux. Dev

2.Qual é a sua função ou actividade que desempenha?

Sou Administrador

3.Há muito tempo que exerce essa função?

Sim, há seis anos

4.Teve formação para o cargo que desempenha?

Sim, tive

5.Como vê a educação em santa Catarina?

Muito bom

6.Há sinais de mudança nestes últimos 8 anos?

Sim, mais escolas, melhores condições tanto a nível qualitativo como quantitativo.

7.Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Sim, ela é a base de tudo o que acontece numa região país ou cidade.

8.Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Não, precisam de mais componente prática.

9.Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Suficiente. Podia estar melhor. Ainda persiste nos serviços de Estado muito absentismo e muita falta de espírito de servir.

10Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

O Concelho tem C. Humano suficiente, só que não se encontram sedeados no Concelho.

11.Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sim

12.Onde procura os seus recursos humanos?

No mercado através de anúncio e concurso público

13.São competentes?

Sim, de uma forma geral respondem aos desafios da empresa.

14.O que falta ao nível de formação?

Mais rigor, tanto no recrutamento e selecção como no desenvolvimento

15.Como acha que se resolve o problema?

Ter critérios objectivos

Muito obrigada pelo seu tempo!

Sempre ao Dispor

10. Entrevistado: Aniceto Santos

1.Posso ficar com o seu nome e o da empresa?

Sim, como eu já lhe disse chamo-me Aniceto Santos e o da empresa é Hospital Regional Santiago Norte.

2.Qual a sua função ou actividade que desempenha?

Desempenho actividade de enfermagem, com a função de director regional

3.Há muito tempo que exerce essa função?

Há mais de cinco anos.

4. Teve formação para o cargo que desempenha?

Não especificamente mas considero-me capaz para exercer essa função.

5. Como vê a educação em Santa Catarina?

Vejo a crescer, com afluência significativa tanto no ensino público como privado e com diminuição nas turmas do Ensino Básico Integrado (EBI), principalmente primeira classe.

6. Há sinais de mudanças nestes últimos 8 anos?

Sim, sem dúvida alguma e a pergunta anterior responde claramente esta também.

7. Acha que a educação está a contribuir para o desenvolvimento do concelho?

Grandemente, Santa Catarina como qualquer região do mundo se quiser desenvolver tem que apostar no seu capital humano e fê-lo assim mais tarde ou mais cedo vai recolher os dividendos.

8. Acha que os alunos que saem das escolas, estão preparados para entrar no mercado de trabalho?

Não, pois existem muita teoria e pouca prática excepto os alunos que saem das escolas técnicas, esses sim, estão mais ou menos preparados para o mercado laboral.

9. Como caracteriza os recursos humanos em Santa Catarina?

Em termos de desenvolvimento académico é manifestamente positivo; em termos de oportunidades já é mais limitado (...)

10. Acha que o concelho tem capital humano suficiente que lhe ajude a desenvolver mais e melhor?

Não estão preparados para o efeito na medida que o capital humano está mais voltado para saber, que muitos se confundem com aquisição dos títulos académicos, que se tem bastante e o concelho não dispõe das infra-estruturas suficiente para tal capitalização.

11. Tem encontrado os recursos humanos que necessita para a sua empresa?

Sim embora insuficiente em termos de quantidade.

12. Onde procura os seus recursos humanos?

Procuro através de concurso público

13. São competentes?

Sim, pois cumprem os objectivos propostos.

14. O que falta ao nível de formação?

Constantemente a reciclagem pois a sociedade não pára e como tal os profissionais também tem de estar sempre actualizados.

15. Como acha que se resolve o problema?

Direccionar a formação voltada para o contexto real do mercado de empregabilidade e na medida possível, deverá os actores fazer uma reflexão profunda, relativamente a determinados concursos disponibilizados e propagandeados nas universidades públicas e privadas, também nos centros de emprego, prevendo evitar as possíveis frustrações nos consumidores.

Muito obrigada!

Obrigado eu, foi um prazer!